



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

# **Direito da Moda Sustentável Voluntária**

## **Relação contratual de Certificação e Garantia**

Tatiana Andreia de Beça Teixeira

Mestrado em Direito

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2019

# **Direito da Moda Sustentável Voluntária**

## **Relação contratual de Certificação e Garantia**

Tatiana Andreia de Beça Teixeira

Orientador: Doutora Ana Afonso

Mestrado em Direito

Faculdade de Direito | Escola do Porto

2019

À minha mãe

À minha irmã

Ao meu avô

À minha avó.

Um agradecimento incondicional à Doutora Ana Afonso cuja compreensão e apoio foi imprescindível.

Obrigada por ser direta e guiar-me nesta missão impossível e contra o relógio.

A minha gratidão é profunda e eterna.

**Resumo:** Neste trabalho abordaremos as iniciativas voluntárias que têm surgido, em grande parte, pelas empresas ligadas à indústria da moda, num esforço de se distinguirem comercialmente através da produção sustentável. Para tal, analisaremos o conceito de marca, dando particular atenção ao conceito de marca de certificação e garantia, as recentes mudanças decorrentes da aprovação do novo Código de Propriedade Industrial de 2018 e as relações contratuais adjacentes a um processo de certificação.

**Palavras chave:** Direito da propriedade Industrial, Marcas, Marcas de Certificação ou garantia, transmissão, licença, contrato normativo.

**Abstract:** In this work, we will address the voluntary initiatives that have emerged, greatly due to the private sector fashion industries, in an effort to distinguish themselves commercially through a more sustainable production. In that sense, we will analyse the legal concept of a mark, giving special attention to the concept of the certification marks, the recent changes brought by the approval of the new Portuguese Intellectual Property Code of 2018 and the contractual based relations inherent to the process of certification.

**Keywords:** Trade mark Law, Marks, Certification Marks, transfer of trade mark, licences, Normative Contracts.

# Índice

<b>I. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
A. MARCAS SUSTENTÁVEIS	11
<b>II. O OBJETO DO CONTRATO: A CERTIFICAÇÃO GOTS</b>	<b>12</b>
A. O QUE É?	12
B. A MARCA	12
C. A MARCA DE CERTIFICAÇÃO	14
C.1. AFINIDADES E DIFERENÇAS DOS REGIMES DAS MARCAS COLETIVAS E DAS MARCAS DE CERTIFICAÇÃO OU GARANTIA	16
C.2. DISTINÇÃO ENTRE MARCAS INDIVIDUAIS E MARCAS COLETIVAS OU DE CERTIFICAÇÃO	17
C.3. OUTROS SINAIS AFINS	19
<b>III. MOMENTO CONTRATUAL</b>	<b>21</b>
A. ESTRUTURA CONTRATUAL	21
A.1. COLIGAÇÃO NEGOCIAL	22
A.2. CONTRATOS NORMATIVOS	22
A.3. CONTRATOS DE ADESÃO	24
A.4. SUJEITOS	26
B. PRIMEIRO CONTRATO	28
C. SEGUNDO CONTRATO	30
<b>IV. CONCLUSÃO</b>	<b>36</b>
<b>V. ANEXOS</b>	<b>39</b>
A. ANEXO A	39
B. ANEXO B	63
C. ANEXO C	86
D. ANEXO D	88
<b>D. BIBLIOGRAFIA</b>	<b>91</b>

## PREFÁCIO

Este prefácio foi, até hoje, o único momento de verdadeira reflexão e desabafo escrito sobre os motivos pessoais que me levaram a escrever esta tese.

Sou filha de pais empresários. Ambos do ramo têxtil. Ambos com indústrias de tecelagem e confecção e postos de venda com marca própria. A minha infância foi vivida, portanto, como referem as pessoas ligadas ao ramo têxtil, “entre trapos”.

O mundo da moda é verdadeiramente um mundo em si mesmo. Cresci a ajudar a minha mãe nas férias, na fábrica, a ir para às feiras de revenda com o meu avô, a dobrar e embalar camisolas, casacos, pulôveres, coletes. O negócio evoluiu, deixaram-se as feiras de revenda e investiu-se em lojas em mercados abastecedores. À medida que o negócio evoluía, crescia também a ambição por um futuro melhor, para a minha mãe, para mim, para minha irmã e para os meus avós. Sempre fomos cinco. Todo o sucesso da nossa pequena fábrica de tecelagem e confecção era investido, na medida do possível, na nossa educação, minha e da minha irmã, um ano mais velha e minha alma gémea.

Tive a educação que nunca poderia sonhar e oportunidades que hoje, olhando para trás, parecem realmente parte de um sonho. Tudo o que vivi trago dentro de mim e faz parte de quem eu sou. Na minha casa sempre se disse que a vida nos pode tirar tudo, menos a educação.

Sou filha de uma grande mulher, que sem ter frequentado a universidade, soube ver muito além dos pequenos horizontes da cidade de Penafiel, onde se casou e onde, até hoje, vivemos.

A fábrica e os seus rendimentos, fortemente investidos em colégios caros, explicações, cursos no estrangeiro, institutos de várias línguas, Erasmus, estágios, era para mim o meu porto seguro. O porto que me deixava partir em busca dos meus sonhos, como tantas vezes fiz, em busca do meu caminho e das minhas ambições, sem medo. O meu porto seguro era a minha família e a nossa pequena fábrica.

A grande crise económica de 2008 fez-se sentir como uma brisa. Passou leve, através dos anos, ressentindo-se de ano para ano, sem grandes alarmes, quase impercetível, até ao ponto de rutura: ou encerrávamos a fábrica ou a internacionalizávamos. Mas para tudo eram precisos recursos.

Em setembro de 2016, com uma cadeira para terminar a licenciatura, comecei a trabalhar a tempo inteiro na empresa, a fazer de tudo um pouco. Foi aí que tive a oportunidade de ver aquilo que mais ninguém via. Uma pequena empresa familiar, com 20 anos de atividade e experiência, sem dívidas, com grande ética e respeito por todos os que conosco colaboravam. Foi aí que a minha vida mudou.

Em janeiro desse mesmo ano, fiz uma pequena mala, um pequeno portfólio e com um pequeno orçamento, fui em busca do nosso futuro.

Desse futuro, vieram clientes, com novos clientes e novos padrões de exigência técnica, uma grande reestruturação da empresa. Com a reestruturação técnica da empresa e a precisar de inovação e confiança por

parte dos novos clientes, certificamos a empresa com o Global Organic Textile Standard (GOTS) e aqui estamos hoje, dois anos e meio depois.

O grande apoio e confiança por parte da minha família – não isento de discussões e desacordos – a minha persistência nos meus objetivos pessoais e na minha formação, fizeram-me investir, cada salário, neste mestrado que agora termino, com a entrega desta tese.

O meu maior medo sempre foi que a minha experiência profissional retirasse relevância ao meu percurso académico. Afinal, eu sou diretora comercial de uma pequena indústria têxtil, mas sou também o controle de qualidade, quem planeia a gestão industrial, quem coordena os grupos de trabalho e os esquemas de produção, quem sai em representação da empresa, quem gere o certificado GOTS e preparação da auditoria anual da empresa, entre tantas outras coisas que, simplesmente, fazem parte do dia a dia.

Por essa razão inscrevi-me no mestrado de Direito da Empresa e dos Negócios e pela mesma razão fiz questão de dissertar sobre este tema que está tão presente no meu dia a dia enquanto profissional, de modo a unir, mais uma vez, a minha experiência profissional ao meu percurso académico.

Acredito profundamente, que a indústria da moda tem um potencial incomensurável de mudança. Que os valores de sustentabilidade, juntamente com os valores sociais devam estar no topo da lista de prioridades para a construção de uma indústria digna. Porque o mundo da moda, o real mundo da moda, é muito diferente das capas de revista.

## I. Introdução

Muito mudou na indústria da moda desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Exigem-se, hoje em dia, competências jurídicas mais desenvolvidas, num mercado que é, atualmente, inteiramente global.

De acordo com as notas sobre o progresso e a indústria que acompanham o desenvolvimento e estudo dos *Sustainable Development Goals* (SDG) das Nações Unidas – mais especificamente o SDG 12: *Responsible Consumption & Production*, objetivo 12.1 - as taxas atuais e as projetadas de consumo, em geral, não são sustentáveis. Ora, a indústria têxtil e de vestuário abrange diversas atividades, desde a transformação de fibras naturais ou em fios e tecidos, até a produção de uma ampla variedade de produtos como fios sintéticos de alta tecnologia, têxtil lar, filtros industriais e vestuário.<sup>1</sup> O impacto do aumento do consumo, associado ao crescimento projetado da classe média nos países em desenvolvimento, exigirá uma maior percentagem de recursos em relação aos que já são utilizados, hoje em dia<sup>2</sup>.

A título de exemplo, analisemos o impacto que o algodão tem para o ambiente. O algodão é a fibra natural mais usada na confecção de roupas, representando cerca de 33% de todas as fibras encontradas nos têxteis. A colheita do algodão requer um elevado consumo de água, exigindo 2.700 litros – o equivalente ao que uma pessoa bebe em dois anos e meio - para fazer uma camisa de algodão. A agricultura de algodão também é responsável por 24% dos inseticidas e 11% dos pesticidas, apesar de usar cerca de 3% das terras aráveis do mundo.<sup>3</sup>

No que diz respeito ao uso excessivo de água e relativamente à poluição, estes não são problemas exclusivos da colheita e cultivo deste tipo de matérias primas naturais. Cerca de 20% da poluição industrial da água advém do próprio processo de fabrico de vestuário. O setor a nível mundial usa 5 triliões de litros de água por ano apenas para tingir tecidos, quantidade suficiente para encher 2 milhões de piscinas olímpicas<sup>4</sup>.

Em relação às alterações climáticas, a pegada de carbono de uma peça de vestuário depende muito da matéria prima usada na composição dessa mesma peça. Embora as fibras sintéticas como o poliéster tenham menos impacto em relação ao consumo de água do que, por exemplo, o algodão, elas emitem mais gases de efeito estufa por quilograma. Uma camisa de poliéster tem mais do dobro da pegada de carbono quando comparada com uma camisa de algodão (5,5 kg vs. 2,1 kg, respetivamente<sup>5</sup>. Ora, com o previsto aumento da classe média em centenas de milhões de pessoas na China e na Índia, prevê-se que estes gastos cresçam de forma exponencial. Até 2030, estima-se que haverão 5,4 bilhões de pessoas na classe média global, valor

---

<sup>1</sup> COMISSÃO EUROPEIA, *Textiles and clothing industries*, In [https://ec.europa.eu/growth/sectors/fashion/textiles-clothing/eu\\_en](https://ec.europa.eu/growth/sectors/fashion/textiles-clothing/eu_en).

<sup>2</sup> WORLD REOURCES INSTITUTE, *The Apparel Industry's Environmental Impact in 6 Graphics*, 2017 in <https://www.wri.org/blog/2017/07/apparel-industrys-environmental-impact-6-graphics>

<sup>3</sup> WORLD REOURCES INSTITUTE, op. cit.

<sup>4</sup> WORLD REOURCES INSTITUTE, op. cit.

<sup>5</sup> WORLD REOURCES INSTITUTE, op. cit.

muito superior aos 3 bilhões existentes em 2015. Se o consumo continuar na taxa atual, precisaremos de três vezes mais recursos naturais até 2050 em comparação com o que usamos em 2000<sup>6</sup>.

Assumir que os recursos são infinitos num mundo finito não parece ser um modelo de negócio sustentável. Além das preocupações ambientais, o consumo não controlado prejudicará os objetivos econômicos e sociais do mundo. Note-se que, o vestuário é apenas um dos sectores de exploração dos recursos naturais.

As certificações voluntárias, que tentam regular o impacto ambiental da indústria da moda, têm um sistema *opt-in*, o que significa que a maioria das indústrias ainda não tem obrigação de estar em conformidade com os seus padrões. A pressão pública não é, ainda, forte o suficiente para torná-la uma necessidade para a maioria das empresas que têm que investir financeiramente neste tipo de soluções – muitas vezes reestruturando-se, ao mesmo tempo que tentam competir num mercado de preços esmagadores. Igualmente preocupante é que centenas de certificações colocam no consumidor final, a enorme pressão e responsabilidade de se informar e decidir sobre quais certificações em deve confiar - o que, não é, de todo, realista. Distinguindo entre regulamentos vinculativos e certificações voluntárias, torna-se bastante claro, que existem surpreendentemente poucos regulamentos vinculativos sobre sustentabilidade na indústria da moda. Parte da dificuldade de criar regulamentos sobre a moda, em particular, é que este é um setor com uma cadeia de produção incrivelmente globalizada.

Por esta razão, a maioria das leis que estabelecem padrões para empresas, incluindo na área da moda, são de incidência local. Como tal, só conseguem geralmente abordar aspetos limitados e específicos de cada setor, de cada vez. Os exemplos mais notáveis são:

- O regulamento REACH, na União Europeia (UE), “aplica-se a todas as substâncias químicas; não apenas as usadas em processos industriais, mas também as que fazem parte da nossa vida diária como, por exemplo, as contidas em produtos de limpeza e tintas, em artigos como o vestuário, o mobiliário e os aparelhos elétricos. O regulamento tem pois, impacto na maioria das empresas da União Europeia” A inovação deste regulamento foi colocar “o ónus da prova nas empresas. A fim de cumprirem o regulamento, as empresas são obrigadas a identificar e gerir os riscos associados às substâncias que produzem e comercializam na União Europeia. Devem demonstrar à ECHA [European Chemicals Agency] o modo como uma substância pode ser utilizada com segurança e comunicar aos utilizadores as medidas de gestão de riscos. (...) Se os riscos não puderem ser geridos, as autoridades podem restringir a utilização de substâncias de diferentes formas. A longo prazo, as substâncias mais perigosas deverão ser substituídas por outras que o sejam menos”<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> WORLD REOURCES INSTITUTE, op. cit.

<sup>7</sup> EUROPEAN CHEMICAL AGENCY, *Compreender o Regulamento REACH* in <https://echa.europa.eu/pt/regulations/reach/understanding-reach>

- A regulamentação Grenelle II - Loi 2010-788, 12 Julliet 2010, no seu título VI – “Governance: Dispositions relatives aux entreprises et à la consommation”, adoptada pela Assembleia da república e pelo senado Francês e promulgada pelo Presidente da Republica de França – exige que todas as empresas (das mais diversas naturezas incluindo financeiras) incluam nos seus relatórios anuais uma secção sobre as consequências sociais e ambientais de suas atividades e estabeleçam seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. No seu art. 228º inclui ainda a exigência de que as empresas informem progressivamente o consumidor, por qualquer processo apropriado de conteúdo, sobre as emissões de CO2 referentes a todo o ciclo de vida do seu produto, suas embalagens, bem como o consumo de recursos naturais ou o impacto no meio ambiente atribuíveis a esses produtos durante seu ciclo de vida<sup>8</sup>.

- O *Transparency in Supply Chain Act* aprovado no Estado da Califórnia que exige que todas as empresas com qualquer tipo de negócios no estado da Califórnia - incluindo aqueles que simplesmente vendem mercadorias – divulguem os seus esforços para garantir que suas cadeias de produção e fornecimento estão livres de escravidão e tráfico de pessoas<sup>9</sup>.

#### A. Marcas sustentáveis

*Green* é evidentemente a cor do mundo natural, basta que o seu uso aumentou significativamente nos últimos anos. A lei começa a adaptar-se às mudanças comportamentais do consumidor final, como é o exemplo da rotulagem ecológica – Decisão da Comissão de 5 de junho de 2014, em que se estabelecem os critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico da UE aos produtos têxteis, a diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de novembro de 2010, relativa às emissões industriais, entre outras. Assume-se que em matéria de sustentabilidade da indústria da moda, as marcas, em especial, e a propriedade industrial, em geral, assumem, hoje em dia, “um papel de enorme relevância para o crescimento económico...”<sup>10</sup> As empresas que utilizaram intensivamente marcas e patentes na sua estratégia de ação corresponderam a aproximadamente 28% dos postos de trabalho na União Europeia e representaram mais de 42% do total da atividade económica na União Europeia, remontando aos 5,7 mil milhões de euros, total que revela um aumento face aos dados divulgados no anterior estudo de 2013.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> LE SERVICE PUBLIC DELA DIFFUSION DU DROIT, *LOI n° 2010-788 du 12 juillet 2010 portant engagement national pour l'environnement*, in

<https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000022470434&fastPos=1&fastReqId=1656172071&categorieLien=id&oldAction=rechTexte>

<sup>9</sup> CALIFORNIA LEGISLATIVE INFORMATION, *Senate Bill No. 657*, in

[http://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?bill\\_id=200920100SB657&search\\_keywords=Transparency+in+Supply+Chains+Act](http://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?bill_id=200920100SB657&search_keywords=Transparency+in+Supply+Chains+Act)

<sup>10</sup> DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO, *Decreto-Lei n.º 110/2018, de 10 de dezembro*, in <https://dre.pt/home/-/dre/117279933/details/maximized>

<sup>11</sup> EUROPEAN PATENT OFFICE AND EUROPEAN UNION INTELLECTUAL PROPERTY OFFICE, , *Intellectual property rights intensive industries and economic performance in the European Union Industry-Level Analysis Report*, October 2016, Second edition, in <https://www.epo.org/service-support/publications.html?pubid=87#tab3>.

## II. O objeto do contrato: a certificação GOTS

### A. O que é?

O *Global Organic Textile Standard* (G.O.T.S.) define-se como o padrão de processamento líder a nível mundial para têxteis fabricados a partir de fibras orgânicas e delinea requisitos, reconhecidos em todo o mundo, que garantem o status orgânico dos têxteis, desde a colheita das matérias-primas, exigindo uma fabricação com responsabilidade ambiental e social, até a rotulagem, a fim de fornecer, ao consumidor final, uma garantia credível de uma cadeia de fornecimento transparente. Este padrão é cedido a empresas através de um processo de certificação que permite que empresas inseridas nos diferentes processos de fabricação e processamento utilizem o sinal GOTS para se distinguirem das demais empresas no mercado.

### B. A marca

A competitividade das empresas, que atuam no mercado internacional é hoje fortemente influenciada por fatores como o respeito pelo ambiente e saúde e a segurança dos produtos e/ou serviços. Por esta razão, observamos um crescente recurso a sinais que permitam aos consumidores identificar e diferenciar certos produtos (ou serviços). A estes sinais, suscetíveis de representação e adequados a distinguir os produtos ou serviços de uma empresa das demais, chamam-se marcas.

A disciplina das marcas é, hoje em dia, fruto da convergência de diversos regimes jurídicos nacionais, basta notar que o CPI de 2018, em matérias de marcas, reflete a transposição das diretivas europeias de harmonização das legislações nacionais.

A marca é, antes de mais, um sinal ou conjunto de sinais – “suscetíveis de representação gráfica, nomeadamente palavras, incluindo nomes de pessoas, desenhos, letras, números, sons, cor, a forma do produto ou da respetiva embalagem, ou por um sinal ou conjunto de sinais que possam ser representados de forma que permita determinar, de modo claro e preciso, o objeto da proteção conferida ao seu titular, desde que sejam adequados a distinguir os produtos ou serviços de uma empresa dos de outras empresas” - art.208º do Código de Propriedade Industrial (doravante CPI). Esta definição reflete a alteração do conceito de marca resultante da Diretiva (UE) 2015/2436 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2015 (Diretiva de Harmonização das Marcas - DHM 2015). Ao contrário da redação portuguesa do CPI de 2018, na DHM 2015, já não se exige a “suscetibilidade de representação gráfica”, mas antes a “identificabilidade” ou “determinabilidade” como é mencionado na alínea b) do art. 3º da diretiva e, por isso, autores como Pedro Sousa e Silva consideram que a expressão “suscetíveis de representação gráfica”, numa interpretação conforme ao direito europeu, deve ser tido como irrelevante<sup>12</sup>. Note-se que o abandono do requisito de “suscetibilidade de representação gráfica”, por parte da legislação da UE, não significa uma “via aberta”

---

<sup>12</sup> PEDRO SOUSA E SILVA, *Direito industrial, Noções Fundamentais*, 2019, pp. 214,

para a concessão da marca. A sua concessão está dependente de o requerente do registo conseguir determinar, de modo claro e preciso, o objeto da proteção que solicita.<sup>13</sup> Esta norma, plasmada na regulamentação europeia, pretendeu ir ao encontro da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJ) sufragada em diversas decisões, sendo a mais emblemática o Acórdão Sieckmann, de 12 de dezembro de 2002<sup>14</sup>: um recurso prejudicial motivado pela recusa de registo por parte do Instituto Alemão de marcas e patentes – Deutsches Patent - em registar uma marca olfativa para serviços. Embora o odor complexo – para a substância química pura de cinamato de metilo -, tenha sido descrito de uma forma detalhada pelo requerente, inclusive através de uma fórmula química, o TJ declarou que “um sinal que não é, em si mesmo, suscetível de ser visualmente perceptível pode constituir uma marca, desde que possa ser objeto de representação gráfica, nomeadamente através de figuras, de linhas ou de caracteres (...) [no entanto] os requisitos de representação gráfica não são cumpridos através de uma fórmula química, de uma descrição por palavras escritas, da apresentação de uma amostra de um odor ou da conjugação destes elementos”. Podemos concluir daqui, que possivelmente, mesmo a definição de marca que constava das anteriores diretivas, em que se exigia a “representação gráfica” da marca, não impediria, à partida, o registo de marcas olfativas. No entanto, esta representação gráfica teria que ser “clara, precisa, completa por si própria, facilmente acessível, inteligível, duradoura e objetiva”<sup>15</sup>. Ora, para autores como Pedro Sousa e Silva, a substituição do requisito de “suscetibilidade de representação gráfica”, pelo da “determinabilidade”, não veio diminuir a dificuldade em registar marcas olfativas.<sup>16</sup>

Da delimitação pela negativa do conceito de marca do art. 209º e tendo em conta os motivos enunciados como absolutos para recusa do registo, art. 231º, parece resultar que os requisitos essenciais para que um sinal se possa constituir como marca sejam o seu carácter distintivo e a sua determinabilidade – já tratado anteriormente -, sem esquecer o respeito por interesses de ordem pública e o registo de má fé.

Quanto ao carácter distintivo, trata-se de um requisito absolutamente fundamental para que a marca desempenhe a sua função jurídica básica: o sinal tem de permitir a identificação do produto e a sua diferenciação face aos produtos do mesmo género, tem que permitir individualizá-lo, distingui-lo de todos os produtos ou serviços concorrentes. Como descreve Pedro Sousa e Silva “o carácter distintivo de uma marca está na razão direta da sua arbitrariedade. Quanto mais surpreendente for o sinal, face ao produto a assinalar, mais intenso será o seu poder distintivo”.<sup>17</sup>

---

<sup>13</sup> PEDRO SOUSA E SILVA, op. cit., p. 228

<sup>14</sup> JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL EUROPEU, Acórdão Sieckmann de 12.02.2002 (C-273/00), in <http://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?oqp=&for=&mat=or&jge=&td=%3BALL&jur=C%2CT%2CF&num=C-273%252F00&page=1&dates=&pcs=Oor&lg=&parties=Sieckmann%2B&pro=&nat=or&cit=none%252CC%252CCJ%252CR%252C2008E%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252C%252Ctrue%252Cfalse%252Cfalse&language=pt&avg=&cid=7576711>

<sup>15</sup> JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL EUROPEU, Acórdão Sieckmann de 12.02.2002 (C-273/00), op. cit.

<sup>16</sup> PEDRO SOUSA E SILVA, op cit., p. 230-231

<sup>17</sup> PEDRO SOUSA E SILVA, op cit., p. 252

Deste modo, desde que um sinal reúna estes dois requisitos, poderá, em princípio, ser registado como marca, mesmo que não corresponda a um dos sinais enumerados no art. 208º (e igualmente no art. 4º do Regulamento das Marcas da União Europeia- RMU), a título exemplificativo, como decorre no advérbio “nomeadamente”<sup>18</sup>.

Na generalidade dos produtos o registo das marcas não é obrigatório<sup>19</sup>. Nada impede que um empresário, por exemplo, adote uma marca e a use como marca livre (não registada). Esta possibilidade não afeta a sua validade. No entanto, na falta de registo, o empresário não terá direito de impedir terceiros de usarem a mesma marca. Para ser protegida, a marca tem que ser registada, só daí surge o seu direito exclusivo sobre a marca, sendo que o registo apenas protege os produtos e os serviços especificados no pedido de registo, ou produtos e serviços afins, de acordo com o princípio da especialidade – art. 210º, nº1 e art. 211º do CPI<sup>20</sup>.

Desde sempre, que aqueles que produzem os mais diversos artigos recorrem a sinais específicos para os diferenciarem. Falou-se em marcas operárias ou *labels* para assinalar que os produtos distinguidos resultavam do trabalho sindical organizado em certas condições. A inclusão destes sinais no domínio das marcas, foi muito discutido.<sup>21</sup> Não obstante das diferentes opiniões doutrinárias, estas marcas são, de facto, uma realidade nalguns ordenamentos jurídicos, como, por exemplo, os EUA.<sup>22</sup>

### **C. A marca de certificação**

Não deixa de ser interessante verificar o quão relevante esta matéria é hoje em dia, o enfoque já não recai tanto sobre as exigências dos trabalhadores, como já aconteceu, mas, de uma forma mais alargada, envolve também preocupações ambientais e os consumidores, a responsabilidade social das empresas e a ideia de um crescimento económico sustentável. No entanto, esta luta pela diferenciação, continua a ser associada às marcas. A marca tem sido usada como arma para conseguir melhores condições de trabalho, qualidade ambiental e melhor informação para o consumidor final. Neste sentido, surgem com particular importância as marcas coletivas e as marcas de certificação ou garantia.

Entre outras alterações, algumas já mencionadas, e por razões de transparência, o novo DL n.º 110/2018, de 10 de Dezembro introduziu também algumas alterações às marcas de associação e às marcas de certificação - agora designadas, respetivamente por «marcas coletivas» e «marcas de certificação ou de garantia» -, deixando estas de ser reguladas através de um regime essencialmente remissivo, que muitas vezes ignorava as suas especificidades, e passando a beneficiar de um regime mais completo e clarificador.

---

<sup>18</sup> PEDRO SOUSA E SILVA, op cit., p. 215

<sup>19</sup> NOGUEIRA SERENS, *A Monopolização da concorrência e a (Re-)Emergência da tutela da marca*, 2007, pp.589 e ss;

<sup>20</sup> PIRES DE CARVALHO, *A Estrutura dos Sistemas de Patentes e de Marcas. Passado, Presente e Futuro*, 2009, p. 465 e ss.

<sup>21</sup> PINTO COELHO, *Lições de Direito de Comércio*, 1957, p. 344 e ss.

<sup>22</sup> UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE, *Lanham Act*, § 4, 15 U.C.C. § 1054 e § 45, 15 U.S.C. § 1127 in <https://www.uspto.gov/trademark/laws-regulations>

Na realidade, em relação à mudança de nomenclatura, não houve aqui nenhuma grande novidade. A *Ley 17/2001, 7 de diciembre, de Marcas* de Espanha já regulava, no seu título VII, as marcas coletivas e as marcas de garantia; o *Trade Marks Act* de 1994, no Reino Unido, fala-nos de *collective marks and certification marks*, e no mesmo sentido seguiram o *Trade Marks Act* de 1996 da Irlanda e o *Lanham Act* dos EUA.

As marcas coletivas e marcas de certificação ou de garantia são, na realidade, bastante antigas, tendo sido reconhecidas pela doutrina como precedentes das marcas das corporações da Idade Média, usadas para certificar que o produto observava as regras técnicas prescritas pela corporação, sendo estas obrigatórias, por questões de responsabilidade.<sup>23</sup>

Segundo a nova legislação, entende-se por marca coletiva “um sinal determinado pertencente a uma associação de pessoas singulares ou coletivas, cujos membros o usam, ou têm intenção de usar, para distinguir os produtos ou serviços dos membros da associação dos de outras entidades. O [seu] registo (...) dá ao seu titular o direito de disciplinar a comercialização dos respetivos produtos, nas condições estabelecidas na lei, nos estatutos ou nos regulamentos internos – art. 214º do CPI. Já a marca de certificação ou de garantia presente no artigo 215º do CPI – “é um sinal determinado pertencente a uma pessoa singular ou coletiva que controla os produtos ou os serviços ou estabelece normas a que estes devem obedecer, no que respeita ao material, modo de fabrico dos produtos ou de prestação dos serviços, qualidade, precisão ou outras características dos produtos ou serviços, com exceção da respetiva origem geográfica, [sendo que este sinal] serve para ser utilizado nos [próprios] produtos ou serviços submetidos àquele controlo ou para os quais as normas foram estabelecidas” de modo a que sejam distinguidos pelos consumidores, dos demais produtos e serviços presentes no mercado.

Embora identificada como tal pela ordenação jurídica portuguesa e pela própria União Europeia, a identificação da certificação como marca não é, no entanto, aceite por toda a doutrina portuguesa. Autores como Carlos Olavo recusam a qualificação de marcas a estes sinais<sup>24</sup>. Já Pupo Correia defende que só as marcas de associação - agora designadas pela nova nomenclatura como marcas coletivas - podem ser qualificadas como verdadeiras marcas, pelo facto de as marcas de certificação não exercerem uma função distintiva<sup>25</sup>. Seguindo o pensamento de Coutinho de Abreu, o facto de as marcas de certificação, assumirem grande relevância na função de garantia de qualidade, fazendo sombra à tradicional função de indicação de proveniência, não é suficiente para excluir estes sinais da classificação das marcas. “As marcas coletivas (de associação ou certificação) individualizam certos produtos, distinguindo-os dos que são lançados no mercado por sujeitos não membros das associações respetivas e/ou dos que não possuem determinadas qualidades”<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> FRANCESCHELLI, 1988, *Sui Marchi d'impresa*, p. 24 e ss

<sup>24</sup> CARLOS OLAVO, 1997 *Propriedade Industrial*, p. 40 e sS.

<sup>25</sup> PUPO CORREIA, 2001, *Direito Comercial*, p. 335 e ss.

<sup>26</sup> COUTINHO DE ABREU, 2013, *Curso de Direito Comercial*, p. 378

Com o novo CPI, as marcas coletivas e as marcas de certificação ou garantia, passam a ter um regime jurídico mais denso, adequado às especificidades destas figuras jurídicas e clarificou-se o seu regime com a possibilidade de ambas poderem pertencer a pessoas singulares e/ou coletivas. Uma das grandes mudanças no regime destas marcas foi, portanto, a alteração da legitimidade para as requerer. De notar, no entanto, que também aqui não houve uma verdadeira inovação. O mesmo já acontecia em Itália, em que o art. 2º, nº 1, do *Regio Decreto 21 Giugno 1942*, modificados já por sucessivas legislações, atribuía legitimidade aos sujeitos (pessoas singulares e coletivas) que desenvolviam a função de garantir a origem, a natureza ou a qualidade de determinados produtos ou serviços para requerer o registo como marcas coletivas.<sup>27</sup> Neste sentido seguiu, também, o Regulamento (UE) n.º 2017/1001, doravante tratado por «Regulamento da Marca da União Europeia». Na secção 2, art. nº 83º, nº 2, a propósito das marcas de certificação da EU, o regulamento afirma que “ qualquer pessoa singular ou coletiva, incluindo instituições, autoridades e organismos de direito público, pode[m] apresentar um pedido de marca de certificação da UE, desde que não exerça[m] uma atividade empresarial que implique o fornecimento de produtos ou a prestação de serviços do tipo certificado”.

### **C.1. Afinidades e diferenças dos regimes das Marcas coletivas e das Marcas de certificação ou garantia**

Um traço comum destes sinais é, portanto, que se destinam precisamente a ser usados em produtos fornecidos ou serviços prestados, não pelo titular do registo, mas antes pelos membros da associação ou pelas pessoas que os sujeitam a controlo ou certificação<sup>28</sup>. Também em comum têm, desde logo, a obrigatoriedade de os titulares do registo disciplinarem o uso da marca, fazendo constar do regulamento de utilização da marca, as condições do uso da mesma – art. 217º do CPI.

Embora existam traços em comum, estas duas modalidades de marca também se distinguem e fazem-no, essencialmente, em três aspetos: quanto à titularidade, à legitimidade e à finalidade.

Quanto à titularidade temos que uma marca coletiva só pode ser registada por uma associação de pessoas singulares ou coletivas - art. 214º e 216º/1/b) do CPI -; já a marca de certificação pode ser registada por uma pessoa, singular ou coletiva, de qualquer natureza, desde que tenha legitimidade para controlar o uso desse sinal - art. 215º/1 e 216º/1/a) do CPI. Nos termos do nº 2 do art. 216º do CPI, este direito de registo restringe-se às pessoas ou entidades, públicas ou privadas que não exerçam uma atividade empresarial que implique o fornecimento de produtos ou a prestação de serviços do tipo certificado.

No que concerne à legitimidade de utilização a marca coletiva só pode ser usada pelos membros da associação titular do registo - art. 214º do CPI. Já em relação à marca de certificação ou garantia pode ser usada por todos quantos cumpram os requisitos de certificação e submetam a esta os seus produtos ou serviços - art. 215º/1 e 216º/1/a) do CPI.

---

<sup>27</sup> VANZETTI e GALLI, 2001, *La Nuova Legge Marchi*, p. 57 e ss.

<sup>28</sup> FERNANDEZ-NÓVOA, 2004, *Tratado sobre Derecho de Marcas*, p. 695

Finalmente no que toca à sua finalidade, a marca coletiva visa atestar que os produtos ou serviços que a ostentam são provenientes de um membro da associação e que respeitam a disciplina definida por esta, podendo certificar proveniência geográfica; a marca de certificação ou garantia tem por fim assegurar que o produto ou serviço por ela assinalado foi objeto de controlo por parte da entidade certificadora.

Por esta razão, Ribeiro de Almeida, no que toca às marcas de certificação, salienta que “*a função certificadora e indicadora de qualidade é a função principal destas marcas. Função exercida em nome do interesse geral e não no interesse de uma empresa (...) A marca de certificação não é um sinal distintivo dos produtos ou serviços, tal como este é concebido tradicionalmente. É um sinal certificador, indicador de certa qualidade. Já as marcas de associação [agora, marcas coletivas] continuam a ter uma função distintiva e tendencialmente indicadora de uma determinada proveniência. A marca de associação distingue os produtos ou serviços dos seus membros dos de outra pessoa que não pertence a tal associação. [Concluindo, Ribeiro de Almeida defende que] a marca individual e a marca de associação [marca coletiva, pela nova nomenclatura] dizem (tendencialmente) algo sobre o utilizador da marca, [enquanto que] a marca de certificação diz algo acerca dos produtos ou serviços*”<sup>29</sup>.

Também no domínio do CPI anterior, e numa outra perspetiva, Maria Miguel Carvalho defende que “a marca de associação [agora, marca coletiva] visa distinguir um produto ou serviço de outros do mesmo género por referência à sua proveniência empresarial específica: o produto ou serviço com esta marca indica que a empresa de que provém é membro de uma determinada coletividade (...) As marcas de certificação (...) atestam, («certificam») que o produto ou serviço marcado foi objeto de controle por parte do titular da marca ou respeita as normas impostas por este. Estas marcas (...) visam certificar a qualidade, a composição, a origem geográfica da matéria prima, o processo ou método de fabrico, ou qualquer outra característica dos produtos ou serviços em questão”<sup>30</sup>.

Certo é, que uma relevante distinção entre estes dois tipos de marcas reside no fato das marcas coletivas poderem caracterizar a origem geográfica das mercadorias, enquanto que para as marcas de certificação a origem geográfica é, no ordenamento nacional, expressamente excluída das características de produtos e serviços que podem ser certificados pelo proprietário da marca de certificação ou garantia.<sup>31</sup> Esta exclusão foi introduzida também na legislação da UE: a Proposta de Comissão (COM/2013/161 final) não continha esta provisão, tendo sido subsequentemente acrescentada pelo Conselho, de modo a evitar a sobreposição em relação ao sistema *sui generis* para a proteção das indicações geográficas legislada pelo Regulamento (EU) No.1151/2012).

## **C.2. Distinção entre marcas individuais e marcas coletivas ou de certificação**

---

<sup>29</sup> RIBEIRO DE ALMEIDA, 1999, *Denominação de Origem e Marca*, p. 365 e 366

<sup>30</sup> MARIA MIGUEL CARVALHO, 2009, *Marca Colectiva – Breves considerações* in direito industrial, pp. 221 e 222

<sup>31</sup> KUR E SENFTLEBEM, 2017, *European Trade Mark Law, A commentary*.

Em relação às marcas individuais, existem vários aspetos que as distinguem das marcas coletivas ou de certificação. Uma das características principais das marcas individuais é o fato destas indicarem uma única fonte comercial. As marcas coletivas e de certificação, pelo contrário, assinalam uma ideia de participação numa associação, proteção e defesa de uma qualidade em particular, ou o cumprimento de outras condições específicas de um produto e/ou serviço. No entanto, apesar da lei fazer distinção entre os diferentes tipos de marcas, na prática, os seus papéis ainda parecem bastante permutáveis. Se analisarmos, as marcas coletivas também podem funcionar como marcas de certificação, se a associação se comprometer a garantir a observação de determinados padrões de qualidade dos membros através do seu direito de disciplinar a comercialização dos seus respetivos produtos nas condições estabelecidas na lei, nos estatutos ou nos regulamentos internos – art. 214, nº 2 do CPI. Monge Gil defende que “o que acontece é que no caso da marca coletiva, esta referência à qualidade não é uma característica definidora, mas meramente circunstancial.”<sup>32</sup> Além disso, com a legitimidade de pessoas singulares poderem, agora, requerer marcas coletivas e de certificação, a distinção entre marcas coletivas e de certificação e as marcas individuais fica ainda mais confusa. Veja-se o caso, em que uma marca individual pertence a uma entidade singular, não produtora, que a licencia a um grande número de produtores que exibem o sinal nas suas embalagens junto com sua própria marca, de uma maneira muito própria e semelhante das marcas de associação ou de certificação. Note-se que, neste caso, o proprietário da marca individual alcança o efeito pretendido de uma marca coletiva ou de certificação, sem ser submetido aos requisitos específicos estabelecidos para esta última, nomeadamente a apresentação de um regulamento de utilização da marca, que é para as marcas de certificação e coletivas fundamento de recusa de registo – art. 218º, nº2, al. d) do CPI. Re.Verso<sup>TM</sup> values in science é um exemplo concreto da utilização de uma marca individual que credita – não certifica – parceiros de acordo com os critérios estabelecidos na política da marca – e não através de regulamento de utilização da marca - para a criação de uma linha de produção com parceiros acreditados pela própria marca individual, que oferecem ao mercado fios e tecidos de lã, cachemira e lã de camelo recicladas através de resíduos de pré-consumo<sup>33</sup>.

Embora a função de qualidade de uma marca individual, ou seja, as expectativas do consumidor em relação ao nível de qualidade e à consistência das características do produto, na maioria dos casos seja apenas indiretamente protegida, o que significa que concorrentes ou membros do público não podem solicitar sanções através do direito da propriedade intelectual, caso ocorram alterações de qualidade, as marcas coletivas e as marcas de certificação correm o risco de perder a sua validade.<sup>34</sup> Vejamos ao pormenor esta situação.

---

<sup>32</sup> MONGE GIL, (1994-95), *Las Marcas colectivas*, in: ADI, Tomo XVI, p. 204 e ss.

<sup>33</sup> Re.Verso<sup>TM</sup> values in science, in <http://www.re-verso.com/en>

<sup>34</sup> JULIUS JOSEPH, 1979, *Certification marks, collective marks or guarantee marks*, p. 161.

Quanto às marcas individuais, a posição de Pupo Correia vai no sentido de que “não se pode considerar (...) que a função da marca seja a de garantia das qualidades do produto. O produtor pode perfeitamente alterar as características do produto, mantendo-lhe a marca. E não é obrigado a anunciá-la.”<sup>35</sup> Coutinho de Abreu também se pronuncia em relação a esta questão, diz-nos que “há que ter em conta a al. b) do nº2 do art. 26[8]º: o registo caduca-se, após a data em que o registo foi efetuado, “a marca se tornar suscetível de induzir o público em erro, nomeadamente acerca da sua natureza, qualidade e origem geográfica desses produtos ou serviços, no seguimento do uso feito pelo titular da marca (...)”.O autor defende, porém, que a lei não impõe uma perseverança qualitativa em sentido estrito, sendo que sempre serão permitidas melhorias qualitativas, bem como piores não essenciais ou sensíveis dessa qualidade até então empregada. Declara, ainda que “ilícitas (conducentes à caducidade) são apenas as diminuições de qualidade suscetíveis de induzir o público em erro, isto é, as deteriorações qualitativas sensíveis e ocultas ou não declaradas ao público”<sup>36</sup>.

Não significa isto que as marcas não desempenham um papel relevante no incentivo da qualidade dos produtos e serviços, ao contrário. Ao registar uma marca, um empresário é incentivado a apresentar ao público produtos ou serviços de qualidade, pelo que, se não o fizer, assume o risco de este lhe atribuir a responsabilidade em caso de insatisfação. Assim sendo, pode-se dizer que uma marca com pouca qualidade ou cuja qualidade tem vindo a diminuir, tem como única sanção, a perda da confiança do público consumidor, pois o direito das marcas não prevê uma sanção específica para uma diminuição de qualidade, nem sequer impõe que os produtos ou serviços de um certo titular tenham sempre um grau de qualidade uniforme.

Segundo Beier, “para os consumidores, uma mesma proveniência implica frequentemente uma qualidade constante dos produtos da marca. Contudo, esta expectativa não é protegida pelo direito das marcas”<sup>37</sup>. O mesmo não acontece nas marcas de certificação ou de garantia. Neste caso, a marca desempenha uma efetiva função de garantia, se não de qualidade, pelo menos de genuinidade dos produtos ou serviços assinalados, assegurando ao consumidor que aqueles foram sujeitos a um controle por parte da entidade certificadora, no que respeita “ao material, modo de fabrico dos produtos ou de prestação de serviços, qualidade, precisão ou outras características” – art. 215º do CPI -, com exceção da respetiva origem geográfica.

### **C.3. Outros sinais afins**

Se é verdade que a delimitação entre marcas individuais, marcas coletivas e marcas de certificação se torna às vezes difícil, também é verdade que os sinais, cada vez mais frequentes, que indicam a conformidade dos produtos com determinadas normas não tornam esta distinção mais fácil. Pensemos, no exemplo do “rótulo ecológico” *ecolabel* comunitário. Será o rótulo ecológico (também conhecido por *ecolabel* ou marca de qualidade ecológica) uma marca de certificação?

---

<sup>35</sup> PUPO CORREIA, op. cit. p.336

<sup>36</sup> COUTINHO DE ABREU, *Curso de Direito Comercial*, op. cit. p.365 e ss.

<sup>37</sup> BEIER, *Territorialité du droit des marques et les Échanges Internationaux*, in “Clunet”, 1971, p. 22

O sistema comunitário de atribuição de rótulo ecológico da UE está regulado atualmente no Regulamento (CE) N° 66/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de novembro de 2009. O seu objetivo, confessado, consiste em “reduzir o impacto negativo da produção e do consumo no ambiente, saúde, clima e recursos naturais. A finalidade do sistema é promover os produtos com um nível elevado de desempenho ambiental, mediante a utilização do rótulo ecológico. Para o efeito, é adequado exigir que os critérios a preencher pelos produtos ou serviços para ostentarem o rótulo ecológico se baseiem no melhor desempenho ambiental obtido pelos produtos existentes no mercado comunitário”<sup>38</sup>. A atribuição do rótulo ecológico, como defende Emanuele Montelione, é o resultado de um processo de certificação que verifica a conformidade de um produto (ou serviço) com determinados requisitos ecológicos para a área merceológica a que o produto ou serviço pertence<sup>39</sup>. Deste propósito do rótulo ecológico parece derivar a incerteza quanto à sua classificação jurídica. Na verdade, muitos autores incluindo Emanuele Montelione associam-no às marcas de certificação, caracterizando-o como marca de garantia *sui generis*.<sup>40</sup>

Apesar do ponto comum - que consiste precisamente no facto de ambos certificarem determinada característica de um produto ou serviço – art. 2º do Regulamento relativo a um sistema de rótulo ecológico da EU -, exercendo o respetivo controlo pela qualidade (art. 5º, nº3, al. a)), em alguns pontos parecem ser figuras distintas : como é referido por Montelione, enquanto a marca de certificação verifica a conformidade do produto (ou serviço) por referência a standards pré-determinados, a atribuição do rótulo ecológico corresponde a critérios ecológicos específicos, comparando os produtos para os quais é pedido com outros produtos da mesma categoria – art. 8º, nº 3, al. a)<sup>41</sup>. Distinguem-nas, o facto de uma marca de certificação ser constituída validamente pelo seu registo junto da entidade competente (no nosso caso, como é sabido, o INPI). Ao rótulo ecológico, embora se exija adoção de forma escrita e registo - art. 9º do Regulamento relativo a um sistema de rótulo ecológico da EU – o art. 4º determina que são “os Estados-Membros [que] designam o organismo ou organismos, no interior da orgânica dos ministérios ou fora dela, competentes para a realização das tarefas previstas no presente regulamento (...) e asseguram a sua operacionalidade.” Em Portugal os contactos disponíveis são os do Ministério da economia. Dispõe a plataforma online dedicada ao *ecolabel* dois contactos da Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia.

Por outro lado, será de julgar relevante o facto de o legislador comunitário — o mesmo que anteriormente aprovou uma Diretiva relativa a marcas e que instituiu a marca comunitária pelo RMC — ter, deliberadamente, adotado a expressão “rótulo ecológico” e não *marca*, parecendo querer indicar que não se

---

<sup>38</sup> EUR-Lex - Access to European Union Law, Regulamento (CE) n.º 66/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 (RRE), in <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32010R0066&from=EN>

<sup>39</sup> MONTELIONE, 2003, *Loghi, Luoghi e Non- Luoghi*, p. 168

<sup>40</sup> MONTELIONE, op.cit., p.177

<sup>41</sup> MONTELIONE, op.cit., p.177

trata de uma marca. Em sentido contrário, Montelione critica a adoção pelo legislador da expressão “rótulo ecológico” porque, segundo o autor, está a designar uma verdadeira marca, ou seja, um sinal que desempenha a função de indicar uma qualidade de um certo produto sobre o qual é apostado<sup>42</sup>. Não foi esta, o entanto a posição do legislador europeu que no art. 9º, nº 13: “O direito à utilização do rótulo ecológico da UE não é extensível ao seu uso como componente de uma marca”. Também a consideração dos interesses protegidos parece indicar o mesmo caminho. Se o interesse dos consumidores impera na marca de certificação, o interesse primordial no rótulo ecológico é o interesse geral na tutela do ambiente. No entanto, basta notar que existem, hoje em dia, inúmeras marcas de certificação cujo interesse geral é a tutela não só dos interesses sociais e económicos, mas principalmente do ambiente. Um exemplo expressivo deste argumento é o certificado FSC que assegura que os produtos provêm de florestas bem geridas que oferecem benefícios ambientais, sociais e económicos. Pode-se questionar, desde modo, se a marca de certificação e rótulo ecológico comunitário são afinal figuras materialmente diferentes. Certo é que com a atual redação do Regulamento, elas não se confundem no tráfego jurídico. No entanto, também aqui podia haver lugar à proteção do rótulo ecológico a título de marca, desde que houvesse lugar ao seu registo como marca de certificação, no entanto esta hipótese foi travada pelo art. 9º, nº13 do Regulamento. Giuseppe Sena afirma que a *ecolabel* “se trata de uma marca coletiva europeia, destinada a garantir no território da comunidade a qualidade ecológica dos produtos assinalados, cuja constituição é disposta por lei e cujo uso é consentido às empresas, sob licença dos organismos nacionais competentes”<sup>43</sup>. O que, de resto, parece ser possível. Uma pessoa coletiva (o organismo competente do Estado-membro em causa) solicita o registo como marca de certificação da figura que compõe o rótulo ecológico, para os produtos (ou serviços) para os quais aquele pode ser atribuído, estipulando no regulamento de uso as condições de atribuição, de uso, bem como os direitos e obrigações dos usuários; ou então por sugestão de Emanuele Montelione procede-se ao registo como marca individual<sup>44</sup>.

### **III. Momento contratual**

#### **A. Estrutura contratual**

Tendo até agora analisado as características das marcas de certificação ou de garantia bem como a quem é legítima a sua exploração falta-nos agora perceber qual a relação contratual que existe, de facto, entre as entidades certificadoras e os sujeitos que requerem a respetiva certificação. Para esse efeito, analisaremos as relações contratuais de uma certificação em concreto: o *Global Organic Textile Standard*, assim como todos os documentos e contratos realizados entre a Global Standard gGmbH, titular da marca de certificação,

---

<sup>42</sup> MONTELIONE, op. cit., p.175

<sup>43</sup> GIUSEPPE SENA, 2001, *Il Nuovo Diritto dei Marchi: Marchio Nazionale e Marchio Comunitario*, p..264

<sup>44</sup> MONTELIONE, op.cit., p.177

e a entidade certificadora/ organismo de certificação, no caso concreto, CERES Certification of Environmental Standards GmbH ; e entre esta última e qualquer entidade que segundo o regulamento de utilização da marca possa requerer esta certificação (para efeitos desta tese, foi-nos cedido o contrato realizado entre a CERES e uma sociedade portuguesa, anexo C).

### **A.1. Coligação negocial**

Embora estejamos perante a concretização de dois contratos parece que ambos fazem parte de um mesmo momento contratual. Assim sendo, podemos estar perante uma coligação negocial – categoria entre a pura unitariedade e a pura pluralidade – na medida em que se pressupõe a pluralidade negocial, mas se regista, simultaneamente, a existência, de nexos internegociais juridicamente relevantes. De uma forma mais simplificada, “trata-se de dois ou mais contratos que, sem perda da sua individualidade, se acham ligados entre si por certo nexo”<sup>45</sup>.

Como Ferreira de Almeida descreve, na maioria dos casos, a coligação negocial inscreve-se numa zona intermédia de formações contratuais complexas plurais para determinados efeitos, mas de alguma maneira unitárias para outros, sendo que esta unitariedade resulta das conexões juridicamente relevantes que se estabelecem entre os vários negócios, apesar de tudo, estruturalmente autónomos<sup>46</sup>.

Antunes Varela explica que apesar de manterem a sua individualidade, estes contratos estão ligados por um nexo funcional, um vínculo substancial que pode alterar o regime normal de um dos contratos ou de ambos, por virtude da relação de interdependência que eventualmente se cria entre eles<sup>47</sup>. No caso concreto, a relação de dependência parece ser unilateral, porque sem a realização do primeiro contrato, a CERES Certification of Environmental Standards GmbH não está habilitada para certificar o padrão de processamento G.O.T.S.

### **A.2. Contratos normativos**

Como podemos observar através dos anexos A e B disponibilizados pela entidade titular do padrão de processamento G.O.T.S., estamos perante dois documentos de essência normativa que regulamentam fortemente a possível e futura relação contratual a existir entre o Global Standart gGmbH e uma potencial organização de certificação e entre esta e as entidades certificadas.

Embora não haja aqui nenhuma relação contratual efetiva ou obrigacional, parece haver uma proposta contratual, bastante técnica e normativa cujas partes interessadas em aceder à certificação não podem negociar. Desta linha de pensamento surge uma questão, desde logo, a de sabermos se estamos perante contratos normativos. Analisemos esta questão.

---

<sup>45</sup> ANTUNES VARELA, 2000, *Das Obrigações em Geral*, p. 281

<sup>46</sup> FERREIRA DE ALMEIDA, 2017, *Contratos I – Conceitos. Fontes. Formação*, p. 161

<sup>47</sup> ANTUNES VARELA, *Das Obrigações em Geral*, op. cit. p. 282

O estudo dos contratos normativos começou há várias décadas, especialmente nas doutrinas alemã e italiana de modo a identificar o mecanismo contratual utilizado nas relações comerciais cujas atividades econômicas são massivamente desenvolvidas no mercado de bens e serviços. Estas modalidades especiais de contratação que surgiram para atender às necessidades dos agentes econômicos assumem várias formas e manifestações; por esta razão, tem sido particularmente difícil definir com precisão ou univocidade a sua definição, escopo e implicações legais.

Nesse contexto, Alfred Hueck, com seu trabalho “Normative Contracts”, foi um pioneiro no estudo desta modalidade contratual que floresceu em sociedades com economias de massa. Para o autor, “(...) sempre que as cláusulas contratuais não estejam fixadas no contrato pelo qual se devem reger as partes, e, portanto, estão fixadas num contrato especial, e quando estas cláusulas contratuais não tenham intenção de reger unicamente um único contrato, senão uma série de contratos, estamos perante um contrato normativo”<sup>48</sup>.

Hueck explica que do contrato normativo não advém nenhuma obrigação futura de celebrar qualquer contrato, e que este só terá vigência no caso de as partes celebrarem um contrato individual, desde que se consiga distinguir os contratos normativos dos contratos individuais, que se podem celebrar subsequentemente. Se tal ocorrer, os contratos posteriores perdem a sua independência e passam a conter uma parte substancial do conteúdo do contrato normativo que o antecedeu<sup>49</sup>.

Messineo, em Itália, também estudou o contrato normativo e distinguiu-o do “contrato em sentido estrito”.<sup>50</sup> Segundo o professor italiano, o contrato normativo tem por objetivo estabelecer normas jurídicas com eficácia limitada, em princípio, em relação aos sujeitos contraentes, embora se possam aplicar, em certas hipóteses, a terceiros que sejam destinatários do mesmo, por se colocarem ou pretenderem colocar na mesma posição contratual que uma das partes.

Para este autor, o contrato em sentido estrito, enuncia um resultado concreto e específico para as partes, afetando a relação das partes de forma imediata e deste surgindo uma série de direitos e obrigações. Já no contrato normativo, o autor defende perseguir-se um resultado abstrato e geral, nunca se retirando daqui diretamente direitos e obrigações.

Assim sendo, seguindo a linha argumentativa de Messineo, o contrato normativo não é, estritamente falando, um contrato, porque este último tem força de lei entre partes, seu conteúdo é concreto e determinado, enquanto que o contrato verdadeiramente normativo, *rationae materiae*, se dispõe de interesses em abstrato e, de modo geral, situações suscetíveis de se repetirem; é um fenómeno de autodisciplina ou autoimposição

---

<sup>48</sup> HUECK A., 1923, *Normative Contracts*, En *Anuario de Ihering para la dogmática del derecho civil*, p. 37

<sup>49</sup> HUECK, op. cit., pp. 38-40

<sup>50</sup> Messineo, F. (1948). *Doctrina general del contrato I*, p. 57-58

de normas admissíveis, não violadoras de normas imperativas.<sup>51</sup> Por esse motivo, o autor sustenta que o chamado “contrato normativo” se adequa melhor à qualificação de “acordo”, formulação que na opinião de Castro de Cifuentes, coloca uma dificuldade não apenas em termos da denominação deste mecanismo contratual, mas também quanto à sua própria natureza jurídica<sup>52</sup>.

Por um lado, acordos normativos, em sentido estrito, são aqueles mediante os quais as partes predisõem o conteúdo de contratos futuros que podem, ou não, se concretizar, entre as partes ou com terceiros. Se celebrado o contrato individual entre as partes, este acolherá integralmente ou de forma parcial e de maneira uniforme o regulamento adotado anteriormente. Note-se que, mesmo que as estipulações dos contratos individuais tenham sido pré-acordadas, estes contratos que se celebram são contratos completos, eficazes e obrigatórios por si mesmos se satisfizeram os requisitos de melhoria e validade.

O exemplo tradicional desta modalidade de contrato são as convenções coletivas de trabalho que são automaticamente incorporados em contratos de trabalho novos ou em curso. Alguns contratos de franquia também já foram qualificados como normativos, nomeadamente quando o franqueador estabelece com o franqueado as cláusulas que devem conter os contratos que daí em diante se celebrem com os futuros clientes.

Da mesma forma, podem se considerar contratos normativos, na opinião de Castro de Cifuentes, os contratos de serviço financeiros em que são estabelecidas as estipulações de contratos futuros que podem ou não ser realizada com terceiros. Nesse caso, falamos de contratos normativos unilaterais porque são elaborados pela entidade que oferece massivamente o serviço a uma clientela<sup>53</sup>.

É neste sentido, que esta figura é comparável ao nosso caso de estudo.

Se por um lado, se pode questionar até que ponto o anexo A - *Approval Procedure and Requirements for Certification Bodies* – pode ser considerado como um contrato normativo unilateral, uma vez que estes implicam que apenas um dos contraentes assume deveres face ao outro, por outro parece poder-se classificar, sem dúvidas, o regulamento de utilização da marca disposto no anexo B – *Global Organic Textile Standard (GOTS) Version 5.0* – como tal.

Certo é que ambos se assemelham à classificação estudada de contratos normativos– neste caso realizados pela Global Standart gGmbH - que estabelece o conteúdo dos contratos a realizar com as potenciais entidades de certificação e posteriormente, entre estas, e as empresas de processamento, transformação, fabrico e comércio de materiais orgânicos, que pretendam se certificar.

### **A.3. Contratos de adesão**

---

<sup>51</sup> MESSINEO, op. cit., pp 59-62

<sup>52</sup> CASTRO DE CIFUENTES, M. (2019). Los contratos normativos y los contratos marcon en el derecho privado contemporáneo, p. 121-150.

<sup>53</sup> CASTRO DE CIFUENTES, op. cit., pp. 134

Segundo Castro Cifuentes, existem várias figuras que em certas circunstâncias se poderiam considerar contratos normativos, como por exemplo, o contrato promessa<sup>54</sup>, o pacto de preferência<sup>55</sup>, e até mesmo os contratos de adesão<sup>56</sup>. Neste último, a *lex contractus* é praticamente elaborada por um só dos contraentes, sem nenhum debate prévio acerca do seu conteúdo ou negociação. Ao outro contraente fica, claro, a liberdade de aceitar ou não o contrato que lhe é apresentado abdicando-se da negociação e discussão da substância das soluções no contrato firmadas.<sup>57</sup>

Ora, por norma, o contrato normativo e os acordos que daí resultam são, de facto, produto da livre negociação entre as partes envolvidas no negócio, para que os contratos que delem nasçam sejam do acordo das vontades dos participantes. Porém, Castro Cifuentes acredita ser possível que os contratos normativos resultem da imposição de condições gerais às quais, adere uma das partes<sup>58</sup>, tal como vimos com o exemplo tradicional dos serviços financeiros.

O convite a contratar é, em ambos os casos, unilateralmente formulado, as cláusulas pré-elaboradas, pressupondo rigidez, na medida em que os sujeitos ou preenchem os requisitos e aceitam as condições contratuais ou abdicam por completo da marca de certificação.

Relativamente ao regulamento de utilização de marca – neste caso anexo B –, o artigo 217º CPI diz-nos que o requerente da marca de certificação deve apresentar – sob pena de ver recusado o seu registo – um regulamento de utilização da marca, isto é, disposições em que se designem as pessoas que têm direito a usar a marca, as condições em que a marca deve ser utilizada, incluindo as respetivas sanções, o plano de controlo de utilização da marca e os direitos e as obrigações dos interessados no caso de usurpação ou contrafação. Ora, tratando-se aqui de elementos próprios essenciais à qualificação e à própria existência da marca de certificação enquanto tal - descrição dos elementos que pretende certificar, requisitos técnicos, requisitos ambientais, requisitos sociais, sistema de controlo da qualidade, entre outros - não me parece que possamos qualificar o anexo B como um contrato de adesão.

Seria legítimo, no entanto, questionar se além de um contrato normativo, o anexo A relativo ao processo de aprovação e requisitos para uma entidade de certificação – que apresenta mais do que meramente requisitos técnicos próprios da caracterização de uma marca de certificação – não se trata, afinal, de um autêntico contrato de adesão.

No contexto do anexo A, parece haver normas que em circunstâncias diferentes poderiam ser negociadas entre as partes, nomeadamente o modo de pagamento - ponto 5.4.1. “annual fee” -, aqui imposto no processo de aprovação para as entidades de certificação.

---

<sup>54</sup> CASTRO DE CIFUENTES, op. cit., pp. 139

<sup>55</sup> CASTRO DE CIFUENTES, op. cit., pp. 140

<sup>56</sup> CASTRO DE CIFUENTES, op. cit., pp. 141

<sup>57</sup> ANTUNES VARELA, op. cit. 251 e ss

<sup>58</sup> CASTRO DE CIFUENTES, op. cit., pp. 141

Deste modo, parece que podemos estar perante uma limitação de ordem prática — não de ordem legal ou jurídica — à liberdade de estipulação típica dos contratos de adesão. No caso, a Global Standard gGmbH formulou unilateralmente as cláusulas negociais que as entidades de certificação podem aceitar, mediante a adesão ao modelo ou impresso que lhe é apresentado, ou rejeitar, não sendo possível modificar o ordenamento negocial apresentado.

A limitação contratual típica dos contratos de adesão existe no domínio dos factos, no entanto, o regulamento da certificação não pode ser, em si mesmo, negociável. Note-se que qualquer alteração ao regulamento de utilização que modifique o regime da marca só produz efeitos em relação a terceiros se for comunicado ao INPI, I. P., para efeitos de averbamento, ou neste caso, à entidade competente do sistema certificação em causa— art. 217º, nº4 do CPI. Cabe aos titulares da marca de certificação precisamente o direito de disciplinar a comercialização dos respetivos produtos, nas condições estabelecidas na lei, nos estatutos ou nos regulamentos internos. Cabe a estes titulares designarem as pessoas que têm direito a usar a marca, as condições em que a marca deve ser utilizada, incluindo as respetivas sanções, o plano de controlo de utilização da marca e os direitos e as obrigações dos interessados no caso de usurpação ou contrafação sendo que este mesmo regulamento de utilização da marca deve autorizar qualquer pessoa cujos produtos ou serviços preencham todas as demais condições previstas no regulamento a tornar-se membro da associação que é titular da marca, sem exceção.

#### **A.4. Sujeitos**

Assim, neste contexto, os contratos em análise estabelecem-se com relação a três sujeitos distintos: 1º) A Global Standard gGmbH; 2ª) CERES Certification of Environmental Standards GmbH; 3º) entidade que segundo o regulamento de utilização da marca possa requerer esta certificação. Analisaremos a qualificação jurídica de cada um deles.

A Global Standard *gemeinnützige* GmbH, é uma gGmbH - *gemeinnützige Gesellschaft mit beschränkter Haftung* – ou seja, sociedade de responsabilidade limitada sem fins lucrativos. Note-se que GmbH – abreviatura para “Gesellschaft mit beschränkter Haftung” - significa sociedade de responsabilidade limitada e a forma legal gGmbH rege-se pelas regras gerais das sociedades de responsabilidade limitada GmbH. Esta forma jurídica alemã visa conciliar os benefícios de uma organização sem fim lucrativos com os de uma sociedade responsabilidade limitada – GmbH.

Justificada pelo aumento das demandas económicas das organizações sem fins lucrativos, o regime gGmbH, tornou-se muito atraente para instituições de saúde, culturais e educacionais. Uma sociedade gGmbH é, portanto, sem fins lucrativos se servir de uma função não comercial, beneficente ou religiosa. Os objetivos de uma gGmbH devem ser altruístas, diretos e com um objetivo específico. Os lucros não devem ser distribuídos entre os acionistas, mas devem ser direcionados ao objetivo da empresa.

Em Portugal, não existe uma figura legal semelhante à sociedade de responsabilidade limitada sem fins lucrativos. O art. 980º do Código das Sociedades Comerciais – CSC – que define o contrato de sociedade fala-nos da sociedade que visa essencialmente a obtenção de lucros destinados a serem distribuídos pelos sócios. Pelo que, em Portugal, uma entidade como a Global Standard gGmbH teria que se constituir sobre a forma de organização sem fins lucrativos.

Há que notar, no entanto, que a nível Europeu se reconhece a figura da empresa social. Neste contexto, poder-se-ia questionar se a Global Standard gGmbH é uma “empresa social”, no contexto da UE. Ora, “Empresa social”, é aquela a) “cujo objetivo social ou de sociedade, de interesse comum, justifica a ação comercial, que se traduz, frequentemente, num alto nível de inovação social”; b) “cujos lucros são reinvestidos principalmente na realização desse objetivo social”; c) “cujo modo de organização ou sistema de propriedade reflete a sua missão, baseando-se em princípios democráticos ou participativos ou visando a justiça social”<sup>59</sup>. Com efeito, uma empresa social, agente da economia social, é uma empresa cujo principal objetivo é ter uma incidência social, mais do que gerar lucros para os seus proprietários ou parceiros. Atua no mercado fornecendo bens e prestando serviços de maneira empresarial e inovadora, e utiliza os seus excedentes maioritariamente para fins sociais. É administrada de forma responsável e transparente, nomeadamente associando os seus empregados, os seus clientes e outras partes interessadas nas suas atividades económicas.<sup>60</sup>

A Lei de Bases da Economia Social, aprovada pela Lei nº 30/2013, de 8 de maio, não contempla as empresas sociais no seu art. 4º sobre as entidades da economia social. A ordem jurídica portuguesa não tem um regime legal específico destinado a estes sujeitos. No entanto, sendo um assunto crescente a nível europeu, também em Portugal se discute os limites deste conceito. À luz da ordem jurídica portuguesa, as empresas sociais podem ser cooperativas, associações, mutualistas ou fundações. Debate-se, porém, se para além destas, podem ser também sociedades comerciais. A comissão Europeia admite esta opção, mas não abdica que a questão seja analisada à luz das leis nacionais.

A qualificação do sujeito contratual CERES Certification of Environmental Standard GmbH não levanta tantas questões como o anterior. Trata-se de uma sociedade de responsabilidade limitada regulada pelo direito alemão. GmbH (Gesellschaft mit beschränkter Haftung), só o património social responde perante os credores.

Em relação ao potencial sujeito do segundo contrato, sabemos apenas que podem ser processadores, fabricantes, comerciantes e revendedores que desejam demonstrar sua capacidade de cumprir com os critérios

---

<sup>59</sup> COMISSÃO EUROPEIA, 2011, *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Iniciativa de Empreendedorismo Social, construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais*, Bruxelas, 25.10.2011 COM P. 682 in <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0682:FIN:PT:PDF>

<sup>60</sup> Para efeitos da presente comunicação, os termos ingleses «social business» e «social enterprise» correspondem à noção de «empresa social».

G.O.T.S., no sentido do ponto 1.2 da Regulamento de uso da marca – Anexo B – desde a colheita das matérias-primas às escolhas de embalagem dos produtos, entre outros.

### **B. Primeiro contrato**

A questão sobre a qual se debate esta tese é a de perceber qual a relação contratual entre o titular da marca de certificação e a entidade certificadora e, posteriormente, entre a entidade certificadora e os requerentes da certificação.

A constituição ou reconhecimento de direitos de propriedade industrial atribuído ao respetivo titular o direito de explorar esse bem imaterial. Esta concretização efetiva dos valores de exploração inerentes a todos os direitos de propriedade industrial pode ser levada a cabo quer pelo titular, quer por outras pessoas ou entidades dotadas de um título bastante para realizar todas ou algumas atividades cujo exercício é, pela lei, reservado aos titulares desses direitos de propriedade industrial. Os direitos de propriedade intelectual, como direitos subjetivos privados absolutos são, assim naturalmente, objeto de exploração económica.<sup>61</sup> Por conseguinte, eles podem ser objeto de direitos: podem ser transmitidos ou o seu gozo pode ser cedido. Esta aptidão de os direitos de propriedade industrial serem objeto de negócios jurídicos é uma demonstração da sua dimensão jurídico-privada.

Se analisarmos o Anexo A – *Approval Procedure and Requirements for Certification Bodies* – diz-nos o artigo 5.1.4.3 que “ In accordance with the provisions of the GOTS Labelling and Licensing Guide the Certification Body shall a) Exercise control over ownership, use and display of licenses, certificates and logos that it can authorize certified entities to use; b) Review and approve the intended use of the GOTS logo and labelling by certified entities in advance; c) Be able to request an operator to discontinue use of certificates and logos that it authorizes certified entities to use; d) Apply suitable actions and sanctions to deal with incorrect or misleading references to the certification system or use of licenses, certificates as well as GOTS logo and labelling that it authorizes certified entities to use.”

Parece possível afirmar que estamos perante uma transmissão parcial de uma marca de certificação ou garantia. Diz-se claramente, que a entidade certificadora, no caso, *CERES Certification of Environmental Standard GmbH*, deve exercer controlo sobre a propriedade da marca, o uso e emissão de licenças, certificados e logos que autoriza as entidades certificadas a usar. Parcial, porque se refere a parte dos produtos ou serviços para os quais a marca está registada – art. 20º, nº 1 do regulamento (UE) 2017/1001, de 14 de junho de 2017 sobre a marca da União Europeia, art. 30º, nº1 e 256º, nº1 do CPI – reservando para si, o proprietário, o direito de dispor dos seus direitos e explorar ainda mais esse bem imaterial.

---

<sup>61</sup> REMÉDIO MARQUES, 2008, *Licenças (voluntárias e obrigatórias) de Direitos de Propriedade Industrial*, p.19 e ss através de MARIA MIGUEL CARVALHO, *Contratos de Direito de Autor e de Direito Industrial: Contratos de Transmissão e de Licença da Marca*, p. 493

Quanto à transmissão, também, por vezes denominada de cessão, há a preocupação por parte do legislador, em permitir aos consumidores associarem aos produtos e serviços a natureza, qualidade e origem, no seguimento do uso previamente feito pelo titular da marca, ou por terceiro com o seu consentimento. De facto, no artigo 268º do CPI, vemos uma tutela concreta das perspetivas do consumidor ao considerar que o registo das marcas apenas é transmissível – sob pena de caducidade do registo - se “A marca [não ] se tornar suscetível de induzir o público em erro, nomeadamente acerca da natureza, qualidade e origem geográfica desses produtos ou serviços, no seguimento do uso feito pelo titular da marca, ou por terceiro com o seu consentimento, para os produtos ou serviços para que foi registada.

No que tange à transmissibilidade das marcas de certificação ou garantia, em vários ordenamentos jurídicos estão igualmente previstas limitações à sua transmissão.

Por se tratar de uma marca de garantia não se coloca aqui a questão já muito desenvolvida pela doutrina de saber se as marcas também têm uma função de garantia de qualidade direta e autonomamente tutelada pelo direito. O nosso CPI é claro quando nos diz que a marca de certificação ou garantia “controla os produtos ou os serviços ou estabelece normas a que estes devem obedecer, no que respeita ao material, modo de fabrico dos produtos ou de prestação dos serviços, qualidade, precisão ou outras características dos produtos ou serviços”. Aqui a qualidade é, portanto, uma característica essencial das marcas de certificação.

Como já analisamos, o direito de marca é passível de ser transmitido – art. 256º CPI e ss do CPI. Maria Miguel Carvalho refere que “a concessão de um direito subjetivo absoluto relativamente a este sinal permite que o seu titular o negocie”.<sup>62</sup> O conceito de transmissão da marca pode, no entanto, ser compreendido numa conceção mais ampla ou mais estrita.

Couto Gonçalves defende que “a transmissão da marca, em sentido amplo, designa, por regra, o efeito comum a um conjunto de actos jurídicos, de tipo contratual ou não contratual, a título oneroso ou gratuito, pelos quais se transfere a propriedade da marca”.<sup>63</sup> Neste sentido, podemos confirmar que a transmissão da marca em sentido amplo poderá decorrer tanto de um contrato de compra e venda, como de uma doação, permuta ou mesmo por via testamentária.

Por outro lado, “em sentido estrito, o conceito de transmissão liga-se, na prática, usualmente, ao efeito do contrato de compra e venda da marca”<sup>64</sup>, o que constitui uma cessão da titularidade do direito do cedente para o cessionário através de um contrato de compra e venda, ficando de fora todas as demais formas de cessão da marca.

O Código da Propriedade da Industrial consagra a possibilidade de transmissão desvinculada da marca -art. 256.º do CPI. Não se trata de uma transmissão inteiramente livre pois, a transmissão

---

<sup>62</sup> MARIA MIGUEL CARVALHO, *Contratos de Transmissão e de Licença de Marca*, op. cit. p. 477

<sup>63</sup> COUTO GONÇALVES, 1999, *Função Distintiva da Marca* p.179

<sup>64</sup> COUTO GONÇALVES, op. cit., p.293

independentemente do estabelecimento só terá lugar “se tal não for suscetível de induzir o público em erro quanto à natureza, qualidade e origem geográfica” desses produtos ou serviços, no seguimento do uso feito pelo titular da marca.

O ordenamento português adotou um sistema de cessão híbrido, por um lado, não impõe uma cessão vinculada da marca ao estabelecimento, mas também não permite uma livre cessão da marca sem limitações, condicionando-a à observância do princípio da verdade da marca.<sup>65</sup>

O registo da marca de certificação dá ao seu titular o direito de disciplinar a comercialização dos respetivos produtos, nas condições estabelecidas na lei, nos estatutos ou nos regulamentos internos – tal como o faz explicitamente no anexo A – art. 215º nº3 do CPI.

Estamos perante uma transmissão de marca de certificação no que concerne à prestação de serviços. Há um efetivo controlo no que concerne aos serviços que serão prestados pelas entidades de certificação: a *Global Standard gGmbH* estabelece normas às quais as entidades de certificação têm que obedecer, no que respeita à prestação dos serviços, qualidade, precisão e outras características dos serviços prestados – confrontar, por exemplo, ponto 4 referente aos requisitos de aprovação e procedimentos de monitorização, 5.1.4.3 referente ao uso e condições de licenciamento da marca de certificação; 5.3.3.3 no que respeita a não conformidades por parte das entidades em auditoria, etc.

No que respeita à transmissão da marca, o legislador nacional impõe que quando transmissão de um registo for parcial em relação aos produtos ou serviços para os quais a marca foi registada, deve ser requerida cópia do processo, que servirá de base a registo autónomo, incluindo o direito ao título.

No caso concreto e segundo a análise dos documentos em anexo, em específico o anexo A, a transmissão parcial da marca de certificação entre a *Global Standard gGmbH* e *CERES Certification of Environmental Standard GmbH* é feita a título oneroso, de uma só vez – anualmente - e a contrapartida estipulada é um quantitativo variável (royalties) - ponto 5.4 do documento anexado A – dependente do número de entidades certificadas anualmente pela *CERES Certification of Environmental Standard GmbH*.

### **C. Segundo contrato**

O segundo contrato corresponde ao anexo C. Seguindo a mesma linha de pensamento anterior, em que se considerou o anexo B – regulamento da utilização da marca – como um contrato normativo, deve então entender-se que o contrato de que dispõe o anexo C é, portanto, o contrato a que Hueck se refere, na sua definição, como contrato individual. Hueck defendeu que o contrato normativo só teria vigência no caso de as partes celebrarem um contrato individual. Uma vez celebrado, os contratos posteriores perderiam a sua independência e passariam a conter uma parte substancial do conteúdo do contrato normativo que o antecedeu<sup>66</sup>. Ora assim parece acontecer.

---

<sup>65</sup> COUTO GONÇALVES, 2019, *Manual Direito Industrial*, p.293

<sup>66</sup> HUECK, op. cit., pp. 38-40

Pese embora o regulamento de utilização da marca, como vimos anteriormente, não possa ser considerado como um contrato de adesão, pelos argumentos anteriormente desenvolvidos, este contrato em específico – o anexo C – parece ser um exemplo típico da manifestação jurídica da vida económica moderna, com um modo de contratação característico da sociedade industrial moderna, funcionalmente ajustado às atuais estruturas de produção económica e à distribuição de bens e serviços. À produção e distribuição “standard” corresponde, no plano negocial, a contratação “standard”: produção em massa, distribuição em cadeia, contratos em série desenvolvidos por necessidades de racionalização, planeamento, celeridade e eficácia.

Neste contrato, eliminaram-se as negociações prévias entre as partes através de cláusulas prévia e unilateralmente redigidas, que não são negociadas, antes elaboradas por uma das partes, para um número múltiplo ou indeterminado de contratos a celebrar. Note-se que decorre da própria estrutura do contrato, que os únicos detalhes a aditar são a informação referente à empresa cliente e o ponto 1 que especifica qual o tipo de certificação que o cliente requer para efeitos de conclusão de contrato, sendo que as normas dispostas no contrato são unilateralmente aplicadas também a todos os outros certificados que a *CERES Certification of Environmental Standard GmbH* está autorizada a certificar.

Parece, portanto, possível aplicar, neste contrato, o regime das cláusulas contratuais gerais e dos contratos de adesão presente no Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro e subsequentes alterações.

A *CERES Certification of Environmental Standard GmbH* deve, com isto, observância aos deveres de comunicação e informação predispostos nos arts. 5º e 6º do diploma anteriormente mencionado, ficando sujeito a ver funcionar contra si a falta de clareza da previsão do conteúdo contratual - n.º 2 do art. 11º -, tendo que respeitar as proibições de conteúdo predispostas nos arts. 15º a 19º, sob pena de nulidade - art. 12º.

Estamos perante um contrato atípico que regula a relação entre os contraentes na aceção da certificação. Como é sabido, o facto de as partes apelidarem o documento como “contrato de licença” ou “contrato de transmissão” ou de “alienação” de direitos de propriedade industrial não vincula decisivamente o intérprete: decisivo é, pelo contrário, perscrutar o sentido e o alcance do regime nele consagrado em face das declarações de vontade dos contraentes.

A realidade é que com a realização deste contrato, passa a empresa certificada a deter autorização para utilizar, não exclusivamente, e segundo as regras previamente estabelecidas, os sinais distintivos da certificação G.O.T.S., tanto na sua produção e nos seus produtos como no seu marketing empresarial, não se transferindo, no entanto a titularidade do direito, que permanece na esfera jurídica do titular.

Da certificação retiramos o seguinte: “with completion of GOTS certification, the certified entity acquires a licence which entitles it to participate in the GOTS program, including use of the standard and the GOTS logo on its respective GOTS Goods.”<sup>67</sup>

Assim sendo, a licença é o contrato pelo qual o titular de uma marca – licenciante – proporciona a um terceiro – licenciado – o uso temporário, total ou parcial, de uma marca registada.

Este conceito aparenta sugerir a licença como uma simples autorização para que uma outra pessoa possa usar uma marca. No entanto, de acordo com o ordenamento jurídico atual, não o é.<sup>68</sup> Não se trata a licença de um conteúdo negativo correspondente à renúncia do licenciante em exercer perante o licenciado o *jus prohibendi* inerente ao seu direito absoluto sobre a marca. Pelo contrário, o regime legal da marca tem uma inegável vantagem para os licenciantes em efetuar uma prestação necessariamente positiva, o controlo da marca, permitido pela lei e efetuado em coerência com as circunstâncias concretas, pelo menos, sobre o modo como o licenciado usa a marca. Note-se, novamente, que segundo a nossa legislação, tem lugar a caducidade do registo de marca – no seguimento do uso feito pelo titular da marca, ou por terceiros com o seu consentimento, como é o caso do licenciado – se “a marca se tornar suscetível de induzir o público em erro, nomeadamente acerca da natureza, qualidade e origem geográfica dos seus produtos ou serviços – art. 268º, nº 2 al, b) do CPI. Entre outros, “a caducidade do registo [também] deve ser declarada se a marca não tiver sido objeto de uso sério” – art. 268º, nº 1 e art. 267º CPI. Daí que na utilização de uma marca licenciada o titular deve exercer o respetivo controlo – art. 267º, nº1, al. a) do CPI. Certo é que na licença de marcas individuais o licenciante e o licenciado são livres de não estabelecerem contratualmente o exercício deste controlo. No entanto, para além da aplicação das sanções de caducidade, que operam independentemente da vontade das partes, no caso das marcas de certificação o exercício do controlo por parte da entidade de certificação é uma das suas características essenciais adjacentes a próprio conceito de marca de certificação, logo não pode ser afastada pelas partes.

Em matéria de modalidades legais da licença, à semelhança do que acontece com as patentes – art. 31º CPI -, são possíveis três modalidades: licença exclusiva absoluta, licença exclusiva relativa e a licença não exclusiva.<sup>69</sup>

É verdade que as diferentes formas de utilização de uma criação ou prestação protegida por direitos desta natureza são, em princípio, independentes entre si. Assim, pode haver a atribuição de mais do que uma faculdade jurídica.

Remédio Marques dá-nos a seguinte definição de licença: “*de todo o modo (e à parte a problemática da figura das licenças obrigatórias ou compulsórias e das licenças legais), a licença (voluntária) exprime e é*

---

<sup>67</sup> Global Organic textile Standard in <https://www.global-standard.org/>

<sup>68</sup> COUTO GONÇALVES, op. cit. p. 317

<sup>69</sup> COUTO GONÇALVES, op. cit. p. 318

fruto de um *negócio jurídico*, pelo qual o titular (ou o *requerente* de um direito de propriedade industrial ou, ainda, o *usufrutuário* ou o *representante* do titular) de um direito de propriedade intelectual *autoriza* temporariamente (ainda que por todo o tempo de vigência do exclusivo) uma outra pessoa a exercer a *totalidade* ou somente *algumas* das *faculdades jurídicas singulares* de *utilização económica* ínsitas ao direito intelectual ou industrial de que se é titular.<sup>70</sup>

Na doutrina estrangeira, tem sido defendido que a relação contratual entre o titular da marca de certificação e os seus usuários se aproxima mais de uma licença obrigatória não exclusiva da marca individual.<sup>71</sup> Obrigatória no sentido em que o regulamento de utilização da marca deve autorizar qualquer pessoa cujos produtos ou serviços preencham todas as demais condições previstas no regulamento, a serem certificadas. Ora, embora se exijam as mesmas condições de acesso, a qualificação da modalidade de licença é vista com outra perspectiva no nosso ordenamento jurídico.

Note-se que, em relação marcas coletivas há, ainda, quem pense de forma diferente. Fernández-Nóvoa, defende que “(...) a legitimação dos empresários membros para usar a marca coletiva [de associação] baseia-se — de maneira imediata — no *status socii*, isto é, na posição jurídica que ocupam como membros da Associação. Não é necessário (...) recorrer à figura da licença para explicar a possibilidade de os empresários membros utilizarem a marca coletiva. Porque — bem vistas as coisas — a faculdade de usar a marca coletiva [de associação] é um dos direitos que derivam da condição jurídica de ser membro da Associação titular. O que sucede é que a faculdade de usar a marca coletiva” [de associação] está sujeita ao fiel cumprimento dos requisitos estabelecidos no Regulamento de uso”. Já quanto às marcas de garantia o autor defende tratar-se de uma licença não exclusiva. Defendendo a primazia das licenças, outros autores deixam, no entanto, a porta aberta a outros instrumentos<sup>72</sup>.

Braun afirma que, “(...) a diferença mais importante entre os (...) [contratos que regulam o uso das marcas coletivas e de certificação e as licenças] é que a marca coletiva [e de certificação] é empregue simultaneamente por concorrentes, enquanto que no caso da licença de uma marca individual, as duas partes têm interesse na produção e na venda de certo produto”.<sup>73</sup>

Quanto às marcas de certificação, certo é que desde que estejam preenchidos os requisitos objetivos fixados no regulamento de uso, a autorização pelo titular do seu uso é, de facto, obrigatória. No entanto, e dado que estas marcas visam, por definição, ser usadas por várias pessoas, terão de ser não exclusivas.

Esta tese encontra fundamento nalgumas normas que remetem, quanto à questão de determinar quem tem legitimidade de ação contra a contrafação, para as disposições relativas às licenças (ou melhor, para os

---

<sup>70</sup> Remédio Marques, op. cit. p18-31

<sup>71</sup> ALISON FIRTH, 2000, *Collectivity, control and joint venture – observations on marks in multiple use*, in: *Perspectives on Intellectual Property Series*, p. 180 e ss

<sup>72</sup>FERNANDEZ-NÓVOA, op. cit. p. 572

<sup>73</sup> BRAUN, 1995, *Precis des Marques*, p.476

licenciados não exclusivos), embora possa ser consagrada uma hipótese diferente na disposição no regulamento de uso da marca de certificação.

Entre nós, a solução no art. 217.º, n.º 1 do CPI, refere imperativamente que se deve estipular no regulamento de uso da marca de certificação quem tem direito no que respeita aos “direitos e obrigações do interessados no caso de usurpação ou contrafação”.

O art. 31.º, n.º 4 do CPI, preceitua que “salvo estipulação expressa em contrário, o licenciado goza, para todos os efeitos legais, das faculdades conferidas ao titular do direito objeto da licença, com ressalva do disposto nos números seguintes”. Contudo, e uma vez que é o titular da marca o responsável pela elaboração do regulamento de uso, é natural que este se reserve o direito de agir contra os contrafactores. Ou seja, entre nós, o licenciado, em matéria de direitos de propriedade industrial goza, salvo estipulação expressa em contrário, de todas as faculdades jurídicas concedidas ao titular do direito objeto da licença (artigo 31.º/4 do CPI de 2018), podendo, inclusivamente, opô-las ao titular. Neste sentido, a licença de direitos de propriedade intelectual origina direitos absolutos na esfera jurídica do licenciado, aí onde as faculdades jurídicas autorizadas são faculdades inerentes ao concreto “tipo” ou “categoria” de propriedade industrial que foi objeto de licença. O que significa que, entre nós, as licenças de propriedade industrial são, por via de regra, onerações do direito industrial-base, embora fiquem sujeitas ao princípio da autonomia privada e da liberdade contratual (“salvo estipulação expressa em contrário”: art. 31º nº 4 do CPI): um direito de 2º grau recai sobre um direito de propriedade industrial requerido ou já concedido, ou sobre direitos deste derivados. Dado que as autorizações constituídas ao abrigo destas licenças (em principio licenças contratuais) estão sujeitas a registo (artigo 29º, nº1, alínea b) daqui se conclui que a criação de direitos com eficácia *erga omnes* não é injustificada, na medida que, efetuado o registo, da licença, os terceiros nunca são eventualmente afetados por direitos cujo conteúdo nunca podem conhecer.

O contrato de licença sujeito ao direito português é, deste modo (ou pode ser), fonte ou a matriz imediata dos direitos absolutos que o licenciado passa, assim, a poder exercitar contra terceiros. O exercício destas faculdades jurídicas, pelo licenciado, é sempre visto como dependente do título (o contrato de licença) e da vontade do licenciante (“salvo estipulação expressa em contrário”, como se afirma na redação do artigo 31º, nº 4 do CPI de 2018).

Note-se também que o art. 258º nº 2 estabelece que à exceção das licenças exclusivas “o licenciado só pode instaurar uma ação em que se alegue a violação de um direito de marca com o consentimento do respetivo titular.” Quanto às licenças exclusivas “o titular de uma licença exclusiva pode instaurar a ação referida no número anterior se, após prévia notificação, o titular do registo de marca não instaurar essa ação em prazo que não pode exceder os seis meses” – art. 258º, nº3 do CPI.

Em todo o caso, “nos termos e prazos previstos na legislação processual civil, qualquer licenciado pode intervir na ação em que se alegue a violação de um direito de marca, a fim de obter reparação do seu prejuízo” – art. 258º, nº 4 do CPI.

Analisando o caso prático em estudo –anexo C e D – podemos ver que o contrato observa a forma escrita exigida pelo art. 31º, nº 3 do CPI e foi registado - *Registration* N° CERES-0501, *certification* nº 59934 – na DAkkS (Deutsche Akkreditierungsstelle), a entidade nacional de acreditação da República Federal da Alemanha – tal como é exigido pelo art. 29º, nº1, al. b).

Embora, tenhamos visto que na perspetiva de Couto Gonçalves, do CPI atual decorrem 3 modalidades de licenças: licença exclusiva absoluta, licença exclusiva relativa e a licença não exclusiva<sup>74</sup> é certo que a natureza jurídica da licença da marca é uma questão dogmática muito controversa. E a primeira questão passa por saber se a licença é uma figura jurídica unitária ou se é possível dividi-la numa qualificação jurídica diferenciada. De facto, do nosso atual CPI – especialmente os artigos 30º e 258º - parece indicar-nos contra a primeira opção. O facto, é que as partes, dispõe de um grande poder de conformação do contrato.<sup>75</sup> Desde logo, as partes têm que estipular, entre outras especificidades, a previsão do requisito de controlo de qualidade por parte do licenciante, quais os direitos do licenciado em instaurar um possível processo de contrafação, a possibilidade de o licenciado exclusivo poder ou não conceder licenças, entre outros.

A dúvida coloca-se então, de uma outra forma: será o mesmo, do ponto de vista da qualificação jurídica, por exemplo, a licença simples que se limita às cláusulas indispensáveis no que respeita ao prazo de validade, identidade da marca, produtos e serviços abrangidos e definição do âmbito geográfico, e a licença exclusiva absoluta na qual se atribuíam ao licenciado o poder de exercer a ação de contrafação e a possibilidade de conceder sublicenças? Ou serão as diferenças relevantes o suficiente para afirmarmos que estamos perante licenças de natureza jurídica diferente?

A resposta passa por avaliar se, em algum caso, a licença poderá ser considerada um contrato real *quoad effectum*.

Analisando a licença exclusiva absoluta tal qual descrita anteriormente, tratar-se-á, esta de uma licença de natureza real?

Ora, a noção de direito real é muito discutida sendo conhecidas várias propostas de confronto. No entanto, a licença só seria um direito real, mesmo que constituída por contrato, se pudesse desligar-se da sua fonte geradora e conferisse ao seu titular uma posição jurídica absoluta que resultasse diretamente da lei.<sup>76</sup> Assim, cabe-nos analisar, se os poderes conferidos ao licenciado resultam do contrato ou diretamente da lei.

---

<sup>74</sup> COUTO GONÇALVES, op. cit. p. 318

<sup>75</sup> COUTO GONÇALVES, op. cit. p. 318 e ss

<sup>76</sup> COUTO GONÇALVES, op. cit. p. 319 e ss.

A resposta parece, de facto, só poder ser a primeira, estando os poderes do licenciado, resultantes do contrato, dependentes da relação intersubjetiva das partes contratuais e não da relação dominial.

De facto, a licença não se apresenta num tipo legal de conteúdo bem definido o que entra em confronto com um dos princípios constitutivos dos direitos reais: o princípio da tipicidade taxativa (art. 1306º, nº 1 do CC) aplicável, por força do disposto no art. 1303º, nº2, do mesmo diploma, aos direitos privativos industriais, por se tratarem de direitos com eficácia, igualmente, erga omnes. Assim sendo, a natureza real da licença é comprometida.

Estando em condições de declarar que há fundamento para tratar de modo não unitário a natureza jurídica da licença de marca, as diferenças não resultaram de a lei consagrar mais de uma licença-tipo, mas da vontade das partes celebrarem diferentes tipos de licenças.

Uma vez que não se encontram razões em favor da natureza real da licença, pode-se questionar se a licença, revestindo-se de uma natureza obrigacional, configurará um contrato *sui generis* ou um contrato de locação por se tratar, na verdade, por regra, da cedência temporária onerosa do gozo de uma coisa.

Ora, não se pode ignorar o facto de se tratar, aqui, de uma coisa incorpórea. Luís Couto Gonçalves defende, no entanto, uma interpretação objetivista e atualista da norma civilista e defende que “o conceito civilista de locação do art. 1022º não exclui a possibilidade de abranger coisas incorpóreas, com toda a conveniência, diga-se dada, a indiscutível tendência para a desmaterialização dos bens.”<sup>77</sup>

Da lei resulta que a licença pode ainda ser total ou parcial – art. 31, nº1 do CPI.

À semelhança das modalidades de licenças disponíveis para as patentes no nosso CPI, acredito, que no caso concreto estamos perante uma licença exclusiva relativa, isto é, o licenciante só confere poderes de uso a um licenciado, mas não fica impedido de usar a marca – art. 31º, nº 6 do CPI. Note-se que a entidade certificadora – no caso, CERES Certification of Environmental Standards GmbH - fica livre para certificar outras entidades.

#### **IV. Conclusão**

No âmbito desta tese, fica por abordar com mais profundidade as vicissitudes do contrato de adesão. No entanto, para a compreensão da essência do tema desta tese pareceu prescindível esta análise.

A procura por parte das empresas de assimetrias que lhes tragam vantagens competitivas, tem sido constante. As últimas décadas, foram especialmente assinaladas por eventos marcantes, relativamente a questões ambientais graves e às suas consequências, para um mundo que já não dispõe de capacidade suficiente para absorver toda a carga poluidora existente.

A procura de resultados finais, ecologicamente corretos, torna-se, com isso, uma restrição ou uma oportunidade, ficando cada empresa, a nível individual, responsável pela sua escolha.

---

<sup>77</sup> COUTO GONÇALVES, op. cit. p. 319 e ss.

De um modo geral, os produtos europeus caracterizam-se por uma imagem positiva em termos de qualidade. A indústria da União Europeia é líder no desenvolvimento de novos produtos, como é o caso dos têxteis técnicos e estas tendências para produtos de valor acrescentado mais elevado têm conseguido progredir e intensificar o sector dos têxteis na Europa. No entanto, o sector, em geral, sofre graves pressões concorrenciais, cada vez mais acentuadas, de outros grandes países produtores de têxteis, como é o caso da China, da Índia e do Paquistão.

O futuro do sector parece estar na internacionalização dos seus produtos, principalmente aqueles que contenham elevado carácter diferencial, quer pelo *design*, pela qualidade ou inovação técnica. Ora, parece lógico, que nesta persecução pela internacionalização e pela diferenciação, as empresas se aliem a organizações que devotam o seu trabalho diário ao estudo do mercado, de soluções económicas, ambientais e sociais.

As marcas de certificação e, até, as marcas coletivas, representam uma alternativa valiosa para a defesa e promoção de produtos, serviços, técnicas, qualidade e inovação cuja regulamentação – e o controlo por parte das entidades certificadoras - permite não só incrementar a qualidade dos produtos e serviços beneficiários da marca, como também transmitir aos consumidores uma imagem de qualidade, transparência e genuinidade tão necessária para o consumidor final, por vezes, confuso ou desinformado. Se por um lado, o processo de certificação implica custos não só de reestruturação mas também custos acrescidos quanto ao pagamento anual da licença de utilização da marca, pagamento de todas as despesas da equipa que se desloca para auditar a empresas, aumento significativo da burocracia empresarial, por outro, a empresa investe numa entidade já registada e com reconhecimento internacional, conhecida pelo público em geral, com um sinal distintivo estabelecido e identificável no mercado internacional, cuidadosamente controlado de forma a não perder o seu prestígio.

No entanto, parece haver ainda muita confusão no que concerne à utilização e diferenciação prática entre as marcas coletivas, as marcas de certificação ou garantia e as marcas individuais. Embora as várias mudanças do novo Código de Propriedade Industrial tenham sido motivadas pelo objetivo de harmonizar o regime das marcas da União Europeia, analisando a real situação da sua aplicação no mercado, não parecem ter saído beneficiadas as marcas de certificação ou garantia, com o alargamento da legitimidade para requerer a sua titularidade, que passa agora a possibilitar pessoas, singulares ou coletivas, de qualquer natureza, desde que tenham legitimidade para controlar o uso desse sinal, a poder requerer o registo destas marcas.

A realidade, é que o próprio regime do contrato de licença, fortemente influenciado pela liberdade contratual e pela vontade das partes, contribuiu para que se tornassem possíveis as permutas dos diferentes papéis de cada marca. Através do registo de uma marca individual e um contrato de licença em que o titular

do registo assegure perante o licenciado, todos os requisitos típicos de uma marca de certificação, este tipo de marca pode funcionar como marca de certificação.

Por outro lado, podemos acreditar, que a intenção do legislador ao alargar a legitimidade para requerer a titularidade das marcas de certificação às pessoas singulares, possa ter sido a de combater precisamente este tipo de situações. Ao facilitar o acesso à titularidade das marcas de certificação, o legislador incentivou a simplificação do regime das marcas sendo que não há, agora, razão pela qual uma pessoa singular não registre a titularidade de uma marca de certificação ou garantia ao invés de uma marca individual, tornando o regime das marcas mais transparente.

**V. Anexos**

**A. Anexo A**

Global Organic Textile Standard

**Approval Procedure and Requirements  
for Certification Bodies**

**Version 2.0**  
*Issue of 25 May 2017*



*Implementation date : 01 March 2018*

Contact:  
[www.global-standard.org](http://www.global-standard.org)

## Table of contents

1. Objective of this manual .....	4
2. Principles.....	4
3. Scope.....	4
4. Approval and monitoring procedure.....	4
4.1. Prerequisite for Certification Bodies .....	4
4.2. Application procedure .....	5
4.3. Inspection and evaluation requirements for accreditation bodies .....	5
4.4. Approval decision.....	6
4.5. Publication of approved Certification Bodies and their conditions.....	6
5. Requirements for Certification Bodies .....	7
5.1. General requirements .....	7
5.1.1. Responsibility .....	7
5.1.1.1. Legal structure .....	7
5.1.1.2. Certification agreement (contract).....	7
5.1.1.3. Responsibility for certification decisions.....	8
5.1.1.4. Acceptance of prior certification .....	8
5.1.2. Personnel .....	8
5.1.2.1. General.....	8
5.1.2.2. Qualification criteria and documentation .....	8
5.1.2.3. Capacity-building .....	9
5.1.2.4. Assignment of personnel.....	10
5.1.2.5. Assignment of committees .....	10
5.1.2.6. Subcontracting (outsourcing) .....	10
5.1.3. Impartiality and objectivity.....	11
5.1.3.1. Organizational structure and stakeholder involvement .....	11
5.1.3.2. Management of impartiality .....	11
5.1.3.3. Division of functions .....	11
5.1.3.4. Accessibility .....	11
5.1.4. Access to Information .....	12
5.1.4.1. Publicly accessible information .....	12
5.1.4.2. Confidentiality .....	12
5.1.4.3. Reference to certification and use of certification logo (mark) .....	12
5.1.5. Quality management system .....	13
5.1.5.1. General.....	13
5.1.5.2. Management system manual.....	13
5.1.5.3. Document control.....	13
5.1.5.4. Maintaining and managing records .....	14
5.1.5.5. Internal audit and management review .....	14
5.1.5.6. Appeals and complaints .....	14
5.2. Process requirements for conducting GOTS certification .....	15
5.2.1. Application procedures.....	15
5.2.1.1. Information for operators.....	15
5.2.1.2. Application form and the operator's obligations.....	15
5.2.2. Evaluation .....	15
5.2.2.1. Scope .....	15
5.2.2.2. Review of application and preparation of inspection.....	15
5.2.2.3. Inspection protocol.....	16
5.2.2.4. Particular requirements to address high-risk situations .....	16
5.2.2.5. Reporting .....	17
5.2.3. Decision on certification.....	17
5.2.3.1. Division of functions .....	17
5.2.3.2. Basis for the decision.....	17

5.2.3.3. Documentation.....	17
5.2.3.4. Dealing with non-conformities .....	18
5.2.3.5. Exceptions to certification requirements .....	18
5.2.3.6. Issuing of certification documents .....	18
5.2.4. Extension and renewal of certification.....	18
5.2.4.1. Re-evaluation.....	18
5.2.4.2. Frequency of inspection .....	18
5.2.4.3. Notification of changes made by the operator .....	19
5.2.4.4. Changes in the certification requirements .....	19
5.3. Process requirements for conducting GOTS Approval of textile auxiliary agents (chemical inputs).....	19
5.3.1. Application procedures.....	19
5.3.1.1. Information for operators.....	19
5.3.1.2. Application form and the applicant's obligations.....	19
5.3.2. Evaluation .....	20
5.3.2.1. Review of application .....	20
5.3.2.2. Assessment procedure .....	20
5.3.3. Decision on approval.....	20
5.3.3.1. Issuing of approval documents.....	20
5.3.3.2. Renewal of approval .....	21
5.3.3.3. Dealing with non-conformities .....	21
5.3.3.4. Dealing with conflicting decision.....	21
5.3.3.5. Changes in the assessment requirements .....	21
5.4. Further specific conditions for GOTS approved Certification Bodies .....	21
5.4.1. Annual Fee.....	21
5.4.2. Collection of Licence Fee .....	22
5.4.3. Competition .....	22
5.4.4. Public data base, reporting on activities.....	22
5.4.5. Cooperation with other approved Certification bodies.....	22
6. Abbreviations .....	23
7. Definitions .....	23

## 1. Objective of this manual

This document specifies the approval and monitoring procedures and sets out the requirements for Certification Bodies to achieve and maintain approval to perform certification according to Global Organic Textile Standard (GOTS) and to implement its related quality assurance system.

## 2. Principles

Organisations performing professional and objective auditing of manufacturing facilities and operating product certification systems can apply for approval as GOTS Approved Certifier to the Global Standard gGmbH. These Organisations are referred to as 'Certification Bodies' in the following document.

For this approval process as well as for continuous monitoring of the approved Certification Bodies the Global Standard gGmbH is cooperating with accreditation bodies that agree with the Global Standard gGmbH to follow the approval and monitoring procedure and the requirements as specified in this document in their accreditation process for GOTS. The main cooperating partner for this process is the International Organic Accreditation Service (IOAS), since it specialises in organic accreditation and operates worldwide. The cooperation is based on a corresponding agreement concluded between IOAS and the Global Standard gGmbH.

However the Global Standard gGmbH may accept that the accreditation process is performed by the Certification Body's actual accreditation body, as long as this accreditation body is a recognised national or international accreditation body (such as IAF member), complies with the procedures of ISO/IEC Guide 17011: 2004 "Conformity assessment - General requirements for accreditation bodies accrediting conformity assessment bodies"; has the necessary competence and follows the given procedures to accredit to the GOTS scope(s).

The requirements for Certification Bodies set out in this manual are based upon the requirements of ISO/IEC 17065: 2012 "Conformity assessment - Requirements for bodies certifying products, processes and services". It further especially refers to the International Requirements for Organic Certification Bodies (IROCB)<sup>1</sup> as released in October 2008. In addition this manual includes requirements specifically related to the textile sector and to the content of GOTS.

## 3. Scope

The procedures and requirements as specified in this manual are applicable for all newly applying Certification Bodies as well as for current GOTS approved Certification Bodies. The general implementation deadline to fully comply with all requirements of the current issue of this manual is two years after its release (1 Mar 2018) unless other / specific advice is given. Until that date compliance with the requirements of the previous version (issue of 25 May 2009) is accepted.

## 4. Approval and monitoring procedure

### 4.1. Prerequisite for Certification Bodies

Certification Bodies applying for approval as GOTS Approved Certifier must already have a valid accreditation to perform certification for at least one standard according to ISO/IEC 17065: 2012

---

<sup>1</sup> IROCB was developed as a public document by the International Task Force on Harmonization and Equivalence in Organic Agriculture (ITF) convened by the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), the International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM) and the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). The requirements are intended to represent a consensus on good practices in organic conformity assessment among private and public institutions. IROCB can be adopted by governments and private sector organizations at their convenience, without need to request permission for use. Governments and private stakeholders may use all or portions of these requirements as they see fit for non-commercial publication as a separate document.

"Conformity assessment – Requirements for bodies certifying products, processes and services".

#### **4.2. Application procedure**

1. Applications for approval of newly applying Certification Bodies shall be submitted by e-mail (mail@global-standard.org) using the corresponding application form (available on <http://www.global-standard.org/certification/conditions-for-certification-bodies.html> ).
2. Applications will be considered only if they contain the following information / declarations:
  - a) Legal name, legal status, address and legal representative of applicant
  - b) List of all offices and branches of the applicant
  - c) Scope(s) according to which the applicant seeks GOTS accreditation  
Accreditation can be applied according to one of, a combination of or all of the following scopes:
    - Certification of mechanical textile processing and manufacturing operations and their products ("Scope 1")
    - Certification of wet processing and finishing operations and their products ("Scope 2")
    - Certification of trading operations and related products ("Scope 3")
    - Approval of dyes and textile auxiliary agents (chemical inputs) on positive lists ("Scope 4")
  - d) A copy of the applicant's accreditation certificate(s) and a list of ISO 17065 accredited scopes
  - e) Statement regarding which accreditation body the Certification Body intends to assign to perform the GOTS accreditation procedure
  - f) Declaration that the applicant agrees to the procedure and all requirements of this manual and that he agrees to enter into a formal contract ('Certifier's contract') accordingly if approved
  - g) A summary presentation of the relevant (textile) professional qualification and experience including a Curriculum Vitae for all designated personnel.
3. Applications must be accompanied by a non-refundable processing fee of 400 EURO plus tax if applicable ("Processing Fee") to be transferred to the bank account of Global Standard gGmbH.
4. After acceptance of the application by the Global Standard gGmbH the prospective Certification Body must apply to the agreed accreditation body which conducts the further accreditation procedure. Applicants must make a (non-refundable) payment of 5000 EUR plus tax (if applicable) ("Application Fee") to be transferred to the bank account of the Global Standard gGmbH. This fee will be payable upon conclusion of an accreditation contract (or equivalent thereof) between the agreed accreditation body and the prospective certification body.

#### **4.3. Inspection and evaluation requirements for accreditation bodies**

Accreditation bodies must comply with the procedures of ISO/IEC Guide 17011: 2004 "Conformity assessment - General requirements for accreditation bodies accrediting conformity assessment bodies" and must agree to follow the GOTS approval and monitoring procedure as provided for in this manual.

The Global Standard gGmbH requests that the assigned accreditation body include the following specific minimum inspection and evaluation elements in its respective accreditation and monitoring procedure:

- a) Accreditation audit to the headquarter / main office of the initially applying Certification Body
- b) Witness audit performed at a textile manufacturing mill (preferably vertical mill including wet-processing unit, provided that the Certification Body has applied for this scope) for the initially applying Certification Body
- c) Continuous monitoring of approved GOTS Certification Bodies, including performing at least one up-date accreditation visit every second year to the/an office conducting GOTS certifications and at least one witness or review audit<sup>2</sup> every second year of granted accreditation.
- d) A minimum of 5 operator files or 1,5% of the files of operators contracted by the Certification Body (whichever is greater) are to be checked on each (up-date) accreditation visit.
- e) For assessment of "Scope 4" a minimum of 5 chemical input assessment files or 1,5% of the total chemical input files (whichever is greater) are to be checked on each (up-date) accreditation visit.
- f) Inform the Global Standard gGmbH prior to any office audit. The Global Standard gGmbH will submit the list of certified facilities and, if applicable, the list of approved chemical inputs as received from the Certification Body for review by the Accreditation Body and inform on any issues requested to be covered/addressed in the audit.
- g) Involvement of an expert in quality assurance of environmentally and socially responsible textile processing, who is notified to the Global Standard gGmbH, in all accreditation procedures.
- h) Inform the Global Standard gGmbH on any accreditation decision taken.

The Global Standard gGmbH reserves the right to review any records or accompany an Accreditation Body audit of a Certification Body.

#### **4.4. Approval decision**

The accreditation body decides if accreditation according to the applied scope(s) (see 4.2.2.c) based on the procedures and requirements of this document (= 'GOTS accreditation') will be granted to the Certification Body.

The accreditation body may decide to grant accreditation only for one or several of the applied scopes and to refuse accreditation for other applied scopes.

Granted accreditation is a prerequisite for conclusion of the 'Certifiers Contract' between the Global Standard gemeinnützige GmbH, which is the operating unit of the Global Standard gGmbH and the Certification Body. Only after conclusion of the 'Certifiers Contract' is the certification body entitled to act as Approved Certifier and provide corresponding GOTS certification. Approved Certifiers shall maintain at all times accreditation to at least one standard according ISO/IEC 17065 as well as 'GOTS accreditation'. Global Standard gGmbH reserves the right to suspend or terminate the contract, to limit the approved scope as detailed in the 'Certifiers Contract' and to call on the accreditation body to investigate problems.

#### **4.5. Publication of approved Certification Bodies and their conditions**

The GOTS Certification Bodies and their approved scope(s) shall be published on the GOTS website. Further this manual shall be published on the GOTS website in order to enable reporting

<sup>2</sup> Witness and review audits are specific audit tools of accreditation bodies. In a witness audit the accreditation body is accompanying an inspector / inspection team to an on-site inspection and assesses the performance. In a review audit the accreditation body is auditing an inspected/certified entity with the previous inspection report at hand without the inspector / inspection team being present to assess the performance.

any perceived violations thereof to the Global Standard gGmbH and/or to the applicable Accreditation Body.

## **5. Requirements for Certification Bodies**

### **5.1. General requirements**

#### **5.1.1. Responsibility**

##### **5.1.1.1. Legal structure**

The structure of the Certification Body shall foster confidence in its certification operations. In particular, the Certification Body shall

- a) Have documents attesting to its status as a legal entity;
- b) Have documented the rights and responsibilities relevant to its certification respective its chemical input approval activities; and
- c) Identify the management (body, group or person) that has overall responsibility for the functioning of the Certification Body, including its finances.

##### **5.1.1.2. Certification agreement (contract)**

The Certification Body shall provide its certification service based on a legally enforceable agreement (contract) signed by the operators. In particular, the agreement shall at least:

- a) Include a description of the rights and duties of the operators offering certified processes and products respective approved chemical inputs, including a commitment to comply with the relevant criteria of the GOTS, the Manual for the Implementation of GOTS, the Labelling and Licensing Guide and other provisions of the GOTS certification program as provided by the Global Standard gGmbH;
- b) Provide to the Certification Body and the Accreditation Body the right of access to all units of the inspected facilities, including to units where no GOTS products are processed, stored or administered, if applicable, and to all relevant documentation and records, including financial records.
- c) Contain provisions that upon suspension, withdrawal or termination of certification, the operator discontinues its use of all advertising matter that contains any reference to it and takes action as required by the certification procedure (e.g. the return of certification documents);
- d) Require that the operator keeps records of all complaints received related to compliance with certification requirements and makes these records available to the Certification Body and / or the Global Standard gGmbH on request, to take appropriate action with regard to such complaints and any related deviations to the certification requirements found and to document the actions taken;
- e) Require that the operator informs the certification body, without delay, of any information or changes that may affect its ability to confirm with the certification requirements;
- f) Contain provisions to allow the Certification Body to exchange information with other GOTS approved Certification Bodies, accreditation bodies and the Global Standard gGmbH to verify relevant information, especially the certification status of the operator, its processes and products, as part of its ongoing evaluation;
- g) Requires the operator to confirm that it does not and will not hold GOTS certification with another Certification Body at the same time<sup>3</sup>;

---

<sup>3</sup> Not applicable to subcontractors performing job work (in the field of processing or manufacturing) in the supply chain of GOTS goods without becoming owner of them and without assigning their own certification. Such operators may still be subcontracted by

### **5.1.1.3. Responsibility for certification decisions**

The Certification Body shall have final responsibility for granting, maintaining, extending, suspending and withdrawing certification.

### **5.1.1.4. Acceptance of prior certification**

The Certification Body shall accept certificates and letters of approval issued in accordance with the GOTS by other GOTS approved Certification Bodies in order to conclude final certification.

Further the Certification Body shall accept certificates as well as residue analysis reports issued by other certification bodies and laboratories in accordance with the provisions of the GOTS (items 2.1, 4.2).

## **5.1.2. Personnel**

### **5.1.2.1. General**

- a) The Certification Body shall employ sufficient personnel competent to perform certification functions and operate its system.
- b) The Certification Body shall ensure that personnel have knowledge and training or experience relevant to the location and type of processing facilities for which the certification is issued.
- c) The Certification Body shall maintain up-to-date records on personnel. The records shall include:
  - name and address;
  - employer(s) and position held;
  - educational qualification and professional status
  - experience and training
  - the assessment of competence
  - periodic performance review
  - authorisations held within the certification body
  - date of most recent updating of each record.

### **5.1.2.2. Qualification criteria and documentation**

- a) The Certification Body shall define minimum criteria for the competence of their personnel expected to be engaged in GOTS certification services.

Criteria should specify minimum education, training, technical knowledge and work experience relevant to the scope of certification issued.
- b) The Certification body shall formally authorise personnel for functions in the certification process.
- c) The Certification Body shall ensure for each GOTS certification decision that at least one of its personnel involved must have a university or bachelor degree in the field of textile or clothing engineering plus expertise in quality management issues, or 3 yearsyears' professional experience as technician in the textile industry plus expertise in quality management issues or 2 yearsyears' professional experience in inspection and certification of textile processors.

---

different certified entities with job work and accordingly may be inspected by different Certification Bodies and get listed on more than one Certificate of Compliance issued to the certified entities assigning the certification.

Further the Certification Body must assure that personnel familiar with the situation and specifics of the local textile industry and competent for inspection and evaluation of the GOTS social criteria is assigned. Personnel assigned with inspection of the GOTS social criteria in processing and manufacturing facilities must have completed an appropriate related auditor course (such as SA 8000 Basic Auditor Course or equivalent).<sup>4</sup>

- d) 'Scope 4' approved Certification Bodies shall ensure for each chemical input approval decision that at least one of its personnel involved must have:
- a university or bachelor degree in chemistry (or specifically in textile chemistry) or
  - professional experience in the textile chemical supply industry (chemical producers / suppliers), with a laboratory, research institute or assessment body dealing with manufacturing and/or environmental and toxicity assessment of chemical inputs (e.g. preparation or assessment of Material Safety Data Sheets (MSDS)) or
  - at least 3 years professional experience as technician in the textile industry with demonstrated expertise in the application of textile auxiliaries (in wet processing / finishing departments) and their environmental and toxicity assessment (on basis of their MSDS). The Certification Body shall maintain up-to-date documents describing the respective responsibilities of assigned personnel.

#### 5.1.2.3. Capacity-building

The Certification Body shall ensure that personnel involved in certification (i.e. inspectors and other certification personnel, including members of certification committees) have and continue to have up-to-date technical knowledge in their respective fields of activity to enable them to conduct evaluation and certification effectively and uniformly.

In particular, the Certification Body shall

- a) Review the competence of its personnel in light of their performance in order to identify training needs;
- b) Ensure that new personnel have sufficient competence. New inspectors must receive qualified training of on-site inspection for the GOTS certification and undergo an on-site apprenticeship period accompanying inspections carried out according to the GOTS certification system while under the supervision of qualified personnel. In case this is reasonably practical considering the given number and geographical structure of existing operators at least 5 inspections are to be accompanied. The training and accompanied inspections must cover each accreditation scope in which the inspector will be assigned;

Note: Certification Bodies can refer to ISO/IEC 17021 Annex D for guidance on the qualities and behaviours of good inspectors in assessing inspectors during the hiring process;

- c) Provide, as necessary, training programs on certification processes, methodologies, activities and other relevant certification scheme requirements;
- d) Participate in the GOTS training system (e.g. courses, seminars) as offered by the Global Standard gGmbH;
- e) Ensure that assigned personnel have access to the area of the GOTS website restricted for Approved Certifiers, where e.g. the training documents of all previous GOTS trainings, the list of companies banned from becoming GOTS certified, the latest chemical input approval list and specific questions & answers with regard to binding interpretation and implementation

---

<sup>4</sup> The Global Standard gGmbH is considering development of a customized social training course for auditors and certification personnel which will then be considered as a recognised course to meet this criterion. Further advice and reference to auditor courses which are recognised as equivalent may be provided through an up-dated issue of this manual or first on the corresponding website <http://www.global-standard.org/certification/conditions-for-certification-bodies.html>.

advise is provided and ensure that this information is considered, used and followed if applicable in the GOTS certification process.

- f) Relevant for "Scope 4" approved Certification Bodies: Ensure that assigned personnel have access to and knowledge of the applicable norms (e.g. norms according to which the MSDS of applied inputs is prepared – compare chapter 2.3.3 of the GOTS Manual) literature / databases (e.g. CAS number registry <http://www.cas.org/>) to be able to review chemical product group, properties and classifications of chemical substances (as per GOTS 2.3.1 and 2.3.2).

As adequate training for assigned personnel completion of training courses on the requirements for compilation of MSDS according to accepted norms as detailed in 2.3.3 of the GOTS Manual are considered.

#### **5.1.2.4. Assignment of personnel**

The Certification Body shall require personnel, including committee members, involved in the certification process to:

- a) Commit themselves to observing the policies and procedures of the Certification Body;
- b) Declare any prior or present association on their own part, or on the part of their employer, with an operator seeking certification to which they are to be assigned to perform certification procedures.

#### **5.1.2.5. Assignment of committees**

The Certification Body shall have formal rules and structures for the appointment and operation of any committees that are involved in the certification process, reflecting requirements of 5.1.2.1 and 5.1.2.2.

#### **5.1.2.6. Subcontracting (outsourcing)**

When a Certification Body decides to subcontract work (outsourcing) related to certification (e.g. inspection) to an external body, a legally binding agreement (contract) covering the arrangements, including confidentiality and conflict of interest, shall be drawn up. The Certification Body shall

- a) Take responsibility for such subcontracted work;
- b) Directly hold the certification agreement with the operator (see 5.1.1.2) and keep final responsibility for the granting, maintaining, renewing, extending, suspending or withdrawing of certification. Delegation of certification decisions is not permitted;
- c) Ensure that the subcontracted body:
  - Is competent to perform the subcontracted work,
  - and its personnel that it uses, are not involved, either directly or through any other employer, with the operation, process or product that is subject to certification in any way that may compromise impartiality
  - and
  - Committed to the policies and procedures as defined by the Certification Body;
- d) Monitor the performance of the bodies subcontracted for the work;
- e) Review that all communication of the external body about the subcontracted work is accurate;
- f) Implement corrective actions for any breaches of the contract or other requirements related to the subcontracted work which it becomes aware;

- g) Inform the operator in advance of outsourcing activities, in order to provide the operator with an opportunity to object;
- h) Promptly notify the Accreditation Body and Global Standard gGmbH about the body and the kind of the subcontracted work.

### **5.1.3. Impartiality and objectivity**

#### **5.1.3.1. Organizational structure and stakeholder involvement**

The Certification Body shall be impartial; it shall not be financially dependent on single operations that are subject to its certification in any way that compromises its impartiality. Specifically, the Certification Body shall have a documented structure which safeguards impartiality by:

- a) Including provisions to ensure the impartiality of the operations of the Certification Body;  
and
- b) b. Providing for the participation of all parties concerned in a way that balances interests and prevents commercial or other interests from unduly influencing decisions.

#### **5.1.3.2. Management of impartiality**

The Certification Body shall identify, analyse and document the possibilities for conflicts of interest arising from its provision of certification, including any conflicts arising from its relationships. Rules and procedures shall be established to prevent or minimize threat of conflicts of interest. In particular, the Certification Body shall

- a) Require personnel, committee and board members to declare existing or prior association with an operation subject to certification. Where such an association threatens impartiality, the Certification Body shall exclude the person concerned from work, discussion and decisions at all stages of the certification process related to the potential conflict of interest;
- b) Follow defined rules for appointing and operating committees involved in certification activities to ensure that decisions taken are not influenced by any commercial, financial and/or other internal or external interest.

#### **5.1.3.3. Division of functions**

The Certification Body shall not provide any other products or services which could compromise the confidentiality, objectivity or impartiality of its certification process and decisions. In case the Certification Body also performs other activities in addition to certification, it shall apply additional measures to ensure that the confidentiality, objectivity and impartiality of its certifications are not affected by these other activities. In particular the Certification Body shall not

- a) Produce or supply products of the type it certifies;
- b) Give advice or provide consultancy services to the operator as to methods of dealing with matters which are barriers (e.g. non-conformities identified in the course of the certification process) to the GOTS certification.

Explanations regarding the GOTS and its quality assurance system are not considered to be advice or consultancy. General information or training may be given as long as this service is offered to all operators in a non-discriminatory manner.

#### **5.1.3.4. Accessibility**

The Certification Body shall make its services equally accessible to all applicants whose activities fall within its declared field of operation.

It shall work according to non-discriminatory policies and procedures, ensuring that no undue financial (e.g. with regard to the fee structure) or other conditions (such as size of applicant or membership of any association) are applied. The Certification Body shall accept GOTS inspection assignments regardless whether they are for the entire processing chain, parts thereof or single operators.

#### **5.1.4. Access to Information**

##### **5.1.4.1. Publicly accessible information**

The Certification Body shall provide access to information to ensure confidence in the integrity and credibility of its certification.

The Certification Body shall make available (through publications, electronic media or other means) on request:

- a) The GOTS and its reference documents (acc. to GOTS, chapter 1.5; incl. Labelling and Licensing Guide, Manual for the Implementation of the GOTS) and other provisions of the GOTS certification program as provided by the Global Standard gGmbH (for these documents the Certification Body may link to the GOTS website);
- b) Information about procedures applied for evaluating whether operators meet the GOTS;
- c) Information about procedures applied to cases where certification is extended;
- d) Information about procedures and sanctions applied where non-conformities with the certification requirements are detected;
- e) The fee structure for its services;
- f) A description of the rights and duties of operators, including requirements, restrictions;
- g) Information about procedures for handling general complaints and appeals against its certification decisions; and

##### **5.1.4.2. Confidentiality**

In order to gain privileged access to information, the Certification Body shall make adequate arrangements to safeguard the confidentiality of the information obtained in the course of its certification activities at all levels of its organization, including committees and external bodies or individuals acting on its behalf. Arrangements shall

- a) Protect proprietary information of a client against misuse and unauthorized disclosure; and
- b) Grant the Certification Body the right to exchange information with other Certification Bodies, accreditation bodies and the Global Standard gGmbH to verify the authenticity of the information.

##### **5.1.4.3. Reference to certification and use of certification logo (mark)**

In accordance with the provisions of the GOTS Labelling and Licensing Guide the Certification Body shall

- a) Exercise control over ownership, use and display of licenses, certificates and logos that it can authorize certified entities to use;
- b) Review and approve the intended use of the GOTS logo and labelling by certified entities in advance; in particular the Certification Body is expected to:
  - have a procedure for a written GOTS logo and labelling release in place
  - provide individual label release at least for each different artwork, product group and operator

- ensure that clients of the certified entity have indeed a valid scope certificate, in case the applied labelling contains a license number of the clients
  - ensure that any non-certified client of the certified entity is being made aware about the applicable licensing conditions for using the applied on-product GOTS labelling (according to chapter 5.1 if the non-certified client is a processor, manufacturer or B2B trader and according to chapter 5.2 if it is a retailer)
- c) Be able to request an operator to discontinue use of certificates and logos that it authorizes certified entities to use;
  - d) Apply suitable actions and sanctions to deal with incorrect or misleading references to the certification system or use of licenses, certificates as well as GOTS logo and labelling that it authorizes certified entities to use.

### **5.1.5. Quality management system**

#### **5.1.5.1. General**

- a. The Certification Body shall define, document and implement a quality management system in accordance with the relevant elements of these requirements so as to impart confidence in its ability to perform organic certification. The quality management system shall be effective and appropriate for the type, range and volume of work performed.
- b. The management shall ensure that the quality management system is understood, implemented and maintained at all levels of the organization.

#### **5.1.5.2. Management system manual**

- a) The Certification Body shall address and document all applicable procedures, either in a manual or in associated documents, in order to ensure uniform and consistent application.
- b) The manual and associated documents, as appropriate for the type, range and volume of work performed, and considering the number of personnel involved in the process, shall contain:
  - An organizational chart showing lines of authority, responsibilities and allocation of functions;
  - A description of procedures applied by the Certification Body in the course of performing certification, including granting, maintaining, renewing, extending, suspending and withdrawing of certification;
  - Procedures for the recruitment, selection, training and assignment of the Certification Body's personnel (as outlined under 5.1.2.);
  - Policy and procedures for appeal against certification decisions and other complaints; and
  - Policy and procedures for reviewing quality (e.g. internal audits, management review).
- c) The Certification Body shall ensure that the manual and relevant associated documents are accessible to all relevant personnel.

#### **5.1.5.3. Document control**

The Certification Body shall establish and maintain procedures to control its documents that relate to its certification functions. In particular, the Certification Body:

- a) Shall, through authorized and competent personnel, review and approve documents for adequacy prior to their original issue or any subsequent amendment;

- b) Maintain a list of all appropriate documents with the respective issue dates and duly identify their amendment status; and
- c) Control the distribution of all such documents to ensure that the appropriate documentation is provided to personnel of the Certification Body or its subcontractors when they are required to perform any function relating to the Certification Body's activities, and prevent the unintended use of obsolete documents.

#### **5.1.5.4. Maintaining and managing records**

- a) The Certification Body shall maintain a system of records (either electronic or paper documents) to demonstrate that the certification procedures have been effectively fulfilled, particularly with respect to application forms, evaluation or re-evaluation reports, and other documents relating to granting, maintaining, renewing, extending, suspending or withdrawing certification.
- b) The records shall be identified, managed and disposed of in such a way as to ensure the integrity of the process and the confidentiality of the information.
- c) Operator records shall be up to date and contain all relevant information, including inspection reports and certification history.
- d) Records shall also be kept on exceptions granted, appeals and subsequent actions.
- e) Records shall be kept for at least five years, or as required by law, in order to be able to demonstrate how certification procedures have been applied.

#### **5.1.5.5. Internal audit and management review**

The Certification Body shall demonstrate that it seeks and achieves continuous quality improvement. It shall perform management reviews and internal audits according to the type, range and volume of certification performed.

- a) In particular, it shall periodically review all procedures in a planned and systematic manner, to verify that the quality system and its procedures are implemented and effective. Performance reviews conducted periodically shall be part of the review.
- b) Review intervals shall be sufficiently short to ensure that the objective of quality improvement is fulfilled. Records of quality reviews shall be maintained.
- c) Performance reviews of personnel responsible for evaluation, inspection and certification shall be conducted on an annual basis.

#### **5.1.5.6. Appeals and complaints**

The Certification Body shall have in place policies and procedures for the resolution of complaints and appeals received from operators or other parties about the handling of certification or any other related matters. In particular, the Certification Body shall

- a) Take appropriate subsequent action to resolve complaints and appeals; and
- b) Document the action taken and its effect.

## **5.2. Process requirements for conducting GOTS certification**

### **5.2.1. Application procedures**

#### **5.2.1.1. Information for operators**

The Certification Body shall provide to operators an up-to-date description of the procedures to be applied for conducting certification. The Certification Body shall inform operators about

- a) Contractual conditions, including fees and possible contractual penalties;
- b) The operator's rights and duties, including the appeals procedure;
- c) The current version of GOTS and corresponding relevant documents released by the Global Standard gGmbH;
- d) Program changes, including regular updates of procedures and standards;
- e) The evaluation and inspection procedures applied by the Certification Body in the course of certification; and
- f) Documentation to be maintained by the operator to enable verification of compliance with GOTS by the Certification Body.

#### **5.2.1.2. Application form and the operator's obligations**

The Certification Body shall require completion of an application form, signed by a duly authorized representative of the operator. To enable evaluation and assignment of qualified personnel, the Certification Body shall require operators to:

- a) Provide information about the scope of the desired certification, including a description, as specified by the Certification Body, of the production, products and facilities and sub-contractors to be certified;
- b) Provide information as to whether another Certification Body has denied certification and any known reasons for that denial. Additionally, the operator must provide a copy of their last assessment report, if one was performed to the standard, in order to ensure that unresolved non-conformities on the part of the operator are taken into account by the new Certification Body;
- c) Provide information about any past applications made; approvals received; approvals suspended or withdrawn or lapsed.
- d) Provide information about any other certifications and Certification Body relationships that share the same scope as GOTS (e.g. use of organic fibre under the Organic Content Standard of Textile Exchange).

### **5.2.2. Evaluation**

#### **5.2.2.1. Scope**

- a) The Certification Body shall have a plan for the evaluation activities to allow for the necessary arrangements to be managed.
- b) The Certification Body shall evaluate entities against all certification requirements specified. The evaluation shall consist of a review of documents and an on-site inspection visit

#### **5.2.2.2. Review of application and preparation of inspection**

- a) Prior to the inspection, the Certification Body shall review the application documents to ensure that certification can be carried out and that application of certification procedures is possible. In particular, the Certification Body shall review whether:

- Documents submitted by the operator are complete;
  - The operator appears to be able to comply with all certification requirements (GOTS and applicable related procedures);
- b) The Certification Body shall assign qualified personnel to the evaluation in line with the requirements of 5.1.2 and 5.1.3 above, and provide them with appropriate work-related documents.
- c) The Certification Body shall inform inspectors about any non-conformities and the associated requests for corrective action issued previously, to enable the inspectors to verify whether the non-conformities have been resolved.

#### **5.2.2.3. Inspection protocol**

Inspection is carried out in order to verify information and compliance with certification requirements applicable to the operator. It shall follow a set protocol to facilitate non-discriminatory and objective inspection.

The on-site inspection protocol shall at the very minimum undertake the following, as applicable to the inspected operator:

- a) Assessment of the processing system by means of visits to processing and storage units (which may also include visits to non-certified areas if there is reason for doing so).
- b) Review of records and accounts in order to verify flow of goods (input/output reconciliation and the tracing back);
- c) Inspection of the chemical inputs (dyes and auxiliaries) and accessories used and assessment of their compliance with the applicable criteria of the GOTS;
- d) Identification of areas of risk to product integrity;
- e) Inspection of the waste water (pre-)treatment system of wet processors;
- f) Verification of the operator's risk assessment of contamination and residue testing policy potentially including sample drawing for residue testing either as random sampling or in case of suspicion of contamination or non-compliance;
- g) Verification of adherence to the defined minimum social criteria. In particular the inspection protocol must include:
- Inspection of processing and storage units, toilet facilities, rest areas and other sites of the company with access for workers
  - Interview with management and confidential interviews with workers and worker's representatives
  - Review of personnel files, such as list of workers employed, workers' contracts, pay rolls, shift and working time protocols, age verification, social insurance documents
- h) Verification that changes to the standards and to related requirements have been effectively implemented; and
- i) Verification that corrective actions have been taken.

#### **5.2.2.4. Particular requirements to address high-risk situations**

The Certification Body shall amend and adapt its certification procedures to address higher risks found in certain situations specific to GOTS certification.

Potential high-risk situations and related measures include:

- Documents submitted by the operator are complete;
  - The operator appears to be able to comply with all certification requirements (GOTS and applicable related procedures);
- b) The Certification Body shall assign qualified personnel to the evaluation in line with the requirements of 5.1.2 and 5.1.3 above, and provide them with appropriate work-related documents.
- c) The Certification Body shall inform inspectors about any non-conformities and the associated requests for corrective action issued previously, to enable the inspectors to verify whether the non-conformities have been resolved.

#### **5.2.2.3. Inspection protocol**

Inspection is carried out in order to verify information and compliance with certification requirements applicable to the operator. It shall follow a set protocol to facilitate non-discriminatory and objective inspection.

The on-site inspection protocol shall at the very minimum undertake the following, as applicable to the inspected operator:

- a) Assessment of the processing system by means of visits to processing and storage units (which may also include visits to non-certified areas if there is reason for doing so).
- b) Review of records and accounts in order to verify flow of goods (input/output reconciliation and the tracing back);
- c) Inspection of the chemical inputs (dyes and auxiliaries) and accessories used and assessment of their compliance with the applicable criteria of the GOTS;
- d) Identification of areas of risk to product integrity;
- e) Inspection of the waste water (pre-)treatment system of wet processors;
- f) Verification of the operator's risk assessment of contamination and residue testing policy potentially including sample drawing for residue testing either as random sampling or in case of suspicion of contamination or non-compliance;
- g) Verification of adherence to the defined minimum social criteria. In particular the inspection protocol must include:
- Inspection of processing and storage units, toilet facilities, rest areas and other sites of the company with access for workers
  - Interview with management and confidential interviews with workers and worker's representatives
  - Review of personnel files, such as list of workers employed, workers' contracts, pay rolls, shift and working time protocols, age verification, social insurance documents
- h) Verification that changes to the standards and to related requirements have been effectively implemented; and
- i) Verification that corrective actions have been taken.

#### **5.2.2.4. Particular requirements to address high-risk situations**

The Certification Body shall amend and adapt its certification procedures to address higher risks found in certain situations specific to GOTS certification.

Potential high-risk situations and related measures include:

- a) Parallel processing of GOTS certified and non-certified products: In order to prevent co-mingling or contamination of organic products with other products that do not meet the standards, the Certification Body should verify whether handling and documentation regarding (wet-) processing, storage and sales is well managed and makes clear distinctions between certified and non-certified products. In cases where products are not visibly distinguishable, specified measures should be applied to reduce the risk.
- b) Where a certified entity is certified also by other Certification Bodies for a standard that shares the same scope (e.g. organic fibre under Organic Content Standard of Textile Exchange), the Certification Body shall seek information exchange with the other Certification Bodies involved to prevent misuse of certificates.

#### **5.2.2.5. Reporting**

The Certification Body shall report evaluation findings according to documented reporting procedures to the operator.

- a) Inspection reports shall follow a format appropriate to the type of operation inspected, and facilitate a non-discriminatory, objective and comprehensive analysis of the respective processing, manufacturing or trading system.
- b) The inspection report shall cover all relevant aspects of the standards, and adequately validate the information provided by the operator. It shall include
  - A statement of any observations relating to conformity with the certification requirements;
  - Date and duration of the inspection, persons interviewed, facilities visited; and
  - Type of documents reviewed.
- c) c. The Certification Body shall promptly notify the operator of any non-conformity to be resolved in order to comply with applicable certification requirements.
- d) d. The Certification Body shall document and apply measures to verify effectiveness of corrective actions taken by operators to meet the requirements.

#### **5.2.3. Decision on certification**

Certification decisions must be made within two calendar months of the inspection.

##### **5.2.3.1. Division of functions**

The Certification Body shall ensure that each decision on certification is taken by (a) person(s) or committee different from the one(s) that carried out the inspection.

##### **5.2.3.2. Basis for the decision**

The decision shall be based solely on the conformity of the operation with the GOTS certification requirements, using information gathered during the inspection and evaluation process.

##### **5.2.3.3. Documentation**

Documentation of certification decisions shall include the basis for the decisions.

#### **5.2.3.4. Dealing with non-conformities**

- a) Certification decisions may include requests for the correction of minor non-conformities within a specified time period. In case of major non-conformities, a certificate shall be withheld or suspended until implementation of corrective actions can be demonstrated. In serious cases, certification shall be denied or withdrawn.
- b) Reasons for denial, withdrawal or suspension of certification shall be stated with clear reference to the GOTS criteria or other certification requirement violated.
- c) In case reasons for denial or withdrawal of certification include fraudulent activities the Certification Body shall promptly notify Global Standard gGmbH who will circulate among all approved Certification Bodies details of such operators. Certification Bodies must not offer certification to those operators within a period specified by Global Standard gGmbH.

#### **5.2.3.5. Exceptions to certification requirements**

- a) Exceptions to requirements for certification must only be granted if the basis for granting exceptions is explicitly provided for in GOTS (e.g. GOTS 4.0, chapter 2.4.5 auxiliaries permitted for bleaching non-cotton fibre products; 4.1 inspection cycle for small scale subcontractors with low risk potential and for traders) or other documentation of the Global Standard gGmbH.
- b) The Certification Body shall have clear criteria and procedures for granting exceptions to requirements for certification and shall document the basis on which the exception is granted.

#### **5.2.3.6. Issuing of certification documents**

- a) In case of positive certification decision the Certification Body shall issue official certification documents (= 'Certificates of Compliance') to each certified entity in accordance with the 'Policy and Template for issuing Certificates of Compliance (Scope Certificates, SCs)'. Subcontractors and their relevant processing and manufacturing steps become listed on the Scope Certificate of the certified entity assigning the certification.
- b) The validity period of the Scope Certificate must not exceed 16 months from the date of issue.

#### **5.2.4. Extension and renewal of certification**

##### **5.2.4.1. Re-evaluation**

- a) The Certification Body shall regularly re-evaluate operators in order to verify whether they continue to comply with GOTS. Mechanisms shall be in place to effectively monitor whether corrective actions have been implemented.
- b) The Certification Body shall report and document its re-evaluation activities, and shall keep operators informed about their certification status.
- c) Re-evaluation generally follows procedures outlined in 5.2.2 (i.e. Evaluation). However evaluation for the purpose of renewal may focus on certain measures related to risk, and might not repeat all procedures listed in 5.2.2.

##### **5.2.4.2. Frequency of inspection**

- a) In general operators that are obliged to be certified in accordance with the criteria provided in GOTS (ref. chapter 4.1) are to be inspected at least annually.
- b) The Certification Body may decide on exceptions from the annual onsite inspection cycle in accordance with the criteria provided in the GOTS and the Manual for Implementation (ref. chapter 4.1) only.

- c) In addition to the regular inspection visit, the Certification Body must conduct unannounced on-site inspections of certified entities in accordance with the stipulations provided in the latest issue of the Manual for Implementation (ref. chapter 4.1).

#### **5.2.4.3. Notification of changes made by the operator**

- a) The Certification Body shall require operators to inform the Certification Body about changes cited in 5.2.1.2.
- b) b. The Certification Body shall determine whether the announced changes require further investigations. If such is the case, the operator shall not be allowed to release certified products produced under the changed conditions until the Certification Body has notified the operator accordingly.
- c) In response to an application for amendment to the scope of a certificate already granted, the Certification Body shall decide what evaluation procedure, if any, is appropriate, in order to determine whether or not the amendment should be made, and shall act accordingly.

#### **5.2.4.4. Changes in the certification requirements**

- a) The Certification Body shall ensure that each operator is notified of any changes in the certification requirements without delay.
- b) The Certification Body shall verify the operator's implementation of such changes in a timely manner, within the given implementation periods.

### **5.3. Process requirements for conducting GOTS Approval of textile auxiliary agents (chemical inputs)**

Assessment and approval of textile auxiliary agents (chemical inputs) can only be offered by Certification Bodies accredited and finally approved (through the 'Certifiers Contract') for this specific accreditation scope (= 'Scope 4').

#### **5.3.1. Application procedures**

##### **5.3.1.1. Information for operators**

The criteria of chapter 5.2.1.1 as applicable to the approval process of textile auxiliary agents apply.

##### **5.3.1.2. Application form and the applicant's obligations**

The Certification Body shall require completion of an application form, signed by a duly authorized representative of the applicant. The Certification Body shall require applying chemical producer or supplier to:

- a) Declare that the GOTS requirements for the applied chemical inputs are understood and the applied inputs are compliant to the best of the applicant's knowledge;
- b) Provide an MSDS for each applied chemical input prepared according to a recognised norm or directive as indicated in the Manual for the Implementation of GOTS, chapter 2.3.3;
- c) Inform the Certification Body if another Certification Body has already denied / withdrawn or suspended approval of any of the applied input(s);
- d) Grant the Certification Body the right to exchange information with other Certification Bodies,

accreditation bodies and the Global Standard gGmbH to verify the authenticity of the information;

- e) Inform the Certification Body about any relevant changes related to applied or already approved input(s), such as:
  - change of supplier of raw materials used,
  - change of processing method / technology used or even
  - change of (concentration of) raw materials / ingredients used

Such information needs to be considered in the assessment procedure.

### **5.3.2. Evaluation**

#### **5.3.2.1. Review of application**

Prior to the assessment, the Certification Body shall review the application documents to ensure that assessment can be carried out and that application of approval procedures is possible. In particular, the Certification Body shall review whether:

- a) Documents submitted by the applicant are complete;
- b) The applicant appears to understand the relevant assessment requirements (GOTS and applicable related procedures).

#### **5.3.2.2. Assessment procedure**

- a) The Certification Body shall assign qualified personnel to the evaluation in line with the relevant requirements of 5.1.2 and 5.1.3 above, and provide them with appropriate work-related documents.
- b) The official MSDS prepared according to a recognised norm or directive is basis for the assessment. The Certification Body is requested, where appropriate and felt necessary, to include further sources of information (such as additional toxicological and environmental data on specific components of the auxiliary agents, current and valid test reports, independent 3<sup>rd</sup> - party lab analysis and traceability checks of ingredients) in the assessment. Related interpretation advice as provided in the Manual for the Implementation of GOTS, chapter 2.3.3, is to be taken into account.
- c) The Certification Body shall request the applicant to add any data derived in the assessment procedure which is relevant information for the official MSDS to an updated version of the official MSDS before approving the corresponding input.

### **5.3.3. Decision on approval**

#### **5.3.3.1. Issuing of approval documents**

- a) In case of positive approval decision the Certification Body shall issue conformity documents (= 'Letters of Approval') in accordance with the 'Policy and Template for issuing Letters of Approval for Colourants/Textile Auxiliaries' as released by the Global Standard gGmbH to the chemical input producer / supplier who has applied for input approval.
- b) 'Scope 4' accredited Approved Certifiers shall make summary lists of approved chemical inputs as issued with 'Letters of Approval' available to the Global Standard gGmbH as well as to the other GOTS approved Certification Bodies following the reporting dates and formats as requested by the Global Standard gGmbH so that these lists can be used as a supportive usage and assessment tool by all Approved Certifiers and certified entities. Inputs specifically marked as approved on confidential basis for an applicant (e.g. input developed for a specific

processing operator and only applied in this context) will not be disclosed to the other GOTS approved Certification Bodies and their clients.

#### **5.3.3.2. Renewal of approval**

With a new version of GOTS in force (which is 12 months after its release, provide no other period is published) the validity of any Letter of Approval issued to the former version terminates the latest and re-assessment must be carried out based on the requirements of the new standard version. Based on the Certification Body's procedures and risk assessment a shorter validity period followed by re-assessment may be provided.

#### **5.3.3.3. Dealing with non-conformities**

- a) Reasons for denial of approval of applied inputs shall be stated with clear reference to the GOTS criteria or other certification requirement violated.
- b) In case reasons for denial or withdrawal or suspension of approval include fraudulent activities of the operator the Certification Body shall promptly notify Global Standard gGmbH who will circulate among all Approved Certification Bodies details of such entities.
- c) Certification Bodies must not offer input approval to such entities where fraudulent activities have been detected for a time period specified by Global Standard gGmbH.
- d) In case a chemical input, which was included in the latest circulated summary list needs to be removed from a 'Letter of Approval' because of non-conformities found, a notification is to be sent to the GOTS Technical Director for circulation to all Approved Certifiers. This notification must include the kind of non-conformity found so that the risk potential related to the use of this input can be estimated.

#### **5.3.3.4. Dealing with conflicting decision**

In case of conflicting decisions (chemical input(s) approved by one that is declined or disputed by another Approved Certifier), Approved Certifiers are requested to strive to achieve consistent assessment via consensus, by sharing their proofs of assessment. If this fails in last instance the GOTS Technical Director / Technical Committee will have the right to take a final decision based on screening the provided technical information on the chemical input(s) in question.

#### **5.3.3.5. Changes in the assessment requirements**

The Certification Body shall ensure that each client in the chemical input approval procedure is notified of any relevant changes in the requirements relevant for the assessment and approval of chemical inputs without delay.

### **5.4. Further specific conditions for GOTS approved Certification Bodies**

#### **5.4.1. Annual Fee**

The Certification Body shall pay an Annual Fee per calendar year (including incomplete calendar years) per facility inspected and/or certified as stipulated in the Licensing & Labelling Guide and the 'Certifier Contract'.

#### **5.4.2. Collection of Licence Fee**

The Certification Body shall collect Licence Fees on behalf of Global Standard gGmbH and transfer these as stipulated in the Licensing & Labelling Guide and the 'Certifier Contract'.

#### **5.4.3. Competition**

Beginning 12 months after first approval, Approved Certifiers must not certify and/or inspect according to textile processing standards of its own that deal with the use of organic fibres regardless whether the content of such standards is different or identical to the Global Organic Textile Standard. This applies accordingly to its subsidiary and/or affiliate companies.

#### **5.4.4. Public data base, reporting on activities**

- a) Certification Bodies must keep the GOTS public data base up-dated at all times with the requested information regarding their certified entities (e.g. names, addresses, contact details, product specifications, field of operation, and validity date of certificate).
- b) A report on the relevant activities including a complete list of the inspected and/or certified entities and their facilities as well as withdrawn entities and their facilities in the preceding calendar year is to be sent by end of January of each year to the Global Standard gGmbH.
- c) c. Certification Bodies shall submit upon request by the GOTS Technical Committee detailed procedural or individual documentation related to inspection, certification and – if applicable - chemical approval activities in order to permit the GOTS Technical Committee to supervise Certification Body's adherence to the GOTS, the Manual for Implementation and any procedural rules and interpretation advises issued by the GOTS Technical Committee. The GOTS Technical Committee members shall be bound to treat any of this information confidentially.
- d) Certification Bodies shall submit upon request of the GOTS Evaluator of a complaint (= GOTS Technical Director or assigned staff member or representative) for issues related to the implementation of the GOTS quality assurance and labelling system any relevant information required to process the complaint.

#### **5.4.5. Cooperation with other approved Certification bodies**

Certification Bodies shall cooperate with all other GOTS Approved Certifiers in the Certifiers Council in order to ensure worldwide equal application of the Global Standard and inspection and certification procedures under the supervision of the GOTS Director Standards Development & Quality Assurance.

## 6. Abbreviations

GOTS: Global Organic Textile Standard  
 FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations  
 IAF: International Accreditation Forum  
 IEC International Electrotechnical Commission  
 IFOAM: International Federation of Organic Agriculture Movements  
 IOAS: International Organic Accreditation Service  
 IROCB: International Requirements for Organic Certification Bodies  
 ISO: International Organization for Standardization  
 ITF: International Task Force on Harmonization and Equivalence in Organic Agriculture  
 MSDS: Material Safety Data Sheet  
 UNCTAD: United Nations Conference on Trade and Development

## 7. Definitions

For the purpose of this document the following terms are defined as:

Term	Definition for the purpose of this document
Accreditation Body	Organisation performing professional and objective auditing of Certification Bodies
Certification Body	Organisation performing professional and objective auditing of manufacturing facilities and operating product certification systems applying for initial or continued accreditation and approval as GOTS Approved Certifier
Approved Certifier	Certification Body which is accredited and approved by the Global Standard gGmbH to perform inspections and certifications according to GOTS in the relevant scope. An updated list of Approved Certifiers and their scopes is available at: <a href="http://www.global-standard.org/certification/approved-certification-bodies.html">http://www.global-standard.org/certification/approved-certification-bodies.html</a>
Operator	Entity (processor, manufacturer, trader or retailer) applying for initial or continued GOTS certification respective chemical input approval to a Certification Body.
Certified Entity	Processor, manufacturer, trader or retailer of GOTS Goods certified by an Approved Certifier.
Global Standard gGmbH (Global Standard gemeinnützige GmbH; Global Standard non profit GmbH)	The legal entity operating the Global Organic Textile Standard program. (Founders: International Association Natural Textile Industry, Japan Organic Cotton Association, Organic Trade Association, Soil Association)
GOTS Goods	Textile goods (finished or intermediate) produced in compliance with GOTS by a Certified Entity and certified by an Approved Certifier.

Copyright: © 2017 by  
 Global Standard gGmbH (Global Standard non-profit GmbH)

**B. Anexo B**

**Global Organic Textile Standard  
(GOTS)**

*Version 5.0*



01 March 2017

Contact:

<http://www.global-standard.org/>

GOTS Version 5.0 – Page 1 of 40

## Table of contents

1. Principles.....	4
1.1. Aim of the Standard .....	4
1.2. Scope and structure.....	4
1.3. Certificate of Compliance.....	4
1.4. Label grading and Labelling.....	5
1.5. Reference documents.....	5
2. Criteria.....	7
2.1. Requirements for organic fibre production.....	7
2.2. Requirements for fibre material composition .....	7
2.2.1. Products sold, labelled or represented as "organic" or "organic – in conversion".....	7
2.2.2. Products sold, labelled or represented as "made with x % organic materials" or "made with x % organic – in conversion materials".....	7
2.3. General requirements for chemical inputs in all processing stages.....	8
2.3.1. Prohibited and restricted inputs .....	8
2.3.2. Requirements related to hazards and toxicity.....	10
2.3.3. Assessment of chemical inputs.....	12
2.4. Specific requirements and test parameters .....	13
2.4.1. Separation and Identification .....	13
2.4.2. Spinning.....	13
2.4.3. Sizing and weaving / knitting.....	13
2.4.4. Non-woven manufacture.....	14
2.4.5. Pre-treatment and other wet processing stages .....	14
2.4.6. Dyeing.....	15
2.4.7. Printing.....	15
2.4.8. Finishing.....	16
2.4.9. Requirements for additional fibre materials and accessories .....	16
2.4.9.1 Requirements for additional fibre materials .....	16
2.4.9.2 Requirements for Accessories.....	17
2.4.10. Environmental management.....	19
2.4.11. Wastewater treatment .....	19
2.4.12. Storage, packaging and transport.....	20
2.4.13. Record keeping & internal quality assurance.....	20
2.4.14. Technical quality parameters .....	21
2.4.15. Limit values for residues in GOTS Goods .....	22
2.4.16. Limit values for residues in additional fibre materials and accessories .....	25
3. Social criteria.....	28
3.1. Scope.....	28
3.2. Employment is freely chosen.....	29
3.3. Freedom of association and the right to collective bargaining are respected .....	29
3.4. Child labour must not be used .....	29
3.5. No discrimination is practised .....	30
3.6. Working conditions are safe and hygienic .....	30

3.7.	Fair remuneration .....	31
3.8.	Working hours are not excessive.....	31
3.9.	No precarious employment is provided .....	31
3.10.	Harsh or inhumane treatment is prohibited.....	32
3.11.	Social Compliance Management .....	32
3.12.	Ethical Business Behaviour .....	32
4.	Quality assurance system .....	33
4.1.	Auditing of processing, manufacturing and trading stages.....	33
4.2.	Testing of Technical Quality Parameters and Residues.....	34
	<b>Annex.....</b>	<b>35</b>
A)	Specific requirements for textile personal care products .....	35
A1)	Scope.....	35
A2)	Specific criteria for materials and inputs (for Group I and Group II).....	35
A2.1)	Fibre material components .....	35
A2.3)	Super Absorbing Polymers (SAPs).....	36
A2.4)	Barrier films .....	36
A3)	Specific criteria for Inputs.....	36
A3.1)	Sizing .....	36
A3.2)	Colourants.....	36
A3.3)	Optical Brightening Agents .....	36
A3.4)	Fragrances and lubricants .....	36
B)	Definitions .....	37
C)	List of abbreviations.....	39

Preliminary remark: Terms in '*cursive letters*' are defined in annex B).

## 1. Principles

### 1.1. Aim of the Standard

The aim of this Standard is to define requirements to ensure organic status of textiles, from harvesting of the raw materials, through environmentally and socially responsible manufacturing up to labelling in order to provide a credible assurance to the end consumer.

### 1.2. Scope and structure

This Standard covers the processing, manufacturing, packaging, labelling, trading and distribution of all textiles made from at least 70% certified organic natural fibres. The final products may include, but are not limited to fibre products, yarns, fabrics, garments, fashion textile accessories (carried or worn), textile toys, home textiles, mattresses and bedding products as well as textile personal care products.

The Standard focuses on compulsory criteria only except where an exception from this rule is expressly stated. Some of the criteria are compliance requirements for the entire facility where GOTS products are processed (2.4.10. Environmental management, 2.4.11. Waste water treatment, 3. Minimum social criteria and 4.1. Auditing of processing, manufacturing and trading stages), whereas the others are criteria relevant for the specific products subject to certification (all other criteria of chapter 2 and chapter 4.2. of this Standard).

As it is to date technically nearly impossible to produce any textiles in an industrial way without the use of chemical inputs, the approach is to define criteria for low impact and low residual natural and synthetic chemical inputs (such as dyestuffs, auxiliaries and finishes) accepted for textiles produced and labelled according to this Standard.

The Standard sets requirements on working and social conditions that are equivalent to those of leading social sustainability standards. Considering that the core function of this Standard is verifying and certifying processing of certified organic fibres, where a particularly high level of assurance of labour conditions is needed, applying a compatible specialised social standard or scheme is recommended.

As the Standard is also applied and monitored for entities in countries with developed and effectively applied social and labour legislation and collective agreements between employers and trade unions that conform with the universal standards of the International Labour Organisation (ILO), exceptions to monitoring, verification and audit requirements may be made. Conditions for making exceptions are defined in the Implementation Manual of this Standard.

### 1.3. Certificate of Compliance

Processors, manufacturers, traders and retailers that have demonstrated their ability to comply with the relevant GOTS criteria in the

GOTS Version 5.0– Page 4 of 40

corresponding certification procedure to an *Approved Certifier* receive a GOTS Certificate of Compliance issued in accordance with the 'Policy and Template for issuing Certificates of Compliance (Scope Certificates, SCs)'. Accordingly, they are considered *Certified Entities*. Certificates of Compliance list the products/product categories that the *Certified Entities* can offer in compliance with the Standard as well as the processing, manufacturing and trading activities that are qualified under the scope of certification. *Subcontractors* and their relevant processing and manufacturing steps become listed on the Scope Certificate of the *Certified Entity* assigning the certification.

### 1.4. Label grading and Labelling

The Standard provides for a subdivision into two label-grades. The only differentiation for subdivision is the minimum percentage of 'organic' / 'organic - in conversion' material in the certified product. Labelling of products as 'in conversion' is only possible, if the Standard, on which the certification of the fibre production is based, permits such labelling for the fibre in question.

Only textile goods (finished or intermediate) produced in compliance with this Standard by a *Certified Entity* and certified by an *Approved Certifier* (= GOTS Goods) may be sold, labelled or represented as:

a) **"organic" or "organic - in conversion"**

or

b) **"made with (x %) organic materials" or "made with (x %) organic - in conversion materials"**

**and** the GOTS logo (or the immediate reference "Global Organic Textile Standard" or the short form "GOTS").

Labelling must be completed by a reference to the *Approved Certifier* who has certified the *GOTS Goods* (e.g. certifier's name and/or logo) and the licence number of the *Certified Entity* (as provided by the *Approved Certifier*).

In all cases the GOTS labelling can only be applied to the product/packaging by a *Certified Entity* and must have been approved by the *Certified Entity's Approved Certifier* in advance of its application.

Application of GOTS labelling must be in compliance with the 'Licensing and Labelling Guide'.

### 1.5. Reference documents

Beside this Standard the International Working Group has released the following official reference documents that provide for binding provisions and requirements for *Approved Certifiers* and users of the GOTS:

- **Manual for the Implementation of the Global Organic Textile Standard:**

GOTS Version 5.0– Page 5 of 40

provides interpretations and clarifications for specific criteria of GOTS. Its purpose is to prevent any inconsistent, inappropriate or incorrect interpretation of the Standard. It further contains requirements and detailed specifications for the application of the GOTS and the implementation of the related quality assurance system for certifiers.

- **Licensing and Labelling Guide:**

specifies the licensing conditions for companies participating in the GOTS certification system and defines the corresponding licence fees. It further sets the requirements for the use of the registered trademark 'Global Organic Textile Standard' (GOTS logo) in order to ensure correct and consistent application on products as well as in advertisements, catalogues or other publications.

- **Labelling Release for GOTS Goods :**

provides a release form for labelling of GOTS Goods

- **Labelling Release for GOTS Additives :**

provides a release form for labelling of GOTS Additives

- **Policy and Template for issuing Certificates of Compliance (Scope Certificates, SCs):**

provides detailed instructions with regard to policies, layout, format and text for issuing Certificates of Compliance

- **Policy and Template for issuing Transaction Certificates (TCs):**

provides detailed instructions with regard to policies, layout, format and text for issuing Transaction Certificates

- **Policy and Template for issuing Letters of Approval:**

provides detailed instructions with regard to policies, layout, format and text for issuing Letters of Approval for colourants and textile auxiliaries which are approved as inputs for application in the processing of GOTS certified textile products

- **Approval Procedure and Requirements for Certification Bodies:**

specifies the approval and monitoring procedures and sets out the related requirements for Certification Bodies to implement the GOTS certification and quality assurance system

## 2. Criteria

### 2.1. Requirements for organic fibre production

Approved are natural fibres that are certified 'organic' or 'organic - in conversion' according to any standard approved in the IFOAM Family of Standards for the relevant scope of production (crop or animal production), such as Regulation (EC) 834/2007, USDA National Organic Program (NOP), APEDA's National Programme for Organic Production (NPOP), China Organic Standard GB/T19630. The certification body must have a valid and recognised accreditation for the standard it certifies against. Recognised accreditations are ISO 17065 accreditation, NOP accreditation, IFOAM accreditation and IFOAM Global Organic System accreditation.

Certifying of products as 'organic - in conversion' is only possible, if the standard on which the certification of the fibre production is based, permits such a certification for the fibre in question. Conversion status of fibres must be stated as specified in chapter 1.4. of this Standard.

### 2.2. Requirements for fibre material composition

#### 2.2.1. Products sold, labelled or represented as "organic" or "organic – in conversion"

No less than 95% of the fibre content of the products - excluding *accessories* - must be of certified organic origin or from '*in conversion*' period (identified and labelled as specified in chapters 1.4 and 2.1 of this Standard). Up to 5% of the fibre content of the products may be made of non-organic fibres that are listed under 'additional fibre materials' in chapter 2.4.9. The percentage figures refer to the weight of the fibre content of the products at normal conditions. No fibres must be used which originate from production projects with regard to which there is evidence of a persistent pattern of gross violations of the ILO core labour norms (as far as these are relevant for agriculture) and/or of animal welfare principles or irrefutable evidence of a persistent pattern of land grabbing methods.

#### 2.2.2. Products sold, labelled or represented as "made with x % organic materials" or "made with x % organic – in conversion materials"

No less than 70% of the fibre content of the products - excluding *accessories* - must be of certified organic origin or from '*in conversion*' period (identified and labelled as specified in chapters 1.4 and 2.1 of this Standard). Up to 30% of the fibre content of the products may be made of non-organic fibres that are listed under 'additional fibre materials' in chapter 2.4.9. The percentage figures refer to the weight of the fibre content of the products at normal conditions. No fibres must be used which originate from production projects with regard to which there is evidence of a persistent pattern of gross violations of the ILO core labour norms (as far as these are relevant for agriculture) and/or of animal welfare principles or irrefutable evidence of a persistent pattern of land grabbing methods.

### 2.3. General requirements for chemical inputs in all processing stages

#### 2.3.1. Prohibited and restricted inputs

The following table lists chemical *inputs* that may (potentially) be used in conventional textile processing but that are explicitly banned or restricted for environmental and/or toxicological reasons in all processing stages of *GOTS Goods*. It is not to be seen as a comprehensive and inclusive list of all chemical *inputs* that are prohibited or restricted under GOTS. Prohibition or restriction of substance groups or individual *substances* that are not explicitly listed in this chapter may further result from chapter 2.3.2 'Requirements related to hazards and toxicity' or from other criteria of this Standard.

Substance group	Criteria
Aromatic and/or halogenated solvents	Prohibited
Flame retardants (Chlorinated and Brominated)	Prohibited
Chlorinated benzenes	Prohibited
Chlorophenols (including their salts and esters)	Prohibited (such as mono, di, tri, tetra and penta- chlorophenols)
Complexing agents and surfactants	Prohibited are: - all APs and APEOs (i.e. NP, OP, NPEO, OPEO, APEOs terminated with functional groups, APEO-polymers) - EDTA, DTPA, NTA - LAS, $\alpha$ -MES
Endocrine disruptors	Prohibited
Formaldehyde and other short-chain aldehydes	Prohibited are <i>inputs</i> that contain or generate formaldehyde or other short-chain aldehydes during designated application
Genetically modified organisms (GMO)	Prohibited are all inputs that: <ul style="list-style-type: none"> <li>• contain GMO</li> <li>• contain enzymes derived from GMO</li> <li>• are made from GMO raw materials (e.g. starch, surfactants or oils from GM plants)</li> </ul>
Heavy metals	Prohibited, <i>inputs</i> must be ' <i>heavy metal free</i> '. Impurities must not exceed the limit values as defined in annex B.

GOTS Version 5.0– Page 8 of 40

### 2.3. General requirements for chemical inputs in all processing stages

#### 2.3.1. Prohibited and restricted inputs

The following table lists chemical *inputs* that may (potentially) be used in conventional textile processing but that are explicitly banned or restricted for environmental and/or toxicological reasons in all processing stages of *GOTS Goods*. It is not to be seen as a comprehensive and inclusive list of all chemical *inputs* that are prohibited or restricted under GOTS. Prohibition or restriction of substance groups or individual *substances* that are not explicitly listed in this chapter may further result from chapter 2.3.2 'Requirements related to hazards and toxicity' or from other criteria of this Standard.

Substance group	Criteria
Aromatic and/or halogenated solvents	Prohibited
Flame retardants (Chlorinated and Brominated)	Prohibited
Chlorinated benzenes	Prohibited
Chlorophenols (including their salts and esters)	Prohibited (such as mono, di, tri, tetra and penta- chlorophenols)
Complexing agents and surfactants	Prohibited are: - all APs and APEOs (i.e. NP, OP, NPEO, OPEO, APEOs terminated with functional groups, APEO-polymers) - EDTA, DTPA, NTA - LAS, $\alpha$ -MES
Endocrine disruptors	Prohibited
Formaldehyde and other short-chain aldehydes	Prohibited are <i>inputs</i> that contain or generate formaldehyde or other short-chain aldehydes during designated application
Genetically modified organisms (GMO)	Prohibited are all inputs that: <ul style="list-style-type: none"> <li>• contain GMO</li> <li>• contain enzymes derived from GMO</li> <li>• are made from GMO raw materials (e.g. starch, surfactants or oils from GM plants)</li> </ul>
Heavy metals	Prohibited, <i>inputs</i> must be ' <i>heavy metal free</i> '. Impurities must not exceed the limit values as defined in annex B.

GOTS Version 5.0– Page 8 of 40

Substance group	Criteria
	Exceptions valid for dyes and pigments are set in chapter 2.4.6. and 2.4.7.
<b>Inputs (e.g. azo dyes and pigments) releasing carcinogenic arylamine compounds (MAK III, category 1,2,3,4)</b>	Prohibited
<b>Inputs containing functional nano-particles (= particles with a size &lt; 100 nm)</b>	Prohibited
<b>Inputs with halogen containing compounds</b>	Prohibited are <i>inputs</i> that contain > 1% <i>permanent</i> AOX. Exceptions valid for pigments are set in chapter 2.4.7.
<b>Organotin compounds</b>	Prohibited (such as DBT, MBT, TBT, DOT, TPhT, MMT, MOT, DMT, DPhT, MPhT, TCyHT, TMT, TOT, DPT, TPT, TeBT, TeET)
<b>Plasticizers</b>	Prohibited are: PAH, phthalates, Bisphenol A and all other plasticizers with endocrine disrupting potential
<b>Per- and Polyfluorinated compounds (PFC)</b>	Prohibited. (such as PFCA (incl. PFOA), PFSA (incl. PFOS) FTOH, PFNA, PFHpA, PFDA)
<b>Quaternary ammonium compounds</b>	Prohibited are: DTDMAC, DSDMAC and DHTDMAC
<b>Short-chain chlorinated paraffins (SCCPs, C<sub>10-13</sub>)</b>	Prohibited
<b>Substances and preparations that are prohibited for application in textiles with a recognised internationally or a nationally valid legal character</b>	Prohibited
<b>Substances and preparations having restrictions in usage for application in textiles with a recognised internationally or nationally legal character</b>	The same restrictions apply, provided the <i>substances</i> and <i>preparations</i> are not already prohibited or have stricter restrictions criteria according to this Standard. <i>Substances</i> listed in regulation EC 552/2009 (amending regulation EC 1907/2006 (REACH), annex XVII), and the 'candidate list of substances of very high concern for authorisation' of the European Chemicals Agency (ECHA) are prohibited.

GOTS Version 5.0– Page 9 of 40

### 2.3.2. Requirements related to hazards and toxicity

Substance group	Criteria
<b>Inputs which are classified with specific hazard statements (risk phrases) related to health hazards</b>	<p>Prohibited are:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>substances</i> which are classified with any of the following hazard statements, if applied as direct input</li> <li>- <i>preparations</i> which are classified with any of the following hazard statements</li> <li>- <i>preparations</i> which contain at least one substance which is classified with any of the following hazard statements <ul style="list-style-type: none"> <li>in accordance with the codification system of the Global Harmonized System (GHS) as published by the United Nations, annex 3:</li> <li>H300 Fatal if swallowed</li> <li>H310 Fatal in contact with skin</li> <li>H330 Fatal if inhaled</li> <li>H340 May cause genetic defects</li> <li>H341 Suspected of causing genetic defects</li> <li>H350 May cause cancer</li> <li>H351 Suspected of causing cancer</li> <li>H360 May damage fertility or the unborn child</li> <li>H361 Suspected of damaging fertility or the unborn child</li> <li>H370 Causes damage to organs</li> <li>H371 May cause damage to organs</li> <li>H372 Causes damage to organs through prolonged or repeated exposure</li> </ul> </li> </ul> <p>For <i>inputs</i> assessed on basis of GHS, where the implementation system does not provide for the codified H-statements, the corresponding hazard classes and categories of GHS, annex 3 apply. For <i>inputs</i> assessed according to the 'risk phrase' classification (Directive 67/548EEC amended and appealed by Regulation EC 1272/2008) the equivalent risk phrases apply.</p>

GOTS Version 5.0– Page 10 of 40

<p><b>Inputs which are classified with specific hazard statements / risk phrases related to environmental hazards</b></p>	<p>Prohibited are:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>substances</i> which are classified with any of the following hazard statements / risk phrases, if applied as direct input</li> <li>- <i>preparations</i> which are classified with any of the following hazard statements / risk phrases <ul style="list-style-type: none"> <li>a) in accordance with the codification system of the Global Harmonized System (GHS) as published by the United Nations, annex 3: <ul style="list-style-type: none"> <li>H400: Very toxic to aquatic life</li> <li>H410: Very toxic to aquatic life with long lasting effects</li> <li>H411: Toxic to aquatic life with long lasting effects</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul> <p>For <i>inputs</i> assessed on basis of GHS, where the implementation system does not provide for the codified H-statements, the corresponding hazard classes and categories of GHS, annex 3 apply. For <i>inputs</i> assessed according to the 'risk phrase' classification (Directive 67/548EEC amended and appealed by Regulation EC 1272/2008) the equivalent risk phrases apply.</p> <p>and</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>b) in accordance with the codification system of the EU-GHS (Regulation EC 1272/2008): <ul style="list-style-type: none"> <li>EUH059: Hazardous to the ozone layer</li> </ul> </li> </ul> <p>and</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>c) in accordance with the 'risk phrase' classification: <ul style="list-style-type: none"> <li>R54: Toxic to flora</li> <li>R55: Toxic to fauna</li> <li>R56: Toxic to soil organisms</li> <li>R58: May cause long-term adverse effects in the environment</li> </ul> </li> </ul>
<p><b>Inputs which are bio-accumulative and not rapidly degradable</b></p>	<p>Prohibited are substances, if applied as direct input, and <i>preparations</i> classified with H413: 'May cause long-lasting effects to aquatic life' (respective R53) that are both, 'bio-accumulative'<sup>1)</sup> and not rapidly degradable<sup>2), 3)</sup></p>

1) A *substance* or *preparation* is considered as (potentially) bio-accumulative, if BCF (= bio-concentration factor)  $\geq 500$  or, if absent,  $\log K_{ow}$  (= logarithm of the n-octanol-water partition coefficient)  $\geq 4$

2) Testing requirement: >70% OECD 301A [28d] or equivalent testing method according to footnote 4 of the table below, except test methods related to eliminability (OECD 302). In those cases where only BOD and COD data are available the input is considered 'rapidly degradable' when the ratio of BOD5/COD is  $\geq 0,5$ .

3) This criterion is not applicable to preparations whose very low solubility in water prevents their bioaccumulation (e.g. pigment preparations)

All *preparations* applied must further comply with the following requirements:

Parameter	Criteria
<p><b>Oral Toxicity</b> <sup>1)</sup></p>	<p>LD<sub>50</sub> &gt; 2000 mg/kg <sup>2)</sup></p>
<p><b>Aquatic Toxicity</b> <sup>3)</sup></p>	<p>LC<sub>50</sub>, EC<sub>50</sub>, IC<sub>50</sub> &gt; 1 mg/l</p>
<p><b>Relation of biodegradability / eliminability</b> <sup>4)</sup> to aquatic toxicity <sup>3)</sup></p>	<p>Only allowed, if:  &lt; 70% and &gt; 100 mg/l  &gt; 70% and &gt; 10 mg/l  &gt; 95% and &gt; 1 mg/l</p>

1) Performing new animal tests to determine unknown LD<sub>50</sub> values in the course of the GOTS assessment procedure for inputs (refer to chapter 2.3.3) is prohibited. Instead, alternative methods (e.g. Acute Toxicity Estimates (ATE); conclusions on analogy from similar products; validated structure-activity relationships; calculation from available data of substances contained; expert judgment; in vitro tests) must be used to determine unknown values.

2) *Substances* and *preparations*, such as alkalis and acids that fail to meet this requirement because of their pH value only, are exempt from this requirement.

3) Performing new fish and daphnia tests to determine unknown LC<sub>50</sub> / EC<sub>50</sub> values in the course of the GOTS assessment procedure for inputs is prohibited. Instead, alternative methods such as Acute Toxicity Estimates (ATE); validated structure-activity relationships; conclusion on analogy from similar products; calculation from available data of substances contained; fish egg test (embryo toxicity test (FET)); in vitro test; IC<sub>50</sub> algae; OECD 201 [72hr] must be used to determine unknown values.

4) Accepted test methods: OECD 301A, OECD 301E, ISO 7827, OECD 302A, ISO 9887, OECD 302B, ISO 9888 or OECD 303A; alternatively, to meet the 70% level a *preparation* tested with one of the methods OECD 303A or ISO 11733 a percentage degradation of at least 80% must be shown - or if tested with one of the methods OECD 301B, ISO 9439, OECD 301C, OECD 302C, OECD 301D, ISO 10707, OECD 301F, ISO 9408, ISO 10708 or ISO 14593, a percentage degradation of at least 60% must be shown. To meet the 95% level, if tested with any of the mentioned methods, a percentage degradation of 95% must be shown. Testing duration with each method is 28 days.

### 2.3.3. Assessment of chemical inputs

All chemical *inputs* intended to be used to process *GOTS Goods* are subject to approval by a *GOTS Approved Certifier* prior to their usage. *Preparations* must have been evaluated and their trade names registered on approved lists prior to their usage by a *GOTS Approved Certifier* who is authorised by the Global Standard gGmbH for the specific accreditation scope:

- Approval of textile auxiliary agents (chemical inputs) on positive lists

Approval must be applied by the applicable chemical producer or supplier of the *preparations* who receive conformity documents (Letters of Approval) issued by the authorised certifiers and containing the trade names of applied *preparations* that have been found

to be compliant with the criteria of this Standard.

For all chemical *inputs* (*substances* and *preparations*) a Material Safety Data Sheet (MSDS), prepared according to an applicable recognised norm or directive must be available. The *Approved Certifiers* are requested, where appropriate and felt necessary, to include further sources of information (such as additional toxicological and environmental data on specific components of the auxiliary agents, test reports, independent lab analysis and traceability checks of ingredients) in the assessment.

Certified Entities must have copies of valid Letters of Approval on hand listing all *preparations* they are using in processing and manufacturing GOTS Goods as verification proof that all colourants and textile auxiliaries used for GOTS Goods are actually approved.

## 2.4. Specific requirements and test parameters

### 2.4.1. Separation and Identification

All stages through the supply chain must be established so as to ensure that organic and conventional fibres are not commingled and that organic fibres and *GOTS Goods* are not contaminated by contact with prohibited substances.

All organic raw materials must be clearly labelled and identified as such at all stages of the supply chain.

### 2.4.2. Spinning

Allowed are additives which meet the basic requirements as set in chapter 2.3.1. and 2.3.2. only. Any paraffin products used must be fully refined with a limited value for residual oil of 0,5%.

### 2.4.3. Sizing and weaving / knitting

Allowed sizing agents include starch, starch derivatives, other natural *substances* and CMC (carboxymethylcellulose).

Synthetic sizes which meet the basic requirements as set in chapter 2.3.1. and 2.3.2. may be used for no more than 25% of the total sizing in combination with natural *substances* only, calculated for the chemical without water. In case such synthetic sizes are recycled/recovered in the wastewater from desizing process with a ratio >80% they may be used without limitation in the total sizing but must still meet the requirements as set in chapter 2.3.1 and 2.3.2.

Knitting / weaving oils must not contain heavy metals. Other *inputs* must be derived from *natural materials* only.

GOTS Version 5.0– Page 13 of 40

### 2.4.4. Non-woven manufacture

Allowed non-woven manufacturing processing includes only mechanical compaction, webbing and entangling such as hydro entanglement.

### 2.4.5. Pre-treatment and other wet processing stages

Treatment / process	Criteria
<b>Ammonia treatment</b>	Prohibited - Exception: allowed for after-treatment of wool, if performed in closed system.
<b>Bleaches</b>	On basis of oxygen only (peroxides, ozone, etc.). <i>Approved Certifiers</i> may grant exceptions for non-cotton fibre products where oxygen bleaches are not sufficiently functional, provided they meet the basic requirements as set in chapter 2.3.1. and 2.3.2.
<b>Boiling, kiering, washing</b>	Allowed are auxiliaries that meet the basic requirements as set in chapter 2.3.1. and 2.3.2. only. Washing detergents must not contain phosphates.
<b>Chlorination of wools</b>	Prohibited
<b>Desizing</b>	Allowed are GMO free enzymatic desizing and other auxiliaries that meet the basic requirements as set in chapter 2.3.1. and 2.3.2. only
<b>Mechanical/thermal treatments</b>	Allowed
<b>Mercerization / Alkaline treatment</b>	Allowed with auxiliaries that meet the basic requirements as set in chapter 2.3.1. and 2.3.2. only. Alkali must be recycled.
<b>Optical brightening</b>	Allowed are optical brightening agents (OBAs) that meet all criteria for the selection of dyes and auxiliaries as set in chapter 2.4.6. Dyeing only.
<b>Other, not explicitly listed pre-treatment methods</b>	Allowed are mechanical / thermal pre-treatment methods and such with the use of <i>substances</i> on basis of <i>natural materials</i> .

GOTS Version 5.0– Page 14 of 40

#### 2.4.6. Dyeing

Parameter	Criteria
<b>Selection of dyes and auxiliaries</b>	<p>Allowed are natural dyes, synthetic dyes, pigments and auxiliaries that meet the requirements as set in chapter 2.3.1 and 2.3.2. only.</p> <p>Prohibited are (disperse) dyes classified as sensitizing / allergenic.</p> <p>Prohibited are dyes containing heavy metals as an integral part of the dye molecule (e.g. heavy metal dyes, certain reactive dyes) under consideration of the following exceptions:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- General exception for Iron</li> <li>- Specific exception for copper: permitted up to 5% per weight in blue, green and turquoise dyestuffs.</li> </ul> <p>The use of natural dyes and auxiliaries that are derived from a threatened species listed on the Red List of the IUCN is prohibited.</p>

#### 2.4.7. Printing

Parameter	Criteria
<b>Selection of dyes, pigments and auxiliaries</b>	<p>Allowed are dyes, pigments and auxiliaries that meet the requirements as set in chapter 2.3.1 and 2.3.2 only.</p> <p>Prohibited are (disperse) dyes classified as sensitizing / allergenic.</p> <p>Flock printing is allowed with non-GMO natural and regenerated fibres if the fibres used meet the limit values for residues as listed in chapter 2.4.16.</p> <p>Ammonia is allowed as required buffer in pigment printing pastes.</p> <p>Prohibited are dyes and pigments containing heavy metals as an integral part of the dye molecule (e.g. heavy metal dyes, certain reactive dyes) under consideration of the following exceptions:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- General exception for Iron</li> <li>- Specific exception for copper: permitted up to 5% per weight in blue, green and turquoise</li> </ul>

GOTS Version 5.0– Page 15 of 40

	<p>dyestuffs and pigments only.</p> <p>While in general <i>inputs</i> that contain &gt; 1% <i>permanent AOX</i> are prohibited, exceptionally for yellow, green and violet pigments the limit is 5%.</p> <p>Prohibited are printing methods using aromatic solvents, phthalates or chlorinated plastics (e.g. PVC).</p> <p>The use of natural dyes and auxiliaries that are derived from a threatened species listed on the Red List of the IUCN is prohibited.</p>
--	---

#### 2.4.8. Finishing

Parameter	Criteria
<b>Selection of finishing methods and auxiliaries</b>	<p>Allowed are mechanical, thermal and other physical finishing methods.</p> <p>Allowed are natural and synthetic <i>inputs</i> that meet the basic requirements as set in chapter 2.3.1 and 2.3.2 only.</p> <p>Prohibited in general is the use of synthetic <i>inputs</i> for anti-microbial finishing (including biocides), coating, filling and stiffening, lustring and matting as well as weighting.</p> <p>Prohibited are garment finishing methods that are considered to be harmful to the workers (such as sand blasting of denim).</p>

#### 2.4.9. Requirements for additional fibre materials and accessories

##### 2.4.9.1 Requirements for additional fibre materials

Additional Fibre Materials	Criteria
<b>Fibre materials accepted for the remaining non-organic balance of</b>	<p>Allowed are:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) conventional natural fibres: all non-GMO vegetable fibres - except conventional cotton - and all animal fibres except conventional angora hair</li> </ol>

GOTS Version 5.0– Page 16 of 40

Additional Fibre Materials	Criteria
<p><b>the product's material composition</b> (max. 5% according to chapter 2.2.1. and max. 30% according to chapter 2.2.2.)</p>	<p>b) regenerated fibres from certified organic raw materials which are non-GMO, from <i>pre-</i> or <i>post-consumer waste</i> or from raw materials certified according to a program that verifies compliance with sustainable forestry management principles: only lyocell and protein based fibres upto a maximum of 30%.</p> <p>c) regenerated fibres like viscose or modal : raw materials used must be non-GMO; <u>the use is limited to a maximum of 10% (resp. 25% for socks, leggings and sportswear)</u></p> <p>d) recycled synthetic (polymer) fibres from <i>pre-</i> or <i>post-consumer waste</i>: only polyester, polyamide, polypropylene and polyurethane (elastane)</p> <p>e) virgin synthetic (polymer) fibres: only polyamide, polypropylene and polyurethane (elastane); <u>the use is limited to a maximum of 10% resp. 25% for socks, leggings and sportswear</u></p> <p>f) stainless steel fibres and mineral fibres, with exception of asbestos, carbon and silver fibres: <u>the use is limited to a maximum of 10%</u></p> <p>The additional fibre materials may be mixed with the organic fibres to the fabric or used in certain details of the product. Blending organic and conventional fibres of the same type in the same product is not permitted.</p> <p>Products may contain a maximum of 10% of regenerated or synthetic fibres (25% for socks, leggings and sportswear). Exceptions are lyocell and recycled synthetic fibres which can be used to a maximum of 30%.</p> <p>All additional materials must meet the limit values for residues as listed in chapter 2.4.16.</p>

#### 2.4.9.2 Requirements for Accessories

Accessories	Criteria
<p><b>Material in general</b> (valid for appliqué, borders, buckles, buttons and press-studs, cords, edgings, elastic bands and yarns,</p>	<p>Allowed are:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>natural materials</i> including biotic material (such as (organic or conventional) natural fibre, wood, leather, horn, bone, shell) and non-biotic material (such as minerals, metals, stone)</li> <li>- regenerated and synthetic materials</li> </ul>

GOTS Version 5.0– Page 17 of 40

Accessories	Criteria
<p>embroidery yarns, fasteners and closing systems, hatbands, laces, linings, inlays, interface, labels, interlinings, pockets, seam bindings, sewing threads, shoulder pads, trims, zippers and any other, not below explicitly listed <i>accessories</i>)</p>	<p>Prohibited is the use of:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- asbestos</li> <li>- carbon fibres</li> <li>- silver (filament, treated) fibres</li> <li>- chromium (e.g. as component of a metal or in leather tanning, except that stainless steel is permitted)</li> <li>- nickel (e.g. as component of a metal, except that stainless steel is permitted)</li> <li>- material from threatened animals, plant and timber</li> <li>- Chlorinated plastics (e.g. PVC)</li> </ul> <p>All materials used for <i>accessories</i> must meet the applicable limit values for residues as listed in chapter 2.4.16.</p>
<p><b>Fillings, stuffing</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• If textile fibres are used the material requirements of chapter 2.2.1 respective 2.2.2 apply (since fillings with fibres are not considered <i>accessories</i>).</li> <li>• If non-textile material is used only <i>natural materials</i> are permitted. <i>Natural materials</i> must be from certified organic (in conversion) production in case such certification is applicable for the kind of material used (e.g. for plant-based materials such as grain spelt or animal based-materials such as feathers). Latex foam used as filling or stuffing may be made from certified organic (in conversion) latex or from latex certified according to a program that verifies compliance with sustainable forestry management principles.</li> </ul>
<p><b>Supports and frames</b></p>	<p>The requirements as specified in the row 'material in general' apply.</p> <p>Latex foam used in mattresses must be made from certified organic (in conversion) latex or from latex certified according to a program that verifies compliance with sustainable forestry management principles. Polyurethane foams are not permitted in mattresses.</p>
<p><b>Non-Slip Floor Covering</b></p>	<p>Backing materials used must be of certified natural origin and satisfy requirements of Section 2.3 of the GOTS Standard. Inorganic materials (such as dolomite) may be used in conjunction with this backing material, if they are of natural origin and satisfy section 2.3 of the GOTS Standard.</p>

GOTS Version 5.0– Page 18 of 40

#### 2.4.10. Environmental management

All companies must assure compliance with the applicable national and local legal environmental requirements applicable to their processing/manufacturing stages performed (including those referring to emissions to air, wastewater discharge as well as disposal of waste and sludge).

They must have a written environmental policy and procedures in place to allow monitoring and improving relevant environmental performances in their facilities. Depending on the processing/manufacturing stages performed, the available data and procedures need to include:

- person responsible
- data on energy and water resources and their consumption per kg of textile output
- target goals and procedures to reduce energy and water consumption per kg of textile output
- monitoring of waste and discharges
- procedures to minimise waste and discharges
- procedures to follow in case of waste and pollution incidents
- documentation of staff training in the conservation of water and energy, the proper and minimal use of chemicals and their correct disposal
- programme for improvement

Wet processing units must keep full records of the use of chemicals, energy, water consumption and waste water treatment, including the disposal of sludge. In particular, they must continuously measure and monitor waste water temperature, waste water pH and sediment quantities. No on-site waste burning or uncontrolled waste land-filling should be undertaken.

#### 2.4.11. Wastewater treatment

Wastewater from all wet processing units must be treated in an internal or external functional wastewater treatment plant before discharged to environment. The applicable national and local legal requirements for waste water treatment - including limit values with regard to pH, temperature, TOC, BOD, COD, colour removal, residues of (chemical) pollutants and discharge routes - must be fulfilled.

Wastewater discharges to the environment must not exceed 20 g COD/kg of processed textile (output). For scouring greasy wool an exceptional limit of 45 g COD/kg applies.

GOTS Version 5.0– Page 19 of 40

Treatment of wastewater from water retting of bast fibres must achieve a reduction of COD (or TOC) of at least 95% for hemp fibres and 75% for all other bast fibres.

Wastewater discharges to surface waters further must have a pH between 6 and 9 (unless the pH of the receiving water is outside this range) and a temperature of less than 35C° (unless the temperature of the receiving water is above this value).

Wastewater analyses must be performed and documented periodically at normal operating capacity.

#### 2.4.12. Storage, packaging and transport

Organic textile products must be stored and transported in such a manner as to prevent contamination by prohibited *substances* and commingling with conventional products or substitution of the contents.

Packaging material must not contain chlorinated plastics (e.g. PVC). Any paper or cardboard used in packaging material for the retail trade of *GOTS Goods* (incl. labelling items such as hang tags or swing tags) must be recycled from *pre- or post-consumer waste* or certified according to a program that verifies compliance with sustainable forestry management principles.

Transport means and routes must be documented.

In cases where pesticides/biocides are mandated for use due to national rules or law, they may be used in Storerooms / Transport but they must comply with the applicable international or national organic production standard. Wooden pallets used in storage and transport activities are exempt from this requirement.

#### 2.4.13. Record keeping & internal quality assurance

All operational procedures and practices must be supported by effective documented control systems and records that enable to trace:

- the origin, nature and quantities of organic and additional (raw) materials, *accessories* as well as *inputs* which have been delivered to the unit
- the flow of goods within the unit (processing/manufacturing steps performed, recipes used and stock quantities)
- the composition of manufactured products
- the nature, quantities and consignees of *GOTS Goods* which have left the unit
- any other information that may be required for the purposes of proper inspection of the operation

GOTS Version 5.0– Page 20 of 40

Records relevant to the inspection must be kept for at least five years.

*Certified Entities* purchasing organic fibres must receive and maintain transaction certificates (=TCs, certificates of inspection), issued by a recognised certifier and certified in accordance with the criteria of chapter 2.1 for the whole quantity purchased.

*Certified Entities* purchasing *GOTS Goods* must receive and maintain GOTS transaction certificates, issued by an *Approved Certifier* for the whole quantity of *GOTS Goods* purchased. Shipments of *GOTS Goods* purchased by certified retailers and labelled with licence number of the manufacturer/supplier are exempt from this requirement. In accordance with the corresponding policy issuing TCs that cover multiple shipments is possible under certain conditions. The maximum time period that a single TC can cover is 3 months.

The consignee of any organic fibres and *GOTS Goods* must check the integrity of the packaging or container and verify the origin and nature of the certified products from the information contained in the product marking and corresponding documentation (e.g. invoice, bill of lading, transaction certificate) upon receipt of the certified products.

A product whose GOTS compliant status is in doubt may only be put into processing or packaging after elimination of that doubt.

Organic fibres and *GOTS Goods* must clearly be identified as such on all corresponding invoices.

*Certified Entities* must have invoices, delivery notes as well as copies of valid Letters of Approval at hand listing all *preparations* they are using in processing and manufacturing *GOTS Goods* as verification proof that all colourants and textile auxiliaries used for *GOTS Goods* are actually approved.

The *Certified Entity* must have concluded a contract with each *subcontractor* stipulating the conditions of the relevant job work assigned and remains finally responsible for compliance with all criteria of this Standard.

#### 2.4.14. Technical quality parameters

Any final product labelled according to this Standard should comply with the following technical quality parameters. Information about any (potential) non-compliance(s) must be indicated by the licensee of the final product in the product declaration.

Parameter	Criteria	Test method
Rubbing fastness, dry for fibre blends	3-4 3	ISO 105 X12
Rubbing fastness, wet	2	ISO 105 X12
Perspiration fastness, alkaline and acid	3-4	ISO 105 E04

GOTS Version 5.0– Page 21 of 40

Parameter	Criteria	Test method
for fibre blends	3	
Light fastness	3-4	ISO 105 B02
Dimensional changes after washing at 40°C resp. at 30°C for animal fibre material and blends thereof. This criterion is only valid for the garment sector. Knitted/hosiery: Woven:	max. 8% max. 3%	ISO 6330
Saliva fastness	5	LMBG B 82.10-1 DIN 53160-1
washing fastness when washed at 60°C	3-4	ISO 105 C06 C1M
Washing fastness of animal fibre material and blends thereof when washed at 30°C	3-4	ISO 105 C06 A1S without use of steel balls

#### 2.4.15. Limit values for residues in GOTS Goods

Even if produced in compliance with this Standard, textiles may carry traces of residues (e.g. due to unavoidable contamination). The following table lists the corresponding limit values for *GOTS Goods*:

Parameter	Criteria	Test method
<b>Alkylphenol</b> (ethoxylates) NP, OP, NPEO, OPEO sum parameter NP, OP Sum parameter	< 20 mg/kg < 10 mg/kg	For NP, OP: Extraction, derivatisation, GC/MS or HPLC/MS For NPEO, OPEO: Extraction in methanol, derivatisation, HPLC/MS : EN ISO 18254-1 or NPLC : EN ISO 18254-2 (test range for NPEO and OPEO: 3-15 moles)
<b>AOX</b>	< 5 mg/kg	Extraction with boiling water, adsorption on charcoal; AOX analyser based on ISO 9562
<b>Arylamines</b> with carcinogenic properties (amine-releasing azo dyes MAK III, category 1,2,3) Aniline (MAK III category 4)	< 20 mg/kg <100 mg/kg	EN 14362-1 and -3; (HPLC/GCMS)

GOTS Version 5.0– Page 22 of 40

Parameter	Criteria	Test method
<b>Disperse dyes</b> (classified as allergenic or carcinogenic)	< 30 mg/kg	DIN 54231; (LC/MS)
<b>Formaldehyde</b>	< 16 mg/kg	Japanese Law 112; or based on ISO 14184-1
<b>Glyoxal</b> and other short-chain aldehydes (mono- and dialdehydes up to C6)	<20 mg/kg	Extraction (acc. to ISO 14184-1), ISO 17226-1 (HPLC)
<b>pH value</b>	4.5–9.0 (no skin contact) 4.5-7.5 (all other)	ISO 3071
<b>Chlorophenols</b>		LFGB 82-02-08; (GC/MS)
PCP	< 0.01 mg/kg	
TeCP	< 0.01 mg/kg	
TrCP	< 0.2 mg/kg	
DCP	< 0.5 mg/kg	
MCP	< 0.5 mg/kg	
<b>O-Phenyl phenol (OPP)</b>	< 1.0 mg/kg	
<b>Pesticides, sum parameter</b>		§ 64 LFGB L 00.00-34 (GC/MS); § 64 LFGB L 00.00-114 (LC/MS/MS)
All natural fibres (except shorn wool)	<0.1 mg/kg	
Shorn wool	<0.5 mg/kg	
<b>Extractable Heavy metals</b>	In eluate. Figures in mg/kg refer to textile	Elution DIN EN ISO 105-E04, ISO 17294-2 (ICP/MS), EN 16711-2
Antimony (Sb)	< 0.2 mg/kg	
Arsenic (As)	<0.2 mg/kg	
Cadmium (Cd)	< 0.1 mg/kg	
Chromium (Cr)	< 1.0 mg/kg	
Cobalt (Co)	< 1.0 mg/kg	
Copper (Cu)	< 25.0 mg/kg	
Lead (Pb)	< 0.2 mg/kg	
Nickel (Ni)	< 1.0 mg/kg	
Mercury (Hg)	< 0.02 mg/kg	
Selenium (Se)	< 0.2 mg/kg	

GOTS Version 5.0– Page 23 of 40

Parameter	Criteria	Test method
Tin (Sn)	< 2.0 mg/kg	
Chromium VI (Cr-VI)	< 0.5 mg/kg	Elution DIN EN ISO 105-E04, ISO 11083
<b>Total Heavy metals (in digested sample)</b>		
Cadmium (Cd)	< 45 mg/kg	EPA 3050 B, ICP/MS, EPA 3051 or EN 16711-1
Lead (Pb)	< 50 mg/kg	EPA 3050 B, ICP/MS, EPA 3051 or EN 16711-1
<b>Organotin compounds</b>		Extraction in solvent, ISO 17353 (GC/MS) or ISO/TS 16179
TBT	< 0.05 mg/kg	
TphT	< 0.05 mg/kg	
DBT	< 0.05 mg/kg	
DOT	< 0.05 mg/kg	
MBT	< 0.1 mg/kg	
DMT, DPT, MoT, MMT, MPhT, TeBT, TCyHT, TMT, TOT, TPT, DphT, TeET	< 0.1 mg/kg	
<b>Per- and Polyfluorinated compounds (PFC) individually:</b> <b>PFOA, PFOS</b> <b>FTOH</b>	absent < 0.001 mg/kg < 0.01 mg/kg	Extraction in solvent, LC/MS Extraction in solvent, GC/MS
<b>Phthalates</b> (such as DINP, DMEP, DNOP, DEHP, DIDP, BBP, DBP, DIBP, DEP, DIHP, DHNUP, DCHP, DHxP, DIHxP, DPrP, DHP, DNP, DPP) sum parameter	< 100 mg/kg	DIN EN 15777: 2009-12 (GC/MS) or ISO 14389
<b>Polycyclic Aromatic Hydrocarbons (PAH):</b> sum parameter	< 10.0 mg/kg	ISO 18287 or ZEK 1.2-08; (GC/MS) or AfPS GS 2014:01
Chrysene	< 0.5 mg/kg	
Benzo[a]anthracene	< 0.5 mg/kg	
Benzo[b]fluoranthene	< 0.5 mg/kg	

GOTS Version 5.0– Page 24 of 40

Parameter	Criteria	Test method
Benzo(j)fluoranthene	< 0.5 mg/kg	
Benzo(k)fluoranthene	< 0.5 mg/kg	
Benzo(a)pyrene	< 0.5 mg/kg	
Benzo(e)pyrene	< 0.5 mg/kg	
Dibenzo(a,h)anthracene	< 0.5 mg/kg	
Naphthalene	< 1.0 mg/kg	
Acenaphthylene	< 1.0 mg/kg	
Acenaphthene	< 1.0 mg/kg	
Fluorene	< 1.0 mg/kg	
Phenanthrene	< 1.0 mg/kg	
Anthracene	< 1.0 mg/kg	
Fluoranthene	< 1.0 mg/kg	
Pyrene	< 1.0 mg/kg	
Indeno[1,2,3-cd]pyrene	< 1.0 mg/kg	
Benzo(g,h,i)perylene	< 1.0 mg/kg	

#### 2.4.16. Limit values for residues in additional fibre materials and accessories

Additional materials and *accessories* (in accordance with the criteria of chapter 2.4.9.) used for *GOTS Goods* need to comply with the following limit values for residues:

Criteria	Limit Values		Test Method
	For use in textiles for babies and textile personal care products	For use in all other GOTS Goods	
<b>Arylamines</b> with carcinogenic properties (amine-releasing azo dyes MAK III, category 1,2,3)	< 20 mg/kg	< 20 mg/kg	EN 14362-1 and -3; (HPLC/GCMS)
<b>Disperse</b> dyes (classified as allergenic or carcinogenic)	< 30 mg/kg	< 30 mg/kg	DIN 54231; (LC/MS)
<b>Formaldehyde</b>	< 16 mg/kg	< 75 mg/kg (Skin Contact)	Japanese Law 112; or based on ISO 14184-1

GOTS Version 5.0– Page 25 of 40

Criteria	Limit Values		Test Method
	For use in textiles for babies and textile personal care products	For use in all other GOTS Goods	
		<300 mg/kg (no Skin Contact)	
<b>Glyoxal</b> and other short-chain aldehydes (mono- and dialdehydes up to C6)	<20 mg/kg	<75 mg/kg (Skin Contact)	Extraction (acc. to ISO 14184-1), ISO 17226-1 (HPLC)
		<300 mg/kg (no Skin Contact)	
<b>pH value</b>	4.0-7.5	4.0-7.5	ISO 3071
<b>Chlorophenols</b>			LFGB 82-02-08; (GC/MS)
PCP	<0.05 mg/kg	<0.5 mg/kg	
TeCP	<0.05 mg/kg	<0.5 mg/kg	
TrCP	<0.2 mg/kg	<2.0 mg/kg	
DCP	<0.5 mg/kg	<3.0 mg/kg	
MCP	<0.5 mg/kg	<3.0 mg/kg	
<b>Pesticides, sum parameter</b>			§ 64 LFGB L 00.00-34 (GC/MS); § 64 LFGB L 00.00-114 (LC/MS/MS)
All natural fibres (except shorn wool)	<0.5 mg/kg	<1 mg/kg	
Shorn wool	<1.0 mg/kg	<1 mg/kg	
<b>Extractable Heavy metals</b>			Elution DIN EN ISO 105-E04, ISO 17294-2 (ICP/MS)
Arsenic (As)	<0.2 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Cadmium (Cd)	<0.1 mg/kg	<0.1 mg/kg	
Chromium (Cr)	<1.0 mg/kg	<2.0 mg/kg	
Cobalt (Co)	<1.0 mg/kg	<4.0 mg/kg	
Copper (Cu)	<25.0 mg/kg <sup>1</sup>	<50.0 mg/kg <sup>1</sup>	
Lead (Pb)	<0.2 mg/kg	<1.0 mg/kg (not for Glass)	
Nickel (Ni)	<1.0 mg/kg	<4.0 mg/kg	
Mercury (Hg)	<0.02 mg/kg	<0.02 mg/kg	
Chromium VI (Cr-VI)	<0.5 mg/kg	<0.5 mg/kg	Elution DIN EN ISO 105-E04, ISO 11083

GOTS Version 5.0– Page 26 of 40

Criteria	Limit Values		Test Method
	For use in textiles for babies and textile personal care products	For use in all other GOTS Goods	
<b>Total Heavy metals (in digested sample)</b>			EPA 3050 B, ICP/MS
Cadmium (Cd)	<40 mg/kg	<40 mg/kg	EPA 3050 B, ICP/MS, EN16711-1
Lead (Pb)	<90 mg/kg	<90 mg/kg	EPA 3050 B, ICP/MS, EN16711-1
<b>Nickel release</b>	< 0.28 µg/cm <sup>2</sup> /week	< 0.28 µg/cm <sup>2</sup> /week	EN 12472, EN 1811
<b>Organotin compounds</b>			Extraction in solvent, ISO 17353 (GC/MS) or ISO/TS 16179
TBT	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
TphT	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
DBT	<1.0 mg/kg	<2.0 mg/kg	
DOT	<1.0 mg/kg	<2.0 mg/kg	
MBT	<1.0 mg/kg	<2.0 mg/kg	
DMT, DPT, MoT, MMT, MPhT, TeBT, TCyHT, TMT, TOT, TPT, DphT, TeET	<1.0 mg/kg	<2.0 mg/kg	
<b>Phthalates</b> (such as DINP, DMEP, DNOP, DEHP, DIDP, BBP, DBP, DIBP, DEP, DIHP, DHNUP, DCHP, DHxP, DIHxP, DPrP, DHP, DNP, DPP)			ISO 14389
sum parameter	<0.1%	<0.1%	
<b>Polycyclic Aromatic Hydrocarbons (PAH):</b>			ISO 18287 or ZEK 1.2-08; (GC/MS) or AFPS GS 2014:01
sum parameter	<b>&lt;5.0 mg/kg</b>	<b>&lt;10.0 mg/kg</b>	
Chrysene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Benzo[a]anthracene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Ben-zo[b]fluoranthene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Benzo(j)fluoranthene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Ben-zo[k]fluoranthene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Benzo[a]pyrene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Ben-zo(e)pyrene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Dibenzo[a,h]anthracene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Naphthalene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	

GOTS Version 5.0– Page 27 of 40

Criteria	Limit Values		Test Method
	For use in textiles for babies and textile personal care products	For use in all other GOTS Goods	
Acenaphthylene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Acenaphthene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Fluorene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Phenanthrene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Anthracene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Fluoranthene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Pyrene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Indeno[1,2,3-cd]pyrene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	
Ben-zo[g,h,i]perylene	<0.5 mg/kg	<1.0 mg/kg	

1) Criterion not applicable to inorganic / non-biological materials (such as metals)

Further parameters relevant for specific materials used in accessories	Criteria	Test method
<b>Polyester fibres:</b> <b>Antimony (Sb)</b>	< 30 mg/kg	Elution DIN EN ISO 105-E04, ISO 17294-2 (ICP/MS)
<b>Natural latex foam:</b> <b>Butadiene</b> <b>Chlorophenols (incl. salts and esters)</b> <b>Carbon disulphide</b> <b>Nitrosamines</b>	< 1.0 mg/kg < 1.0 mg/kg < 0.02 mg/m <sup>3</sup> < 0.001 mg/m <sup>3</sup>	Gas chromatography, flame-ionisation detector LFGB 82-02-08 (GC/MS) Chamber test, DIN ISO 16000-6 Chamber test; ZH 1/120-23 or BGI 505-23 for air sampling and analysis

### 3. Social criteria

#### 3.1. Scope

The following social criteria apply to all textile processing, manufacturing and trading stages which are employing workers. The same

GOTS Version 5.0– Page 28 of 40

principles and requirements apply also to the farm level, taking account of its specific nature and recognizing the limited direct monitoring and assurance possibilities with this Standard.

For adequate implementation and assessment of the following specific criteria adherence to the corresponding International Labour Conventions of the International Labour Organisation (ILO) must be assured.

### **3.2. Employment is freely chosen**

- There is no servitude, forced, bonded or indentured labour.
- Workers are not required to lodge "deposits" or their identity papers with their employer and are free to leave their employer after reasonable notice.

### **3.3. Freedom of association and the right to collective bargaining are respected**

- Workers, without distinction, have the right to join or form trade unions of their own choosing and to bargain collectively.
- The employer adopts an open attitude towards the activities of trade unions and their organisational activities.
- Workers representatives are not discriminated against and have access to carry out their representative functions in the workplace.
- Where the right to freedom of association and collective bargaining is restricted under law, the employer facilitates, and does not hinder, the development of parallel means for independent and free association and bargaining and allows their workers to freely elect their own representatives with whom the company can enter into dialogue about related issues.

### **3.4. Child labour must not be used**

- There must be no new recruitment of child labour.
- Companies must develop or participate in and contribute to policies and programmes which provide for the transition of any child found to be performing child labour to enable her or him to attend and remain in quality education until no longer a child.
- Children and young persons under 18 must not be employed at night or in hazardous conditions.
- These policies and procedures including the interpretation of the terms "child" and "child labour" must conform to the provisions of the relevant ILO conventions C138 and C182.

GOTS Version 5.0– Page 29 of 40

### **3.5. No discrimination is practised**

- There is no kind of discrimination e.g. in hiring, compensation, access to training, promotion, termination or retirement based on race, caste, ethnic or national origin, nationality, religion, age, disability, gender, marital status, sexual orientation, union membership, political affiliation, social background or any other condition that could give rise to discrimination. In particular, workers shall not be harassed or disciplined on any of the grounds listed above.

### **3.6. Working conditions are safe and hygienic**

- A safe and hygienic working environment must be provided, bearing in mind the prevailing knowledge of the industry and of any specific hazards. Vulnerable individuals such as - but not limited to - young workers, new and expecting mothers and persons with disabilities, shall receive special protection. Appropriate personal protective equipment must be provided to the workers and it must be assured that these are being used whenever necessary. Adequate steps must be taken to prevent accidents and injury to health arising from, associated with, or occurring in the course of work, by minimising, so far as is reasonably practicable, the causes of hazards inherent in the working environment.
- Companies must ensure adequate occupational medical assistance and related facilities.
- Systems must be in place to detect, assess, avoid and respond to potential threats to the health and safety of workers. Effective measures must be taken to prevent workers from having accidents, injuries or illnesses, arising from, associated with, or occurring during work.
- For all chemical substances and preparations used the corresponding Material Safety Data Sheet (MSDS) must be maintained and it must be assured that the applicable health and safety measures for handling and storing these chemicals are implemented.
- Companies must take all appropriate measures within their sphere of influence, to see to the stability and safety of the equipment and buildings they use, including accommodation to workers, where provided, as well as to protect against any foreseeable emergency. Workers must be able to exit the premises in case of imminent danger without seeking permission.
- Workers must receive regular and recorded health and safety training incl. fire prevention training and evacuation drills, and such training must be repeated for new or reassigned workers.
- Access to clean toilet facilities and to potable water, and, if appropriate, to rest areas, food consuming areas and sanitary facilities for food storage must be provided.
- Accommodation, where provided, must be clean, safe, and meet the basic needs of the workers.
- The company observing the code must assign responsibility for health and safety to a senior management representative.

GOTS Version 5.0– Page 30 of 40

### **3.7. Fair remuneration**

- Wages and benefits paid for a standard working week meet, at a minimum, national legal standards or industry benchmark standards, whichever is higher. In any event wages should always be enough to meet basic needs and to provide some discretionary income.
- All workers must be provided with written and understandable information about their employment conditions compliant with national legal requirements and including wages and social benefits legally granted before they enter employment and about the particulars of their wages for the pay period concerned each time that they are paid.
- Deductions from wages as a disciplinary measure are not permitted. Other deductions are permitted only under the conditions and to the extent prescribed by law or fixed by collective agreement.

### **3.8. Working hours are not excessive**

- Working hours must comply with national laws and benchmark industry standards, whichever affords greater protection.
- In any event, workers must not be required to work in excess of 48 hours per week on a regular basis, must have the right to have rest breaks in every working day and must be provided with at least one day off for every 7-day period on average. Overtime must be voluntary, must not exceed 12 hours per week, must not be demanded on a regular basis, must not represent a significantly higher likelihood of occupational hazards and must always be compensated at a premium rate of not less than one and one-quarter times the regular rate or with leisure time.

### **3.9. No precarious employment is provided**

- To every extent possible work performed must be on the basis of recognised employment relationship established through national law and practice.
- Obligations to employees under labour or social security laws and regulations arising from the regular employment relationship must not be avoided through the use of labour-only contracting, subcontracting, or home-working arrangements, or through apprenticeship schemes where there is no real intent to impart skills or provide regular employment, nor must any such obligations be avoided through the excessive use of fixed-term contracts of employment.

GOTS Version 5.0– Page 31 of 40

### **3.10. Harsh or inhumane treatment is prohibited**

- Physical abuse or discipline, the threat of physical abuse, sexual or other harassment and verbal abuse or other forms of intimidation must be prohibited.
- All disciplinary measures must be recorded.

### **3.11. Social Compliance Management**

Companies must have a policy for social accountability to ensure that the social criteria can be met. They must support the implementation and monitoring of the social criteria by:

- nominating a person responsible for social accountability
- monitoring compliance with the social criteria and implementing necessary improvements at its facilities
- informing its workers about the content of the minimum social criteria and any other related information provided by GOTS in the applicable local language(s)
- maintaining records of the name, age, working hours and the wages paid for each worker
- allowing the workers to nominate a representative for social accountability that is able to provide feedback to the management regarding implementation status of and compliance with social criteria
- recording and investigating complaints from workers or third parties related to the adherence to the social criteria and maintaining records about any necessary corrective measures arising from them
- refraining from disciplinary measures, dismissals or other forms of discrimination against workers for providing information concerning observance of the social criteria

### **3.12. Ethical Business Behaviour**

- Companies are not involved in any act of corruption, extortion or embezzlement, nor in any form of bribery - including but not limited to - the promising, offering, giving or accepting of any improper monetary or other incentive.
- Companies keep accurate information regarding their activities, structure and performance, and disclose these in accordance with applicable regulations and industry benchmark practices.
- Companies must neither participate in falsifying such information, nor in any act of misrepresentation in the supply chain.

GOTS Version 5.0– Page 32 of 40

- They are expected to collect, use and otherwise process any personal information (including that from workers, business partners, customers and consumers in their sphere of influence) with reasonable care. The collection, use and other processing of personal information must comply with privacy and information security laws and regulatory requirements.

#### 4. Quality assurance system

##### 4.1. Auditing of processing, manufacturing and trading stages

*Processors, manufacturers and traders of GOTS Goods* must participate in the GOTS certification procedure which is based on an on-site annual inspection cycle (including possible additional unannounced inspections based on a risk assessment of the operations). They must hold a valid certificate of compliance listing the certified products/product categories and the processing, manufacturing and trading activities that are qualified under the scope of certification (including names of *subcontractors* assigned and their relevant processing and manufacturing steps).

The responsible certifier may decide to perform remote-inspections instead of on-site inspections for *traders* which do not have or subcontract any *processing or manufacturing* activities. On-site inspection must however be performed at least for the first year and every 3<sup>rd</sup> year of granted certification. *Traders* having an annual turnover with *GOTS Goods* less than 5000 € and retailers only selling to end consumers are exempt from the certification obligation; provide they do not (re-)package or (re-)label *GOTS Goods*. *Traders* with less than 5000€ annual turnover with *GOTS Goods* must register with an *Approved Certifier* and must inform the same immediately after their annual turnover exceeds 5000€.

The responsible *Approved Certifier* may further decide on exceptions from the annual inspection cycle for small-scale *subcontractors* with a low risk potential regarding environmental and social criteria. On-site inspection must however be performed to such units at least for the first year and every 3<sup>rd</sup> year of granted certification.

The entity under whose name or brand the labelled *GOTS Goods* are sold to the end consumer is responsible for exercising due care in ensuring compliance of the products with this Standard, the Licensing and Labelling Guide and further provisions as released by the Global Standard gGmbH.

Certifiers must be authorised by the Global Standard gGmbH for the specific scope(s) in which they offer certification services:

- 1) Certification of mechanical textile processing and manufacturing operations and their products
- 2) Certification of wet processing and finishing operations and their products
- 3) Certification of trading operations and related products

Basis for authorisation by the Global Standard gGmbH is an accreditation of the certifier in accordance with the document 'Approval

GOTS Version 5.0– Page 33 of 40

Procedure and Requirements for Certification Bodies' by the main co-operation partner of the Global Standard gGmbH for this process, IOAS, or another recognised accreditation body.

##### 4.2. Testing of Technical Quality Parameters and Residues

*Certified Entities* are expected to undertake testing in accordance with a risk assessment in order to assure compliance with this Standard and in specific with the criteria of chapter 2.4.14 (Technical Quality Parameters) as well as 2.4.15 and 2.4.16 (Limit Values for Residues in *GOTS Goods*, additional materials and *accessories*). All *GOTS Goods*, the components of these products and the *inputs* used are to be included in this risk assessment and therefore potentially subject to testing. The testing frequency, the type and number of samples are to be established according to this risk assessment.

Samples for residue testing may also be taken by the inspector during the required on-site inspection, either as back-up to the inspection process or in case of suspicion of contamination or non-compliance. Additional samples of goods may be taken from the supply chain at any time without advance notice.

Laboratories that are accredited according to ISO/IEC 17025 or qualified to GLP and that have appropriate experience in residue testing for textiles respective chemical *inputs* are approved to perform residue testing for those tests that are under the scope of their accreditation.

GOTS Version 5.0– Page 34 of 40

## Annex

### A) Specific requirements for textile personal care products

This chapter lists criteria for Textile Personal Care Products that deviate from or are set in addition to the general criteria of this Standard. Where no deviating requirements are set in this chapter, the applicable general GOTS criteria apply.

Important note: Any entity selling personal care products must be aware of and meet the specific legal (hygienic) requirements applicable for its products and in the country / region where they are sold. It may well be that some of these legal requirements for specific personal care products conflict with environmental criteria set by GOTS. Accordingly, except where specified below, these products cannot be certified and labelled to GOTS.

#### A1) Scope

For the purpose of this Standard, Textile Personal Care Products are grouped as following:

- Group I: *Topical products* – such as cotton wool, sanitary towels, bandages, nappies, gauze cotton tissue (Gamgee), island dressings, wound strips, sticking plasters and gauze dressings.
- Group II: *Physically invasive products* – such as tampons and dental rolls, and  
*Clinically invasive products* – such as surgical swabs and gauze swabs.

#### A2) Specific criteria for materials and inputs (for Group I and Group II)

##### A2.1) Fibre material components

All fibres used must be Totally Chlorine Free (TCF).

Non-woven and absorbent materials must be composed of 100% certified organic fibres.

Synthetic fibre components are not permitted for group II products unless the use of other fibre materials is required to meet legal medical regulations and does not exceed 5% of the content (if labelled as organic) or 30% (if labelled as 'made with x% organic materials').

GOTS Version 5.0– Page 35 of 40

##### A2.3) Super Absorbing Polymers (SAPs)

SAPs must be made from non-GMO renewable raw materials (ADM-type).

SAP may as a maximum contain 5% by weight of water-soluble extracts.

##### A2.4) Barrier films

Except for wound contact layers, barrier films must be composed of biodegradable polymers. All raw materials used must be non-GMO.

#### A3) Specific criteria for Inputs

##### A3.1) Sizing

No sizing must be used for group II products.

##### A3.2) Colourants

The use of colourants is only allowed if their use is required to meet a mandatory legal regulation. All used colourants must be GOTS approved. *Approved Certifiers* may further grant exceptions where a clear functional purpose exists (e.g. to identify wound dressing orientation).

##### A3.3) Optical Brightening Agents

Optical brightening agents (OBAs) must not be used.

##### A3.4) Fragrances and lubricants

Any fragrances and lubricants used must comply – beside the input criteria of GOTS – also with the input criteria of the COSMOS-Standard (Cosmetics Organic and Natural Standard).

GOTS Version 5.0– Page 36 of 40

## B) Definitions

For the purpose of this Standard, the following terms are defined :

Term	Definition for the purpose of this Standard
<i>Accessories</i>	Items that are added to supplement <i>GOTS Goods</i> for required functional or for fashionable reasons. Most commonly used <i>accessories</i> are listed in chapter 2.4.9. The processing of those accessories is not under direct scope of the GOTS on-site certification system. The GOTS criteria applicable to accessories are listed in chapter 2.4.9 and 2.4.16.
<i>Approved Certifier</i>	Certification body which is approved by the Global Standard gGmbH to perform inspections and certifications according to GOTS in the relevant scope. An updated list of Approved Certifiers and their scopes is available at: <a href="http://www.global-standard.org/certification/approved-certification-bodies.html">http://www.global-standard.org/certification/approved-certification-bodies.html</a>
<i>Certified Entity</i>	<i>Processor, manufacturer, trader</i> or retailer of <i>GOTS Goods</i> certified by an <i>Approved Certifier</i> .
<i>Endocrine disruptor</i>	An exogenous substance or mixture that alters function(s) of the endocrine system and consequently causes adverse health effects in an intact organism, or its progeny, or (sub)populations
<i>GOTS Goods</i>	Textile goods (finished or intermediate) produced in compliance with GOTS by a <i>Certified Entity</i> and certified by an <i>Approved Certifier</i> .
<i>'Heavy Metal Free'</i>	An <i>input</i> is considered as 'heavy metal free' if it does not contain heavy metals as a functional constituent and any impurities contained do not exceed the following limit values (as set by ETAD for dyes): Antimony: 50 mg/kg, Arsenic: 50 mg/kg, Barium: 100 mg/kg, Cadmium: 20 mg/kg, Cobalt: 500 mg/kg, Copper: 250 mg/kg, Chromium: 100 mg/kg, Iron: 2500 mg/kg, Lead: 100 mg/kg, Manganese: 1000 mg/kg, Nickel: 200 mg/kg, Mercury: 4 mg/kg, Selenium: 20 mg/kg, Silver: 100 mg/kg, Zinc: 1500 mg/kg, Tin: 250 mg/kg Special Limits for Pigments : Cadmium : 50 mg/kg; Mercury : 25 mg/kg.
<i>'In conversion'</i>	A product from an operation or portion thereof, which has completed at least 12 months under organic management and is under the supervision of a certification body.
<i>Input</i>	General term for all <i>substances</i> and <i>preparations</i> directly applied as textile auxiliary agents, dyes or pigments.
<i>Invasive products</i>	<i>Clinically invasive products</i> : Any device that penetrates the body through the skin, with the aid of or in the context of a surgical operation. <i>Physically invasive products</i> : Any device that, in whole or part, penetrates inside the body through a natural or artificial orifice.
<i>Manufacturer</i>	Entity in the manufacturing chain (sewing industry or so called CMT (cutting, making, trimming) industry up to labelling and final packing) of <i>GOTS Goods</i> .

GOTS Version 5.0– Page 37 of 40

<i>Natural materials</i>	A <i>natural material</i> is any product or physical matter that comes from plants, animals, or the ground. Minerals and the metals that can be extracted from them are also considered to belong into this category. <i>Natural materials</i> include biotic materials (materials that originates from living organisms such as (organic) natural fibre, wood, leather, horn, bone, shell, seed and plant oils etc.) and non-biotic material (such as minerals, metals, stone).
<i>'Permanent AOX'</i>	AOX is permanent, if the halogen is permanently bound to the molecule (e.g. in the chromophore of a dyestuff or pigment) and cannot get hydrolysed or released during fibre processing.
<i>Preparations</i>	Mixtures or solutions composed of two or more <i>substances</i> .
<i>Pre-consumer waste</i>	Material diverted from the waste stream during the manufacturing process. Excluded is the reutilization of materials such as rework, regrind or scrap generated in a process and capable of being reclaimed within the same process.
<i>Post-consumer waste</i>	Material generated by households or by commercial, industrial and institutional facilities in their role as end-users of the product that can no longer be used for its intended purpose. This includes returns of materials from the distribution chain.
<i>Processor</i>	Entity in the processing chain (post-harvest handling up to finishing) of <i>GOTS Goods</i> .
<i>Subcontractor</i>	Entity in the supply chain of <i>GOTS Goods</i> performing job work (in the field of processing or manufacturing) for a <i>Certified Entity</i> without becoming proprietor of the <i>GOTS Goods</i> and not assigning an own (independent) GOTS certification.
<i>Substances</i>	Chemical elements and their compounds as they occur in the natural state or as produced by industry.
<i>Sportswear</i>	<i>Sportswear</i> includes any garment that is functional or technical active wear, which requires it to perform properly with regard to stretch, sun block, insect repellent, moisture repellent, wrinkle repellent and breathability. Such a garment is intended to be suitable for activities such as walking, hiking, running, exercise, dance, and athletic pursuits, not including leisure or casual wear.
<i>Textiles for babies</i>	Textiles products used for babies and small children up to the age of 36 months
<i>Topical Products</i>	Any device that does not penetrate inside the body, either through a body orifice or through the skin
<i>Trader</i>	Entity trading with (=buying and selling) <i>GOTS Goods</i> in the supply chain between the producer of the fibre and the retail merchant of the final product regardless whether the goods are physically received or not (e.g. an import, export or wholesale trading entity). Agents that do not become proprietor of the goods and retailers only selling to the end consumer are not considered as traders.
<i>Worker</i>	Any individual engaged in work who is not a senior manager or owner.

GOTS Version 5.0– Page 38 of 40

## B) Definitions

For the purpose of this Standard, the following terms are defined :

Term	Definition for the purpose of this Standard
<i>Accessories</i>	Items that are added to supplement <i>GOTS Goods</i> for required functional or for fashionable reasons. Most commonly used <i>accessories</i> are listed in chapter 2.4.9. The processing of those accessories is not under direct scope of the GOTS on-site certification system. The GOTS criteria applicable to accessories are listed in chapter 2.4.9 and 2.4.16.
<i>Approved Certifier</i>	Certification body which is approved by the Global Standard gGmbH to perform inspections and certifications according to GOTS in the relevant scope. An updated list of Approved Certifiers and their scopes is available at: <a href="http://www.global-standard.org/certification/approved-certification-bodies.html">http://www.global-standard.org/certification/approved-certification-bodies.html</a>
<i>Certified Entity</i>	<i>Processor, manufacturer, trader or retailer of GOTS Goods certified by an Approved Certifier.</i>
<i>Endocrine disruptor</i>	An exogenous substance or mixture that alters function(s) of the endocrine system and consequently causes adverse health effects in an intact organism, or its progeny, or (sub)populations
<i>GOTS Goods</i>	Textile goods (finished or intermediate) produced in compliance with GOTS by a <i>Certified Entity</i> and certified by an <i>Approved Certifier</i> .
<i>'Heavy Metal Free'</i>	An <i>input</i> is considered as 'heavy metal free' if it does not contain heavy metals as a functional constituent and any impurities contained do not exceed the following limit values (as set by ETAD for dyes): Antimony: 50 mg/kg, Arsenic: 50 mg/kg, Barium: 100 mg/kg, Cadmium: 20 mg/kg, Cobalt: 500 mg/kg, Copper: 250 mg/kg, Chromium: 100 mg/kg, Iron: 2500 mg/kg, Lead: 100 mg/kg, Manganese: 1000 mg/kg, Nickel: 200 mg/kg, Mercury: 4 mg/kg, Selenium: 20 mg/kg, Silver: 100 mg/kg, Zinc: 1500 mg/kg, Tin: 250 mg/kg Special Limits for Pigments : Cadmium : 50 mg/kg; Mercury : 25 mg/kg.
<i>'In conversion'</i>	A product from an operation or portion thereof, which has completed at least 12 months under organic management and is under the supervision of a certification body.
<i>Input</i>	General term for all <i>substances</i> and <i>preparations</i> directly applied as textile auxiliary agents, dyes or pigments.
<i>Invasive products</i>	<i>Clinically invasive products</i> : Any device that penetrates the body through the skin, with the aid of or in the context of a surgical operation. <i>Physically invasive products</i> : Any device that, in whole or part, penetrates inside the body through a natural or artificial orifice.
<i>Manufacturer</i>	Entity in the manufacturing chain (sewing industry or so called CMT (cutting, making, trimming) industry up to labelling and final packing) of <i>GOTS Goods</i> .

GOTS Version 5.0– Page 37 of 40

<i>Natural materials</i>	A <i>natural material</i> is any product or physical matter that comes from plants, animals, or the ground. Minerals and the metals that can be extracted from them are also considered to belong into this category. <i>Natural materials</i> include biotic materials (materials that originates from living organisms such as (organic) natural fibre, wood, leather, horn, bone, shell, seed and plant oils etc.) and non-biotic material (such as minerals, metals, stone).
<i>'Permanent AOX'</i>	AOX is permanent, if the halogen is permanently bound to the molecule (e.g. in the chromophore of a dyestuff or pigment) and cannot get hydrolysed or released during fibre processing.
<i>Preparations</i>	Mixtures or solutions composed of two or more <i>substances</i> .
<i>Pre-consumer waste</i>	Material diverted from the waste stream during the manufacturing process. Excluded is the reutilization of materials such as rework, regrind or scrap generated in a process and capable of being reclaimed within the same process.
<i>Post-consumer waste</i>	Material generated by households or by commercial, industrial and institutional facilities in their role as end-users of the product that can no longer be used for its intended purpose. This includes returns of materials from the distribution chain.
<i>Processor</i>	Entity in the processing chain (post-harvest handling up to finishing) of <i>GOTS Goods</i> .
<i>Subcontractor</i>	Entity in the supply chain of <i>GOTS Goods</i> performing job work (in the field of processing or manufacturing) for a <i>Certified Entity</i> without becoming proprietor of the <i>GOTS Goods</i> and not assigning an own (independent) GOTS certification.
<i>Substances</i>	Chemical elements and their compounds as they occur in the natural state or as produced by industry.
<i>Sportswear</i>	<i>Sportswear</i> includes any garment that is functional or technical active wear, which requires it to perform properly with regard to stretch, sun block, insect repellent, moisture repellent, wrinkle repellent and breathability. Such a garment is intended to be suitable for activities such as walking, hiking, running, exercise, dance, and athletic pursuits, not including leisure or casual wear.
<i>Textiles for babies</i>	Textiles products used for babies and small children up to the age of 36 months
<i>Topical Products</i>	Any device that does not penetrate inside the body, either through a body orifice or through the skin
<i>Trader</i>	Entity trading with (=buying and selling) <i>GOTS Goods</i> in the supply chain between the producer of the fibre and the retail merchant of the final product regardless whether the goods are physically received or not (e.g. an import, export or wholesale trading entity). Agents that do not become proprietor of the goods and retailers only selling to the end consumer are not considered as traders.
<i>Worker</i>	Any individual engaged in work who is not a senior manager or owner.

GOTS Version 5.0– Page 38 of 40

### C) List of abbreviations

#### Organisations / Standards:

APEDA	Agricultural & Processed Food Products Export Development Authority, India
GOTS	Global Organic Textile Standard
IVN	International Association Natural Textile Industry, Germany
JOCA	Japan Organic Cotton Association, Japan
OTA	Organic Trade Association, USA
SA	Soil Association, UK
EC	European Commission
ECHA	European Chemicals Agency
ETAD	Ecological and Toxicological Association of Dyes and Organic Pigments Manufacturers
GHS	Global Harmonized System
GLP	Good Laboratory Practice
IFOAM	International Federation of Organic Agriculture Movements
ILO	International Labour Organisation
IOAS	International Organic Accreditation Service
ISO	International Organization for Standardization
IUCN	International Union for Conservation of Nature
OECD	Organisation of Economic Cooperation and Development
REACH	EC Regulation regarding Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals
USDA	United States Department of Agriculture

#### Others:

EC50	Effect concentration (50%)	IC50	Inhibition concentration (50% inhibition)
LC50	Lethal concentration (50% mortality)	α-MES	α-methyl ester sulphonate (C16/18)
AOX	Absorbable halogenated hydrocarbons and <i>substances</i> that can cause their formation.		
APEO	Alkylphenolethoxylates	BBP	Benzylbutyl phthalate
BOD	Biological Oxygen Demand	COD	Chemical Oxygen Demand
DBT	Dibutyltin	DBP	Dibutyl phthalate
DEHP	Diethylhexyl phthalate	DPP	Diethylphthalate
DIBP	Di-isobutyl phthalate	DIDP	Diisodecyl phthalate
DINP	Diisononyl phthalate	DMEP	Bis(2-methoxyethyl) phthalate
DNOP	Di-n-octyl phthalate	DEP	Diethyl phthalate
DIHP	Di-C <sub>6-8</sub> branched alkylphthalates	DHNUP	Di-C <sub>7-11</sub> branched and linear alkylphthalates
DCHP	Di cyclohexylphthalate	DHxP	Di hexyl phthalates
DIHxP	Di-iso hexylphthalate	DPrP	Di-n-propyl phthalate

GOTS Version 5.0– Page 39 of 40

DHP	Di-n-hexylphthalate	DNP	Di-n-nonylphthalate
DTDMAC	Ditallowdimethylammonium chloride	DSDMAC	Distearyldimethylammonium chloride
DHTDMAC	Dihydrogenated tallow dimethylammonium chloride	DTPA	Diethylenetriamine penta-acetate
EDTA	Ethylendiamine tetra-acetate	MBT	Monobutyltin
FTOH	Fluorotelomer alcohol	GMO	Genetically modified organisms
MAK	Maximum Allowable Concentration (of a <i>substance</i> at the working place) The parameter refers to findings and categorisation of a German research commission		
NP	Nonylphenol	NPEO	Nonylphenol ethoxylates
NTA	Nitritriacetic acid	OP	Octylphenol
OPEO	Octylphenol ethoxylates	LAS	Linear alkyl benzene sulphonate
PAH	Polycyclic aromatic hydrocarbons	PCB	Polychlorinated Biphenyls
PCP	Pentachlorophenol	PFCA	Perfluorinated carboxylic acids
PFOA	Perfluorooctanoic acid	PFOS	Perfluorooctane sulfonate
PFSA	Perfluorosulfonic acids	PVC	Polyvinyl chloride
TBT	Tributyltin	TeCP	Tetrachlorophenol
TOC	Total Organic Carbon	TPhT	Triphenyltin
DPhT	Diphenyltin	DPT	Dipropyltin
MMT	Monomethyltin	MPhT	Monophenyltin
MOT	Monooctyltin	TeBT	Tetraethyltin
TeET	Tetraethyltin	TCyHT	Tricyclohexyltin
TMT	Trimethyltin	TOT	Trioctyltin
TPT	Tripropyltin		

» » » » » » » »

#### Availability of documents:

This Standard, the reference documents and any further relevant public information as released by Global Standard gGmbH are introduced and available for download on the website [www.global-standard.org](http://www.global-standard.org)

» » » » » » » »

Copyright  
Global Standard gGmbH (Global Standard non profit GmbH)

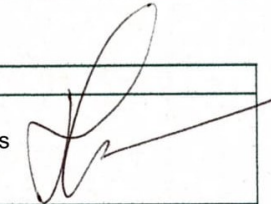
GOTS Version 5.0– Page 40 of 40

C. Anexo C

 CERES	13.2.8en Con	Certification Contract Textiles	v 08.05.2018	1/2
---	--------------	---------------------------------	--------------	-----

**Certification Contract**

<b>Between (Certification Body):</b> CERES CERtification of Environmental Standards GmbH Vorderhaslach 1 91230 Happurg, Germany	<b>And (Client):</b> Malhas Madalena Beça Rua de Campas 177, Castelões 4560-056 Penafiel Portugal
<b>1. The client requests certification for the following standard(s) (please select):</b>	
<input checked="" type="checkbox"/> <b>Global Organic Textile Standard (GOTS)</b>	<input type="checkbox"/> <b>Recycled Claim Standard (RCS)</b>
<input type="checkbox"/> <b>Organic Content Standard (OCS)</b>	<input type="checkbox"/> <b>IVN Best</b>
<b>2. Contents of the Contract</b>	
<p>a. The client commissions CERES to conduct the necessary activities for achieving and maintaining certification in accordance with the standard(s) selected in Section (1). With the exception of certain traders, for which the standard allows for a two or three years cycle, annual onsite audits are required for this purpose.</p> <p>a. In addition, unannounced or announced additional audits shall be carried out risk based. The cost for such additional audits shall be charged to clients that have been selected because of their risk category. Please note that performing unannounced audits is required by the standard(s), thus may take place in any country.</p> <p>b. Additional audits to follow up on corrective actions, or to follow up on pesticide residue findings or complaints from third parties, will always be charged to the client. Also, additional time invested by CERES staff to follow up on residue findings or complaints, as well as to follow up on corrective actions, is invoiced to the client (refer to the CERES "Invoicing Rules").</p>	
<b>3. The client is obliged:</b>	
<p>a. To always comply with the requirements of the respective standard(s) as indicated under Section 1. For any of the above mentioned standards, relevant documents that must be complied with, include the standards as such, the implementation manuals, the labelling and licensing guides, and other provisions as provided by the respective certification programme. Certification marks, seals and logos may only be used in conformity with the rules established by the respective standard.</p> <p>b. To assist with audit procedures. In particular, the client shall provide the necessary information to demonstrate compliance with the standard and grant authorised CERES auditors access to the storage and production facilities and documents during announced and unannounced audits. The client allows CERES to take samples. The client's employees may be interviewed at any time by the auditor. Also, responsible accreditation bodies and standard owners shall be given access to facilities and documents.</p> <p>c. Unless otherwise determined by the respective standard, all requested records must be provided at latest within 2 months after the audit; otherwise, a new audit may become necessary. All documentation must be kept filed for at least 5 years.</p> <p>d. To inform CERES immediately of any planned changes to the production system that could affect product conformity to the relevant standard(s) (e.g. change of production units or subcontractors, change of recipes, new suppliers) and not market products (which are not under the actual scope) under the respective label before receiving CERES' approval. Changes may also result in adjustment of the offer.</p> <p>e. To inform CERES immediately in case of withdrawal from the respective certification program.</p> <p>f. To update the management plan annually in due time for audit.</p> <p>g. To notify CERES immediately of any use of prohibited substances or any residues above the levels established by the standard.</p> <p>h. To not use the product certification in any misleading way or in a way that could discredit CERES.</p> <p>i. To provide copies of certification documents to third parties only in their entirety following requirements of the standard.</p> <p>j. To cease immediately all use of the certification in advertising or labelling upon suspension, revocation or surrender of the certification, and to return all certificates to CERES when requested so.</p> <p>k. To inform buyers in writing about products that do not comply with the requirements of the standards and to ensure that any reference to the standard is removed from noncompliant products.</p> <p>l. To record and disclose any complaints made by third parties relating to conformity of the products to the relevant standards. If the complaint reveals non-conformities in relation to certified products, appropriate corrective actions must be implemented. Records must be kept of the respective corrective actions.</p> <p>m. To submit TC applications within maximum 6 months after the commercial transactions. Applications presented later, can be rejected by CERES.</p>	
<b>4. CERES is obliged:</b>	
<p>a. To carry out the audit in a timely manner.</p> <p>b. To provide the client with the audit report and to inform the client in a timely manner about the results of the audit, i.e. either send the client the certificate or inform about the requirements yet to be fulfilled before the certificate can be issued.</p> <p>c. To inform the client in a timely manner about all relevant modifications of standards and procedures.</p> <p>d. To react immediately and adequately on any complaint or dispute brought before CERES, following the procedures established by the respective standard and/or by the CERES quality manual.</p> <p>e. To assign a different auditor, if the assigned auditor is rejected by the operator for plausible reasons. This does not apply for unannounced audits.</p>	
<b>5. Fees</b>	
<p>a. The offer presented by CERES and accepted by the client is part of this contract. Denial, suspension or revocation of certification due to noncompliance with the standard does not authorise the client to withhold or suspend payment.</p>	



- b. The offer is valid for a period of at least one year. If applicable, CERES will inform the client of any fee increases at least one month before the expiration of the contract.
- c. Additional work for services not included in the offer, or due to complaints or follow-up on substantial non-conformities, will be invoiced to the client.

**6. Sanctions**

At any one time, valid version of the relevant standard is part of this contract. In the event of noncompliance with the standard(s), CERES is entitled to impose the indicated sanctions, including revocation of the certificate.

**7. Length and scope of service**

- a. The contract will be concluded for an indefinite period.
- b. If an additional scope (standard) is requested in subsequent years, or the client moves to a different location, or the client changes the company name, a new contract must be signed. When a new contract is signed, all previous versions automatically lose their validity.
- c. CERES is not responsible for delays of service due to force majeure or due to events outside its control, even if target dates had been guaranteed. Such events also authorise CERES to completely or partially withdraw from the contract, whereby the client does not gain the right to sue for damages for non-performance. If the obstruction lasts longer than 12 weeks, the client is authorized to withdraw from not yet fulfilled portion of this contract after a reasonable extension. Claims for damages are excluded.

**8. Liability**

- a. Defects that have been caused by CERES will be remedied as soon as possible.
- b. If CERES is not able to do so, the client is authorised to reduce the fees, after consultation with CERES.
- c. Unless otherwise noted below, further claims by the client are excluded regardless of the legal grounds. CERES is not liable for any lost profits or other financial losses.
- d. Obligatory compensation for any other damages caused by CERES is limited to the indemnification covered by its liability insurance.
- e. CERES is neither able nor allowed to guarantee a market for certified products.
- f. CERES has no liability for product quality.

**9. Right to terminate the contract**

- a. Notification of cancellation of the contract can be made by either party and must be made in writing at least three months prior to the end of the year or to the end of the certification period.
- b. Both parties may terminate the contract immediately in cases of extraordinary circumstances.
- c. For CERES, extraordinary circumstances justifying termination of the contract include, but are not limited to, payment that is more than 1 month overdue, or client's refusal to cooperate during audits.
- d. For the client, extraordinary circumstances include CERES not meeting its obligations (Section 4).
- e. The client is aware and accepts that CERES is obliged to keep files during at least five years after terminating the contract.

**10. Confidentiality obligations**

CERES is obliged to hold all client business information confidential insofar as information is not already publicly known, excluding data that is required by accreditation agencies or standard holder. CERES is authorised to share relevant information with other certification bodies, only in cases (a) where this is required for safeguarding the integrity of the standard, or (b) when a client decides to switch to a different certification agency. In case the client has been certified before, the previous certification body is hereby authorised by the client's signature to disclose relevant information to CERES. The client agrees to publishing basic information on the standard owners' websites. For TE owned standards, the client will inform CERES if they do not want their information certification information to be made publicly available. CERES will inform TE accordingly.

**11. Double certification not allowed**

The above mentioned standards do not allow for certification by more than one certifier at the same time for the same scope. By signing the present contract, the client confirms not to engage with other certifiers for the same scope at the same time. Clients are obliged to inform CERES about any activities with other certifiers in relation to the same scope or product.

**12. Appeals and complaints**

- a. The client may file an appeal against a certification decision within one month after receiving the decision. If the client does not file an appeal within this period, the certification decision becomes legally binding.
- b. Complaints or appeals do not result in postponement of the respective decision.
- c. Complaints may be sent to CERES at any time, they will be appropriately and effectively handled.

**13. Concluding provisions**

- a. CERES will incorporate into the present contract any changes required by private standard-setting organisations or by the liability insurance company. The client is to be informed about any changes immediately.
- b. All amendments or additions to the present contract must be made in writing.
- c. This contract is governed by the laws of the Federal Republic of Germany. The court of jurisdiction is that of the registered domicile of the headquarters of CERES.
- d. If any part of the contract becomes obsolete, the rest remains valid.

Place, date: Penafiel, 19.10.2018

Client's Name and Signature:

  
ADALENA BEÇA - TÊXIL, LDA.

Place, date: Rottweil, 22.10.2018

CERES Name and Signature: Albrecht Benzing







CERES CERTIFICATION of Environmental Standards; Vorderhaslach 1, 91230 Happurg  
Tel.: +49-9158-928290, Fax: +49-9158-9289862, ceres@ceres-cert.com, www.ceres-cert.com  
Handelsregister: HRB 21261

# CERTIFICATE OF COMPLIANCE (Scope Certificate)

**Certification N° 59934  
Registration N° CERES-0501**

Certification of Environmental Standards GmbH (CERES) declares that

**Madalena Beça Têxtil, Lda**  
Rua de Campas nº177, Castelões, 4560-055 Penafiel, Portugal

has been inspected and assessed according to the

## **Global Organic Textile Standard (GOTS) - Version 5.0 -**

and that products of the categories as mentioned below (and further specified in the annex)  
comply with this standard:

Product categories: **Garments (Ladies, Men, Children, Babies)**

Processing steps / activities carried out under responsibility of the above mentioned company  
(by the operations as detailed in the annex) for the certified products:

**Knitting, Confectioning, Trading, Storing  
Subcontracted: Washing**

This Certificate is valid until: **15 / 10 / 2019**

Place and Date of Issue  
Rottweil, 27.11.2018

Stamp of the issuing body



GOTS Logo



Name of the authorized person:  
Albrecht Benzing

This Certificate of Compliance provides no proof that any goods delivered by its holder are GOTS certified. Proof of GOTS certification of goods delivered is provided by a valid Transaction Certificate (TC) covering them. The issuing body can withdraw this certificate before it expires if the declared compliance is no longer guaranteed.

Accredited/Licensed by: Deutsche Akkreditierungsstelle D-ZE-14008-01-00



Annex to certificate no. 59934  
Madalena Beça Têxtil, Lda  
Global Organic Textile Standard (GOTS)

In specific the certificate covers the following products:

Name of product	Material composition	Product code
<b>Knitted Garments (Men, Ladies, Children, Babies)</b> Dresses, Sweaters, Leggings, Jackets	100% Organic Cotton / 100% Organic Wool	Label Grade: Organic
<b>Planned: Knitted Garments (Men, Ladies, Children, Babies)</b> Dresses, Sweaters, Leggings, Jackets	50% Organic Cotton + 50% Organic Wool / 47% Organic Cotton + 53% Organic Wool	Label Grade: Organic
<b>Knitted Accessories (Men, Ladies, Children, Babies)</b> Hats, Scarves	100% Organic Cotton / 100% Organic Wool /	Label Grade: Organic
<b>Planned: Knitted Accessories (Men, Ladies, Children, Babies)</b> Hats, Scarves	50% Organic Cotton + 50% Organic Wool / 47% Organic Cotton + 53% Organic Wool	Label Grade: Organic

Place and Date of Issue  
Rottweil, 27.11.2018



Stamp of the issuing body



GOTS Logo



Name of the authorized person:  
Albrecht Benzing



CERES CERTification of Environmental Standards; Vorderhaslach 1, 91230 Happurg  
Tel.:+49-9158-928290, Fax:+49-9158-9289862, ceres@ceres-cert.com, www.ceres-cert.com  
Handelsregister: HRB 21261

Annex to certificate no. 59934  
Madalena Beça Têxtil, Lda  
Global Organic Textile Standard (GOTS)

Under the scope of this certificate the following facilities / subcontractors have been inspected and assessed. The listed processing steps/activities comply with the corresponding criteria of the Global Organic Textile Standard (GOTS) for the certified products:

Name and address of operation	Processing steps / activities
Madalena Beça Têxtil, Lda Rua de Campas nº177, Castelões 4560-055 Penafiel Portugal	Knitting, Confectioning, Trading, Storing (Certificate Holder)
Endutex Rua Armando Gonçalves 100 4815-400 Vizela Portugal	Washing (Subcontractor with Own Certificate)

Place and Date of Issue  
Rottweil, 27.11.2018

Stamp of the issuing body



GOTS Logo



Name of the authorized person:  
Albrecht Benzing

## D. Bibliografia

- ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, 2013 – *Curso de Direito Comercial* – Vol. 1, 9.<sup>a</sup> ed, Coimbra: Almedina
- ALMEIDA, Alberto Ribeiro de, 1999, *Denominação de Origem e Marca*, STVDIA IVRIDICA, Coimbra Editora
- ANTUNES VARELA, João de Matos, 2013, *Das Obrigações em Geral*, vol. I, 10<sup>o</sup> ed., Coimbra
- BEIER, 1971, *Territorialité du droit des marques et les Échanges Internationaux*, in "Clunet"
- BRAUN, Antoine, 1995, *Precis des Marques*, ed. 3<sup>o</sup>, Bruxelles, Maison Larcier S.A. CALIFORNIA LEGISLATIVE INFORMATION, *Senate Bill No. 657*, in [http://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?bill\\_id=200920100SB657&search\\_keywords=Transparency+in+Supply+Chains+Act](http://leginfo.legislature.ca.gov/faces/billTextClient.xhtml?bill_id=200920100SB657&search_keywords=Transparency+in+Supply+Chains+Act)
- CARVALHO, Maria Miguel, 2009, *Marca Colectiva – Breves considerações*, in direito industrial, Vol. V
- CARVALHO, Maria Miguel, *Contratos de Direito de Autor e de Direito Industrial: Contratos de Transmissão e de Licença da Marca*, in Direito Industrial
- CASTRO DE CIFUENTES, M., 2019, Los contratos normativos y los contratos marcon en el derecho privado contemporáneo. *Estudios Socio-Jurídicos*, in <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu>.
- COELHO, José Gabriel Pinto, 1957, *Lições de Direito de Comércio*, 1<sup>o</sup> Vol., Lisboa
- COMISSÃO EUROPEIA, *Textiles and clothing industries*, In [https://ec.europa.eu/growth/sectors/fashion/textiles-clothing/eu\\_en](https://ec.europa.eu/growth/sectors/fashion/textiles-clothing/eu_en)
- COMISSÃO EUROPEIA, 2011, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Economico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Iniciativa de Empreendedorismo Social, Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais, Bruxelas, 25.10.2011 COM in <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0682:FIN:PT:PDF>

Comité Económico e Social Europeu, *L'économie sociale dans l'Union européenne*, p. 48, in <https://www.eesc.europa.eu/resources/docs/qe-30-12-790-fr-c.pdf>

CORREIA, Miguel Pupo, 2001, *Direito Comercial*, 7º ed. Revista e atualizada, Lisboa, Ediforum

DIÁRIO DA REPÚBLICA ELETRÓNICO, *Decreto-Lei n.º 110/2018, de 10 de dezembro*, in <https://dre.pt/home/-/dre/117279933/details/maximized>

EUROPEAN CHEMICAL AGENCY, *Compreender o Regulamento REACH* in <https://echa.europa.eu/pt/regulations/reach/understanding-reach>

EUROPEAN PATENT OFFICE AND EUROPEAN UNION INTELLECTUAL PROPERTY OFFICE, *Intellectual property rights intensive industries and economic performance in the European Union Industry-Level Analysis Report*, October 2016, Second edition, in <https://www.epo.org/service-support/publications.html?pubid=87#tab3>

EUR-Lex - Access to European Union Law, Regulamento (CE) n.º 66/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009 (RRE), in <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32010R0066&from=EN>

FRANCESCHELLI, 1988, *Sui Marchi d'impresa*, 4ª ed. Revista, Milano, Dott A. Giuffrè Editore

FERNANDEZ-NÓVOA, Carlos, 2004, *Tratado sobre Derecho de Marcas*, Marcial Pons

FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos, 2017, *Contratos I – Conceitos. Fontes. Formação*, Almedina

FIRTH, Alison, 2000, *Collectivity, control and joint venture – observations on marks in multiple use*, in: *Perspectives on Intellectual Property Series: Trade Marks Retrospective*, London, Sweet & Maxwell

GIL, Monge, 1994-95, *Las Marcas colectivas*, in: ADI, Tomo XVI.

GIUSEPPE SENA, 2001, *Il Nuovo Diritto dei Marchi: Marchio Nazionale e Marchio Comunitario*, 3º ed., Milano, Dott. A, Giuffrè Editore,

Global Organic textile Standard in <https://www.global-standard.org/>



NOGUEIRA SERENS, 2007, *A Monopolização da concorrência e a (Re-)Emergência da tutela da marca*

OLAVO, Carlos, 1997, *Propriedade Industrial*, Coimbra, Livraria Almedina,

PIRES DE CARVALHO, 2009, *A Estrutura dos Sistemas de Patentes e de Marcas. Passado, Presente e Futuro*

Re.Verso™ values in science, in <http://www.re-verso.com/en>

UNITED STATES PATENT AND TRADEMARK OFFICE, *Lanham Act*, in <https://www.uspto.gov/trademark/laws-regulations>

VANZETTI e GALLI, Adriano e Cesare, 2001, *La Nuova Legge Marchi*, 2ª ed. Atualizada, Milano, Dott. A. Giuffrè Editore,

World Resources Institute, *The Apparel Industry's Environmental Impact in 6 Graphics*, 2017 in <https://www.wri.org/blog/2017/07/apparel-industrys-environmental-impact-6-graphics>